

Relatório de Atividades e Contas 2018

Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real





RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2018

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS - 2018

Prevenir, (re)habilitar, incluir e apoiar a pessoa com Paralisia Cerebral, e as suas famílias. Desenvolvemos para isso, uma multiplicidade de respostas assegurando uma intervenção contínua nas diferentes etapas do ciclo de vida dos nossos Utentes. Assumimos o compromisso de responder o mais eficazmente possível a todas as necessidades de intervenção na nossa população.

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

Relatório de Atividades e Contas do Exercício 2018

O documento que se apresenta, pretende explicar e descrever em termos de indicadores quantitativos, as atividades desenvolvidas pela Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real no decorrer do ano 2018.

Tendo com base o enquadramento legal (Decreto Lei 172-A/2014, de 14 de novembro, alterado pela Lei nº 76/2015, de 28 de julho). A APCVR, assume este documento não só com o carácter obrigatório de apresentação de resultados, mas como um balanço do ano, validando as possibilidades, potencialidades e vicissitudes de cada resposta social educativa.



A Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real (APCVR) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos que tem por objetivo a prevenção, habilitação, inclusão social e apoio à pessoa com Paralisia Cerebral, situações neurológicas afins e outras e sua família.

Assume uma multiplicidade de respostas ao nível social e educativo de forma a assegurar uma intervenção contínua, dando cobertura a todas as etapas do ciclo de vida, numa tentativa de responder o mais eficazmente possível a todas as necessidades de intervenção da sua população alvo.

A APCVR rege a sua conduta colaborativa e de intervenção, pelos táteis valores da nossa Instituição:

 Humanismo

 Compromisso com a qualidade

 Inovação

 Cooperação

 Rigor

 Inclusão e Equidade

Pretende ser uma instituição de referência no que concerne à intervenção junto de crianças e Jovens com paralisia cerebral e doenças neurológicas afins, alicerçando a sua prática altamente especializada na vasta experiência adquirida ao longo dos 26 anos a prestar serviços.

Conteúdo / ÍNDICE GERAL

1.	INTRODUÇÃO	10
1.1.	Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real	10
1.2.	Órgãos Sociais	11
1.2.1.	Assembleia Geral.....	11
1.2.2.	Direção (Órgão de Administração).....	12
1.2.3.	Conselho Fiscal (Órgão de Fiscalização).....	12
1.3.	Organograma.....	13
2.	ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL 2018	15
2.1.	Respostas Sociais 2018.....	15
2.2.	Período de Funcionamento Institucional.....	15
2.3.	Recursos Humanos.....	17
2.4.	Distribuição de Utentes/Utentes por área geográfica.....	24
2.5.	Perfil de Idade dos Utentes/Utentes e tempo de permanência na Resposta Social	27
3.	RESPOSTAS SOCIAIS	30
3.1.	IPI – Intervenção Precoce na Infância	30
3.2.	Centro de Atendimento/Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)	34
3.3.	Centro de Atividades Ocupacionais – CAO APCVR.....	41
3.4.	Centro Prescritor de Produtos de Apoio – CPPA APCVR.....	49
3.5.	SAD – Serviço de Apoio Domiciliário	53
3.6.	Lar Residencial APCVR.....	57
3.7.	Associativismo Desportivo	61
3.8.	Transportes APCVR.....	64
3.9.	CRI – Centro de Recursos para a Inclusão Alto Tâmega – Douro Norte.....	66
3.10.	Outras Atividades APCVR	69
3.11.	Reclamações.....	70
4.	BALANÇO DO PLANO DE AÇÃO 2018 vs RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018	72
4.1.	Ações Institucionais.....	72
4.2.	Ações Técnicas	79

4.3.	Síntese Técnica	89
5.	RECURSOS E ORÇAMENTO	91
5.1.	Recursos físicos	91
5.1.1.	Edifícios e outros espaços	91
5.1.2.	Viaturas	91
5.2.	Parceiros.....	92
5.3.	Outros Parceiros.....	92
5.4.	Candidaturas a Projetos	93
5.4.1.	Instituto Nacional para a Reabilitação	93
5.4.1.1.	Despertar Consciências – Projeto 364/2018.....	93
5.4.2.	Missão Continente 2017	96
5.4.3.	Fundação EDP - Programa “EDP Solidária – Inclusão Social 2018”	97
5.5.	Actividades de Angariação de Fundos.....	99
5.5.1.	2ª Caminhada APCVR	99
5.5.2.	Bar das Corridas APCVR / WTCC (48º CIVR)	101
5.6.	Donativos.....	102
5.7.	Análise da Gestão Planeado vs Executado	103
5.8.	Contas do exercício	104
5.9.	Resultados	107
6.	CONCLUSÃO	108

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Membros da Assembleia Geral (2018-2021).....	11
Tabela 2 - Membros da Direção APCVR (2018-2021).....	12
Tabela 3 - Membros do Conselho Fiscal (2018-2021).....	12
Tabela 4 - Calendarização das respostas sociais APCVR 2018	16
Tabela 5 - Quadro resumo de recursos humanos	18
Tabela 6 – Taxa de Absentismo por categoria profissional.....	20
Tabela 7 - Perfil de idade de utentes/utentes e tempo de permanência na resposta social	27
Tabela 8 - Parametrização do grau de permanência em CAO e LAR	27
Tabela 9 - Distribuição de Utentes do CAARPD por género e faixa etária	38
Tabela 10 - Evolução das frequências apoios técnicos de CAO, nos últimos 4 anos	45

Tabela 11 - Parametrização do plano de atividades de CAO	47
Tabela 12 - Parametrização do plano de actividades de Associativismo Desportivo	62
Tabela 13 - Listagem de outras atividades APCVR	69
Tabela 14 – Análise das ações previstas na Perspetiva Financeira (<i>previsão / execução</i>).....	73
Tabela 15 - Análise das ações previstas na Perspetiva Aprendizagem e Desenvolvimento (<i>previsão / execução</i>)	75
Tabela 16 - Análise das ações previstas na Perspectiva Processos Internos (<i>previsão / execução</i>)	76
Tabela 17 - Análise das ações previstas na Perspectiva Utentes (<i>previsão / execução</i>)	77
Tabela 18 - Análise das ações previstas em IPI (<i>previsão / execução</i>).....	79
Tabela 19 - Análise das ações previstas em CAARPD (<i>previsão / execução</i>)	80
Tabela 20 - Análise das ações previstas em CAO (<i>previsão / execução</i>).....	80
Tabela 21 - Análise das ações previstas em Lar Residencial (<i>previsão / execução</i>).....	81
Tabela 22 - Análise das ações previstas em SAD (<i>previsão / execução</i>)	82
Tabela 23 - Análise das ações previstas em CRI (<i>previsão / execução</i>)	83
Tabela 24 - Análise das ações previstas na área de Saúde I (<i>previsão / execução</i>).....	84
Tabela 25 - Análise das ações previstas na área de Saúde II (<i>previsão / execução</i>).....	84
Tabela 26 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação I (<i>previsão / execução</i>)	85
Tabela 27 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação II (<i>previsão / execução</i>)	85
Tabela 28 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação III (<i>previsão / execução</i>)	87
Tabela 29 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação IV (<i>previsão / execução</i>)	88
Tabela 30 - Despesas a 31.12.2018 - Planeado vs Executado	103
Tabela 31 - Receitas a 31.12.2018 - Planeado vs Executado	104
Tabela 32 - Imputação dos gastos e perdas (2016, 2017 e 2018).....	104
Tabela 33 - Imputação dos proveitos (2014, 2015, 2016 e 2018).....	106

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Organograma da APCVR.....	13
--	----

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 - Fotografias das obras apoiadas pela Fundação EDP	98
Imagem 2 - Fotografias da 2ª caminhada APCVR.....	100
Imagem 3 - Fotografias do bar das corridas APCVR/WTCC (49º CIVR)	102

ABREVIATURAS:

ADPM	Atraso de Desenvolvimento Psicomotor
APCVR	Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real
CAARPD	Centro de Atendimento/Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade
CAO	Centro de Atividades Ocupacionais
CAVI	Centro de Apoio à Vida Independente
CPPA	Centro Prescritor de Produtos de Apoio
CRI	Centro de Recursos para a Inclusão
FAPPC	Federação Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral
FDS	Fim de Semana
GAM's	Grupos de Ajuda Mútua
IPI	Intervenção Precoce na Infância
LR	Lar Residencial
NEE	Necessidades Educativas Especiais
PA's	Produtos de Apoio
PC	Paralisia Cerebral
PDI	Plano de Desenvolvimento Individual
PIT	Plano Individual de Transição
PO ISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
RAD	Registo de Atividades de Vida Diária
RGPD	Regulamento Geral de Proteção de Dados
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário



APCVR 2018

1. INTRODUÇÃO

1.1. Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real

O ano de 2018 representou para a APCVR a mudança de ciclo, quer pela mudança de órgãos sociais, quer pela maneira diferente de atuar e posicionar a imagem da APCVR junto da sociedade. Representou ainda o primeiro ano do mandato dos novos corpos sociais, com elementos novos e que este exercício contribuiu para o conhecimento da estrutura de atuação da APCVR e de toda a sua dinâmica.

A alteração inequívoca de modelos relativos à incapacidade e deficiência ao nível europeu e consequente ajustamento e adaptação de novas formas de intervenção elaboradas pela APCVR, fez deste ano, uma clara meta no que concerne ao cumprimento da convenção dos direitos e este ano acreditamos que humanizamos os serviços que prestamos a todos os nossos Utentes, melhoramos procedimentos e inovamos na forma de intervir e responder às necessidades da nossa população.

Acreditamos que os direitos da pessoa com deficiência é o pilar base de toda a intervenção dirigida à população com deficiência e incapacidade, baseando por isso todos os procedimentos na escolha diretiva e informada, bem como nas orientações tutelares que regulam os normativos de atuação.

Em 2018, a APCVR procurou validar as inconstâncias e potencialidades que tinha para o seu desenvolvimento como instituição de solidariedade social. Fizemos o balanço de 27 anos de atividade e intervenção.

As realidades da paralisia cerebral são diferentes... as nossas famílias estão distintas... os modelos de intervenções foram atualizados a nível europeu... a gestão organizacional tem outros procedimentos!

Podemos afirmar desde já, que possuímos recursos de imensurável valor, para constituirmos uma mudança inequívoca, na melhoria das condições e serviços que oferecemos, na seriação de procedimentos de qualidade e na forma de gestão da própria organização.

Para que todas estas metas, tenham uma concretização plena, este ano, elevamos o potencial humano e colocamos as equipas a participar ativamente na estratégia da APCVR, a construir o seu modelo e implementá-lo com dinâmica, rigor e qualidade, apresentando já esse balanço interno nos resultados que se seguem.

Neste documento, apresentamos a síntese do trabalho e dedicação de todos os elementos da APCVR, procuramos explicar de forma sucinta e parametrizar os dados estatísticos que possam transparecer a realidade e dinâmica institucional da APCVR em 2018, apresentando os resultados de toda a atividade desenvolvida, bem como a análise comparativa entre planeado vs executado e evoluções dos resultados.

1.2. Órgãos Sociais

Na sequência da realização da assembleia geral eleitoral a 15 de dezembro de 2017, foram eleitos os novos órgãos sociais, com tomada de posse a 15 de janeiro de 2018, resultando a composição que se segue para os órgãos sociais.

1.2.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral em efetividade de funções à data de 31 de dezembro de 2018 é composta pelos seguintes membros:

Tabela 1 - Membros da Assembleia Geral (2018-2021)

Cargo	Titular	Sócio n.º
Presidente	Carlos Humberto Varela Rodrigues	40
1º Secretário	Lígia Marina de Sousa Pinto	237
2º Secretário	Armínio José Dinis Lameirão	373

1.2.2. Direção (Órgão de Administração)

A Direção em efetividade de funções à data de 31 de dezembro de 2018 é composta pelos seguintes membros:

Tabela 2 - Membros da Direção APCVR (2018-2021)

Cargo	Titular	Sócio n.º
Presidente	Jorge de Jesus Pereira Faustino	345
Vice-Presidente	João Horácio Soares Medeiros	3
Secretário	Márcio Alexandre Monteiro Pereira	377
Tesoureiro	Artur Ribeiro de Carvalho	382
Vogal	Maria Helena Barros Pimentel	389
Vogal	Carlos Alberto Ferreira Dias Bessa	17
Vogal	Armando Jorge Carvalhais Figueiredo	369

1.2.3. Conselho Fiscal (Órgão de Fiscalização)

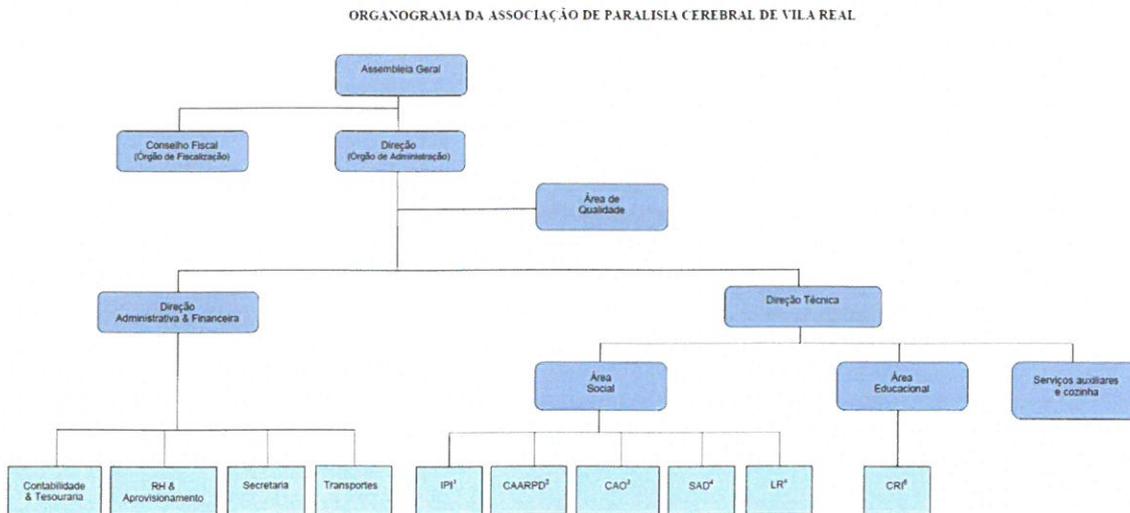
O Conselho Fiscal em efetividade de funções à data de 31 de dezembro de 2018, é composto pelos seguintes membros:

Tabela 3 - Membros do Conselho Fiscal (2018-2021)

Cargo	Titular	Sócio n.º
Presidente	Eduardo Luís Varela Rodrigues	19
Vogal	José Manuel Magalhães Ribeiro	95
Vogal	Ana Virgínia Vaz Pinto Vilaverde	223

1.3. Organograma

O Organograma em vigor, à data de 31 de dezembro de 2018, é o que se apresenta de seguida:



¹ Intervenção Precoce na Infância
 ² Centro de Atendimento/Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade
 ³ Centro de Atividades Ocupacionais
 ⁴ Serviço de Apoio Domiciliário
 ⁵ Lar Residencial
 ⁶ Centro de Recursos para a Inclusão

Aprovado em reunião de Direção em 26/07/2016
 O Presidente da Direção

Ilustração 1 - Organograma da APCVR

↓
des
FLC
A
A



Os nossos recursos

2. ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL 2018

2.1. Respostas Sociais 2018

Tendo em vista a nossa missão institucional, a Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real desenvolveu neste período anual várias respostas sociais e serviços especializados, tuteladas pelos:

- i. **Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social:**
 - a) Intervenção Precoce na Infância (IPI);
 - b) Centro de Atendimento/Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD);
 - c) Centro de Atividades Ocupacionais (CAO);
 - d) Serviço de Apoio Domiciliário (SAD);
 - e) Lar Residencial (LR)
 - f) Centro Prescritor de Produtos de Apoio (CPPA)
- ii. **Ministério da Educação e Ciência:**
 - a) Centro de Recursos para a Inclusão (CRI).

2.2. Período de Funcionamento Institucional

No decorrer do ano de 2018, a Instituição procedeu ao encerramento por períodos limitados, das respostas sociais CAO e CAARPD, tendo em vista a comodidade dos Utentes, a interação com as suas famílias e a garantia de prestação de apoio contínuo e efetivo nos períodos de funcionamento.

De acordo com a parametrização elaborada nos anos transatos o CAARPD sofre claramente um decréscimo de funcionamento nos períodos de interrupções letivas, assim e de acordo com a anuência de Pais / Responsáveis pelos Utentes a resposta social encerra nos períodos assinalados, de forma a garantir durante o ano o máximo de tempo de permanência em efetividade de todas as valências que constituem esta resposta.

Relativamente ao Centro de Atividades Ocupacionais, a APCVR é particular defensora da necessidade de interrupção de atividades para que todos os Utentes possam beneficiar de um período de descanso e interação junto das suas famílias, dado que frequentam a instituição durante todo ao ano, sendo considerada proveitosa a pausa de atividades ocupacionais.

É também efetuada a limpeza geral e manutenção de instalações e viaturas, nos períodos de encerramento parcial da instituição.

Para que este procedimento decorra sem constrangimento para todos os intervenientes, foi solicitado o consentimento e a concordância dos Pais, Familiares e/ou Responsáveis, bem como como Intuições e Parceiros intervenientes.

Relativamente ao IPI, validamos um decréscimo na sua intervenção em períodos de férias escolares, no entanto a APCVR assegurou durante todo o ano a intervenção em ambiente familiar desde que consentido pela coordenação da resposta e pelas famílias abrangidas.

A resposta CRI, adquire procedimentos e formalidade educacionais, regendo-se pelo calendário escolar, do ano letivo em causa, e adequando-se ao mesmo.

Relativamente à resposta Lar Residencial e Serviço de Apoio Domiciliário, mantém-se todo o ano em funcionamento sem períodos de interrupção, assim como os serviços mínimos institucionais (serviços administrativos, cozinha, lavandaria, etc.).

Tabela 4 - Calendarização das respostas sociais APCVR 2018

Calendarização das respostas sociais APCVR 2018

	Jan	Fev	Març	Abril	Maio	Jun	Julho	Agos	Set	Out	Nov	Dez
<i>APCVR</i>	Funcionamento em permanência											
<i>IPI</i>	Funcionamento em permanência											
<i>CRI</i>	Ano letivo 2017/2018						Férias Escolares		Ano letivo 2017/2018			
<i>CAARP</i>								30/07				24/1
<i>D</i>								a				2 31
<i>CAO</i>								14/08				/1
<i>LAR</i>	Funcionamento em permanência											
<i>SAD</i>	Funcionamento em permanência											

No decorrer de 2018, apesar dos constrangimentos habituais relacionados com o Circuito Internacional de Vila Real, a APCVR conseguiu manter os acessos condicionados durante os dias que antecedem o evento com a dinâmica e montagem e desmontagem de estruturas, tendo sido obrigada por motivos alheios a encerrar as instalações por condições de segurança de todos os utentes e colaboradores, apenas no dia 22 de junho.

2.3. Recursos Humanos

A ideologia da direção durante o ano de 2018, manteve-se na gestão eficiente de recursos humanos e ação direta e participativa na dinâmica institucional. Acreditamos que, de forma a assegurar a satisfação de Utentes e colaboradores, os mesmos devem ser atores integrantes de toda a estratégia institucional.

Na certeza de que todos os colaboradores podem ser uma “mola propulsora” da inovação e da mudança institucional, acreditamos que sejam eles a construírem e acionarem o processo de desenvolvimento interno de forma proativa e criativa impulsionando a mudança, no seio dos valores assumidos pela direção da APCVR.

Sendo a nossa missão, voltada para o trabalho de pessoas para pessoas, revela-se de ano para ano a necessidade gradual de melhorar as habilidades técnicas e humanas de todos os elementos das diferentes equipas.

Durante o ano de 2018, apostamos na formação de boas práticas de higiene e segurança alimentar, particularmente em algumas áreas como sejam a sensibilização para a higiene das mãos e alteração de procedimentos no refeitório, tendo em conta o envelhecimento da nossa população alvo e a necessidade de novas estratégias de intervenção adaptada.

Os Recursos Humanos afetos à APCVR e transcritos na tabela 7, são transversais a todas as respostas, sendo constituídos pelos mais variados quadros técnicos especializados, adequando-se às necessidades e perfis dos nossos Utentes, sendo por isso uma afetação versátil e adaptável, mantendo os colaboradores previstos nos acordos de cooperação.

Contamos ainda este ano com 5 estagiários inseridos em estágio profissional do IEFP, na área de psicomotricidade (2), fisioterapia (1), nutricionista (1) e animadora sociocultural (1) bem como (3) auxiliar de serviços gerais inserido em contrato emprego-inserção do IEFP.

A APCVR ao longo dos últimos anos, tem vindo a procurar alguma diversidade de áreas de intervenção, através de incentivos como os estágios profissionais e CEI's de forma a validar a necessidade e adesão por parte dos utentes a novas valências, consideramos que estas iniciativas nos permitem, evoluir na tipologia técnica de acordo com a exigência colocada na APCVR, com novos projetos e atividades.

Tabela 5 - Quadro resumo de recursos humanos

Funções	Número
Diretora Técnica	1
Diretor Serviços Administrativos e Financeiros	1
Psicólogos	5
Fisioterapeutas	4
Terapeutas Ocupacionais	5
Terapeutas da fala	3
Técnicos de Serviço Social	3
Administrativos	4
Auxiliares Serviços Gerais	15
Ajudante de Ação Direta	8
Cozinheira	1
Ajudante de Cozinha	1
Motoristas	4
Ajudante Técnico Fisioterapia	1
Educação Física	1
Monitores	4
Servente de construção civil	1
Fisiatra (*)	1
Enfermeira (*)	1
Ajudante Familiar (*)	2
Contabilista (*)	1
Jurista (*)	1
Equitador (*)	1
TOTAL	69

(*) Regime de prestação de serviços

De forma a compreendermos as interações que os recursos humanos têm na prática institucional, foi efetuado e parametrizado o absentismo dos colaboradores da APCVR durante o ano de 2018 (N=62), contemplando apenas os colaboradores em regime de contrato de trabalho.

Dada a especificidade das nossas atividades e o funcionamento de respostas contínuas, consideramos importante a parametrização dos períodos em que a Instituição sofre uma queda acentuada de recursos humanos (gráfico 1), e quais os motivos que condicionam as ausências, tentando validar um padrão regular ao longo dos anos, de forma a antecipar dinâmicas de serviço.

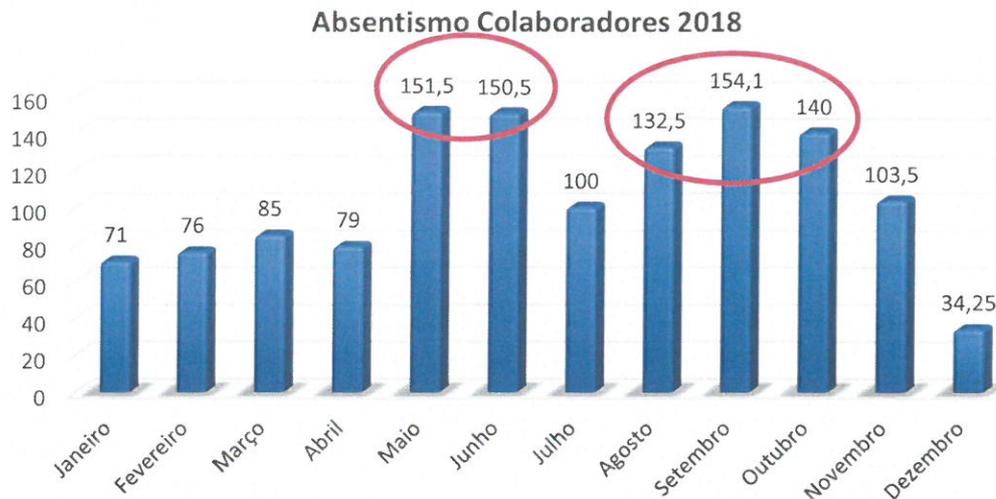


Gráfico 1 - Absentismo dos Colaboradores 2018

Verificamos que cerca 54% (n=33) dos colaboradores da APCVR, apresentam absentismo laboral. Estes dados como poderemos validar no gráfico acima apresentado, incidem de uma forma transversal em todos os meses do ano, com maior incidência nos períodos de maio a junho, e de agosto a outubro.

Os períodos assinalados, são coincidentes com questões de saúde dos colaboradores, onde se verificam que 6 colaboradores auferiram de baixa médica nos períodos indicados, assumindo o funcionamento dos serviços com 90% dos colaboradores a tempo integral, 10% dos colaboradores ausentes estão dispersos por todas as respostas sociais da instituição, não existindo interferência diretamente com a qualidade do serviço prestado.

Para além, destes factos, a APCVR dispôs durante o ano de 2018 de trabalhadores excedentes para além do protocolado nos acordos de cooperação, para além das medidas de estágios profissionais.

Validamos entre 2017 e 2018, um aumento da taxa de absentismo laboral na ordem dos 72% em número total de dias (independente do motivo da falta), e de 70% no número de colaboradores que apresentam ausências ao trabalho.

Quando procuramos alcançar os motivos, verificamos que a maioria das faltas se devem as questões de saúde, maioritariamente do colaborador e seus familiares.

[Handwritten signatures and marks in blue ink]

Absentismo por motivos de saúde (colaborador e familiar)

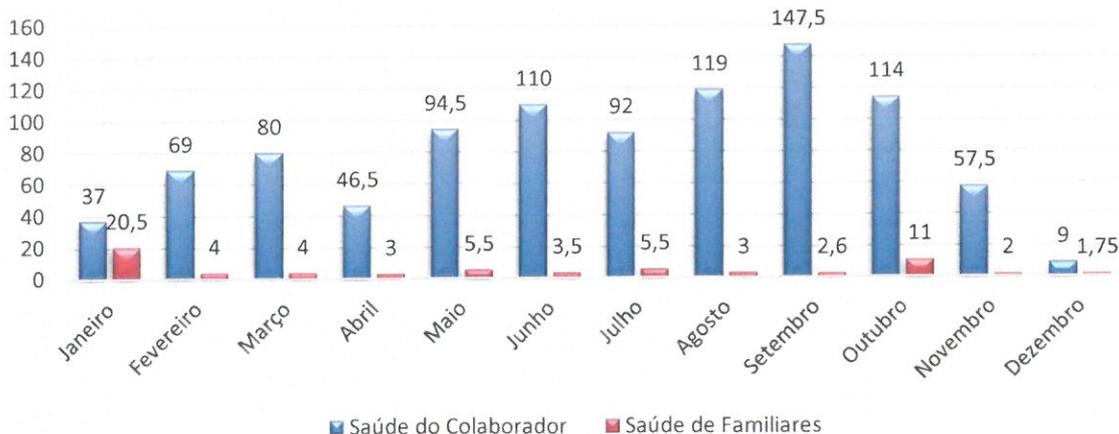


Gráfico 2 - Absentismo por motivos de saúde (colaborador e familiar)

Na análise do absentismo institucional dos colaboradores que registam ausências ao serviço, 45% reportam a quadros técnicos com 39 dias em média de ausência, 33% a trabalhadores auxiliares com média de 52 dias e as restantes categorias profissionais encontram-se no intervalo entre 3% a 9%.

No entanto, quando procedemos a análise geral de colaboradores que apresentam absentismo e não absentismo, validamos os seguintes valores:

Tabela 6 – Taxa de Absentismo por categoria profissional

Categoria Profissional	Taxa de Absentismo por Categ. Profissional
Técnicos Superiores	61%
Trabalhadores auxiliares e de ação direta	46%
Administrativos	60%
Monitores	75%
Motoristas	25%

Tendo sempre a perspetiva da compilação dos motivos que levam os colaboradores a ausentarem-se do serviço, como forma de conciliação da vida pessoal e laboral, expomos de seguida o gráfico de motivos de faltas, relativos a 2018.

Motivos de Absentismo - 2018

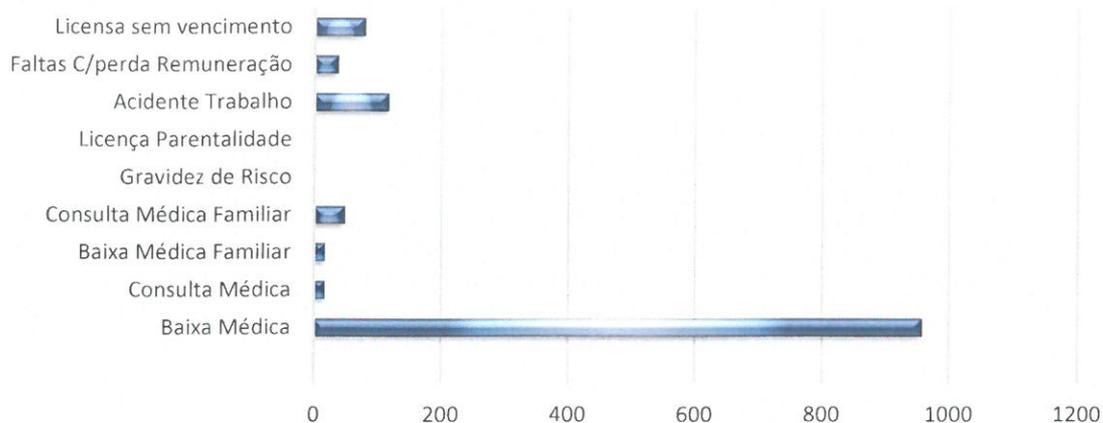


Gráfico 3 - Dias vs Motivo de Faltas 2018

Verifica-se, que as baixas médicas assumem grande parte das ausências de colaboradores na instituição (75% do total de faltas), totalizando 959 dias distribuídos por 17 colaboradores durante o ano, obtendo-se uma média de 79 dias por colaborador durante os 12 meses do ano (n=17),

Comparando com o ano anterior, verificamos que a baixa médica continua a ser o motivo de ausência ao trabalho mais frequente, representando um aumento significativo de 21% relativamente ao ano transato, como se pode validar no gráfico seguinte, com valores entre 2016 e 2018.

Número vs Motivo de Faltas 2016 a 2018

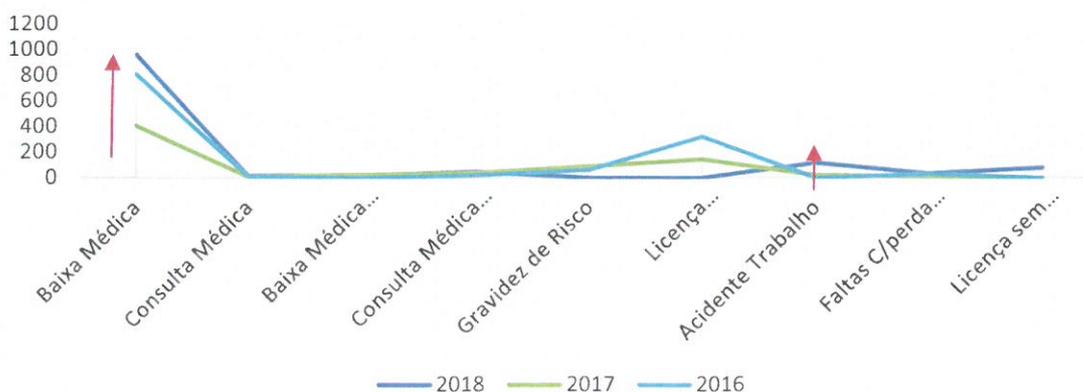


Gráfico 4 - Número vs Motivo de Faltas 2016 a 2018

A APCVR tem vindo ao longo dos anos a aumentar substancialmente o número de dias de baixa dos colaboradores, o que nos leva a ter em atenção a análise dos quadros de RH por idade dos colaboradores, dado que existem colaboradores com vínculo institucional há mais de 15 anos.

Com esta análise, conseguiremos relacionar de forma direta o número de baixas médicas e a idade média dos colaboradores, bem como o tempo de vínculo institucional.

A APCVR, detém uma média geral de idade dos colaboradores na ordem dos 44 anos, tendo o vínculo médio a duração de 11 anos de serviço. Cerca de 43% dos seus colaboradores exerce funções entre 15 e 27 anos na instituição, com uma média de 49.5 anos.

Quando relacionamos diretamente os valores de 2017 e 2018, verificamos que é uma situação que já se encontra a ser pensada e analisada.

VALORES COMPARATIVOS ABSENTISMO 2017 - 2018

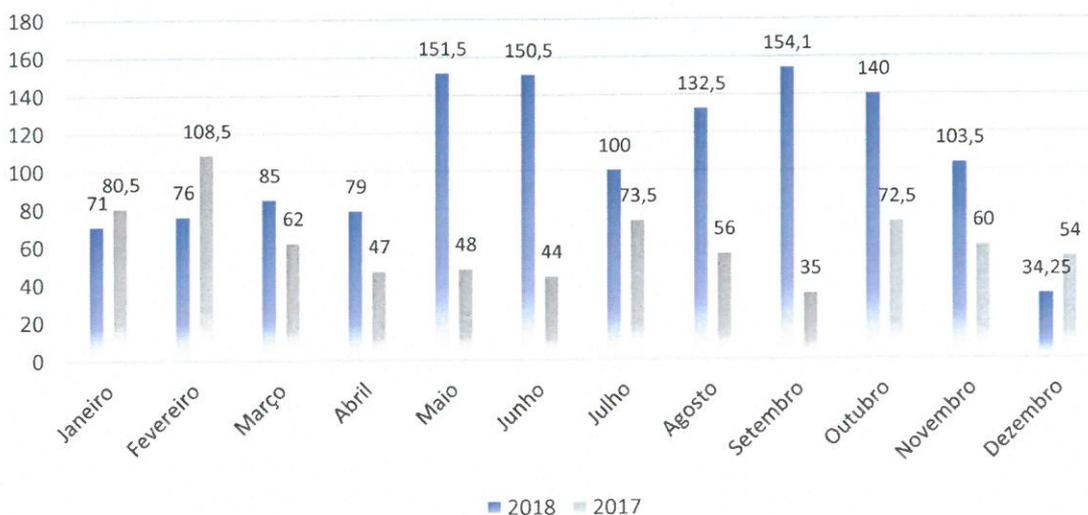


Gráfico 5 - Comparação do número de faltas dos últimos 2 anos

Relativamente ao acompanhamento de familiares a instituições de saúde, a APCVR não analisa este dado com veemência crítica, pois acreditamos na importância de todos poderem auxiliar familiares em questões particulares e delicadas.

Por analogia verificamos que os valores inerentes ao absentismo laboral têm vindo a oscilar, não existindo um padrão tipificado de ausências (análise comparativa de 2015-2018), para que possamos prever algumas vicissitudes na dinâmica institucional e nas diferentes respostas sociais.

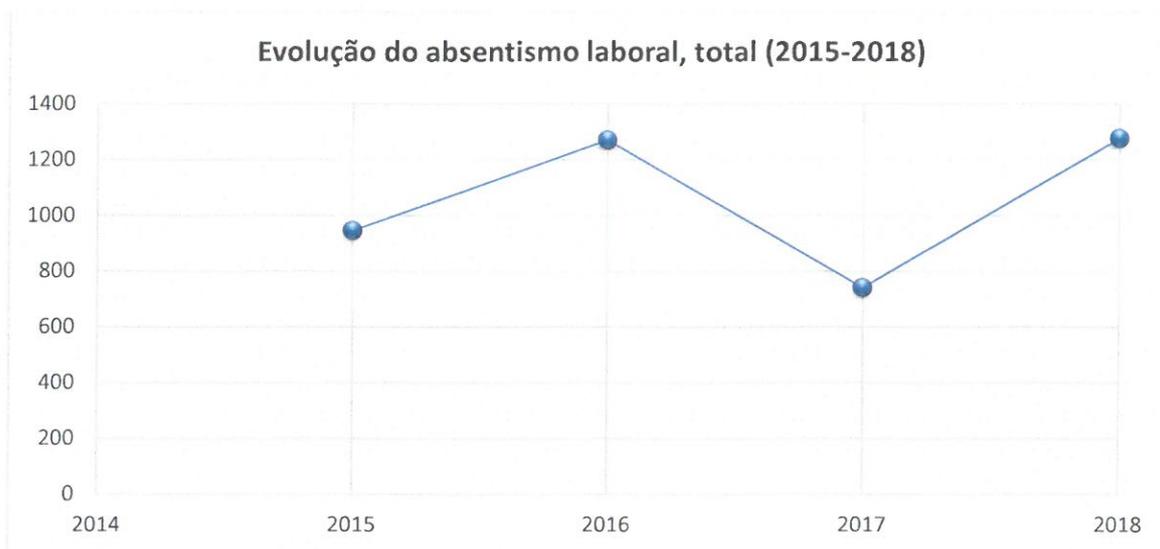
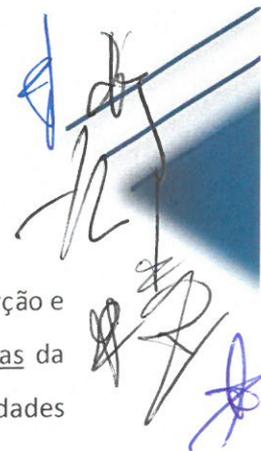


Gráfico 6 - Evolução do absentismo laboral, total (2015-2018)

Os recursos humanos são o impeto da APCVR, procurando sempre com a parametrização estatística anual, tentar compreender e prever o impacto que os mesmos podem ter na instituição. Apesar de considerarmos que 43% dos RH têm uma média de idades a rondar os 49.5 anos, verificamos também 34%, são novos recursos, jovens e dinâmicos com idade média de 37 anos, onde conciliando a experiência com novos conhecimentos, poderemos atingir o equilíbrio e uma qualidade na prestação de cuidados absoluta para todos os nossos utentes.



2.4. Distribuição de Utentes/Utentes por área geográfica

Ainda no âmbito do enquadramento geral da Instituição, consideramos pertinente a inserção e o estudo da distribuição geográfica de todos os utentes associados a respostas internas da APCVR em 2018, para que possamos analisar numa perspetiva crítica as necessidades geográficas de intervenção direta na população e perspetivas futuras.

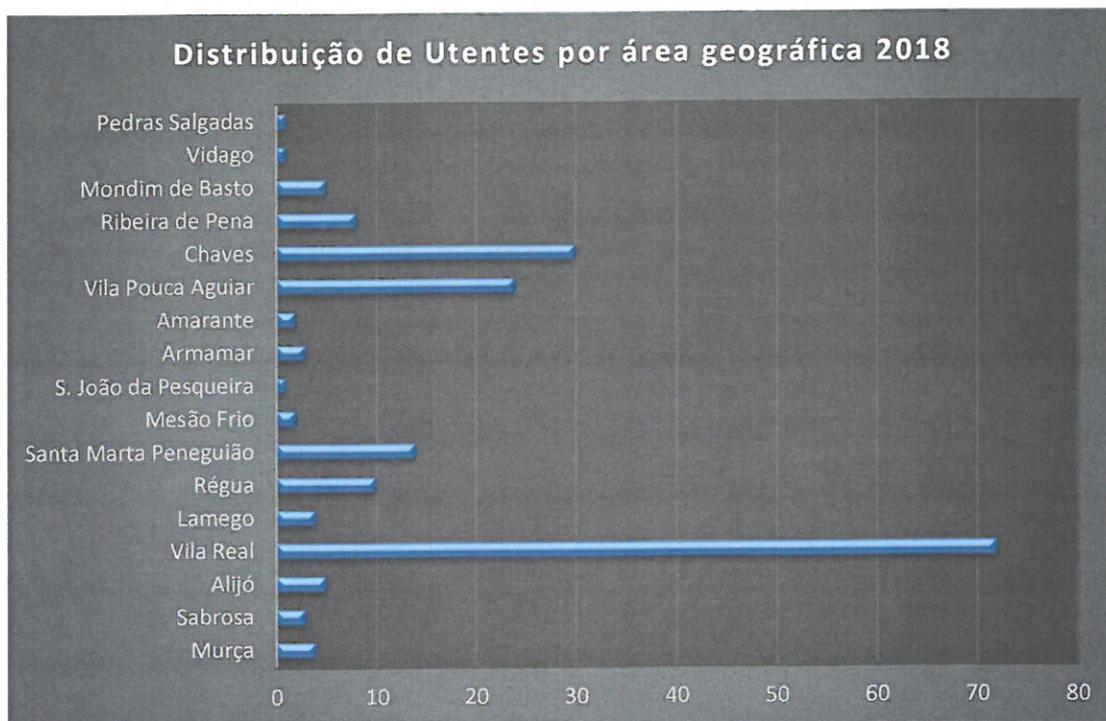


Gráfico 7 - Distribuição de utentes/utentes por área geográfica - APCVR 2018

Verificamos desta forma, que Vila Real, mantém valores consideráveis na distribuição de utentes por zona geográfica, correspondendo no ano de 2018 a 47% dos utentes que frequentam respostas internas (n=72), no entanto comparativamente a 2017, aumentamos a áreas geográficas expressivas da APCVR, nomeadamente Vila Pouca de Aguiar / Chaves / Ribeira de Pena atualmente com 17% e como zona de Santa Marta de Penaguião / Régua / Lamego, com 18% dos utentes que frequentam respostas sociais internas da APCVR.

À semelhança do ano transato, optamos por não parametrizar os dados das respostas externas, CRI e IPI, dado que as mesmas assumem uma distribuição geográfica alheia à APCVR. O CRI é desenvolvido em Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas, distribuídas pela DGEstE e o IPI, assume a zona de abrangência do Alto Tâmega / Barroso, estando a nossa equipa afeta a Chaves, Cerva (Ribeira de Pena) e Vila Pouca de Aguiar, mantendo a mesma distribuição em 2017 e 2018.

Elaboramos agora a distribuição de abrangência geográfica da APCVR por resposta social interna, para que consigamos fazer um retrato real, da pertinência das respostas nas diferentes localidades e da sua alteração anual.

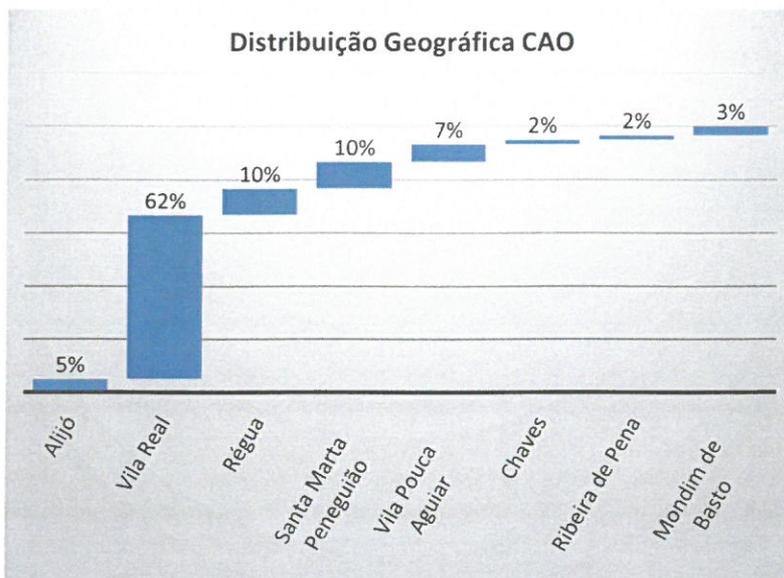


Gráfico 8 - Distribuição geográfica CAO

O Centro de Atividades Ocupacionais da APCVR, mantém a sua distribuição geográfica ao longo dos anos com percentagens equitativas, dado não ser uma resposta de frequência ligeira. Verifica-se que nesta tipologia de resposta a maior significância estatística se pauta pelo concelho de Vila

Real (62%).

Na equidade com o CAO, encontra-se o Lar Residencial, onde as alterações são nulas desde a sua abertura em 2014.

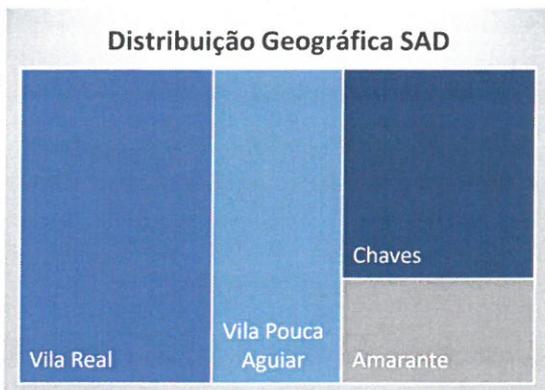


Gráfico 10 - Distribuição geográfica SAD

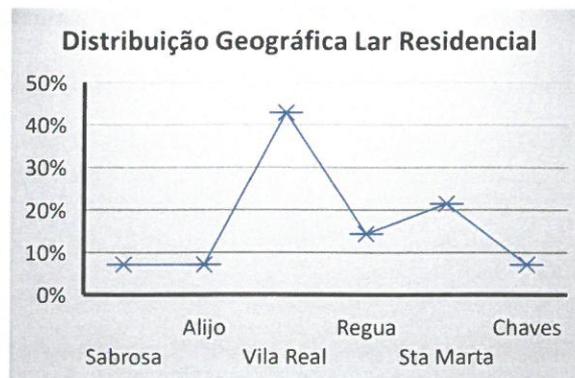


Gráfico 9 - Distribuição Geográfica Lar Residencial

O Serviço de Apoio Domiciliário, que atualmente se encontra distribuído com 37.5% dos Utentes em Vila Real, 25% em Chaves, 25% em Vila Pouca de Aguiar e 12.5% referentes a Amarante, sendo esta última parcela, referente a residência temporária em Vila Real.

Verificamos que o CAARPD é a resposta social da APCVR, que maior diversidade de utentes tem, assumindo um carácter mais amplo e diferenciado. Destaca-se também nesta resposta a presença de Utentes de Vila Real, e Vila Pouca de Aguiar, representando 55% da capacidade desta resposta.

[Handwritten signature and notes in blue ink]

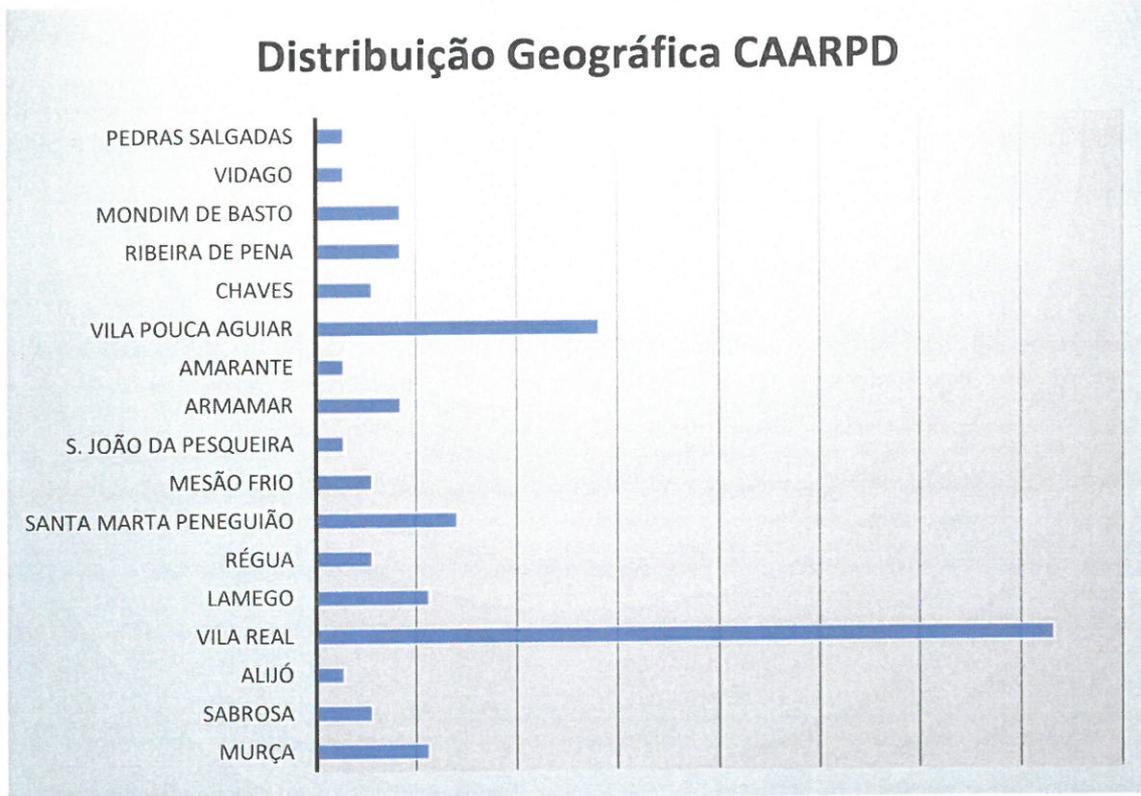


Gráfico 11 - Distribuição Geográfica CAARPD

É particularmente nesta resposta que se dissipam as distribuições geográficas, podendo a APCVR abranger uma maior diversidade de territórios, sendo esta uma das resposta onde se verifica a predominância significativa das localidades acima mencionadas como expressivas, dando valores às mesmas com significância estatística na tríade Vila pouca de Aguiar/Chaves/Ribeira de Pena.

Com a distribuição geral efetuada, constatamos que a APCVR, poderá ter potencial ainda para expandir os seus serviços no âmbito da sua extensão geográfica, podendo abranger um maior número de utentes nas diferentes localidades.

2.5. Perfil de Idade dos Utentes/Utentes e tempo de permanência na Resposta Social

Na implementação da sua missão institucional, a Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real desenvolve uma multiplicidade de respostas procurando assegurar uma intervenção contínua, dando cobertura a todas as etapas do ciclo de vida da pessoa com paralisia cerebral e doenças neurológicas afins. Considerando este ilustre desígnio validamos que em 2018, abrangemos Utentes dos 2.5 meses aos 91 anos de idade.

Tabela 7 - Perfil de idade de utentes/utentes e tempo de permanência na resposta social

	Público-alvo	Média de Idades	Contexto da intervenção
IPI	0 aos 6 anos	4 anos	Ambiente Natural de Vida
CRI	Idade Escolar	11 anos	Ambiente Escolar
CAARPD	Mais 7 anos	16 anos	Ambulatório
CAO	Mais de 16 anos	39 anos	CAO
SAD		49 anos	Ambiente Natural de Vida
LAR	Mais de 16 anos	44 Anos	Institucional

Relativamente ao tempo médio de permanência nas respostas sociais que desenvolvemos, consideramos apenas a resposta social CAO e Lar Residencial, dado que são respostas sociais com tempo de permanência (total ou parcial) na instituição, sendo todos os outros serviços são realizados em ambulatório e/ou contexto natural de vida. Assim, destacamos:

Tabela 8 - Parametrização do grau de permanência em CAO e LAR

	Permanência Mínima	Média	Permanência Máxima
CAO	1 ano	13 anos	21 anos
LAR	4 anos	4 anos	5 anos

Os dados recolhidos relativamente ao Centro de Atividades Ocupacionais, são de enorme importância para compreendermos as dinâmicas e as alterações necessárias, adaptando a estrutura à população que dispomos, nomeadamente com uma idade média de 39 anos. À semelhança do CAO, validamos o envelhecimento gradual do Lar Residencial e a estimativa de tempo de permanência indeterminado, onde também aqui se requiere um ajustamento específico e adaptado à idade média, correspondente a 44 anos.



Respostas Sociais APCVR - 2018

Intervenção Precoce na Infância



3. RESPOSTAS SOCIAIS

3.1. IPI – Intervenção Precoce na Infância

De acordo com o Decreto-Lei n.º 281/2009 de 6 de Outubro, esta resposta é caracterizada como um *“conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente no âmbito da educação, da saúde e da ação social”* e destina-se a *“crianças entre os 0 aos 6 anos de idade, com alterações nas funções e estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias”*. Com acordo de cooperação celebrado em 15/12/2010 e revisto em 14/06/2013, para 60/80 utentes, o âmbito geográfico de intervenção nesta resposta social incide em seis concelhos do distrito de Vila Real, nomeadamente, Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena, Valpaços, Chaves, Montalegre e Boticas.

A Equipa ELIATB é uma equipa multidisciplinar constituída por 17 elementos de diversos quadrantes, nomeadamente elementos do Sistema Nacional de Saúde (médicos e enfermeiros), Ministério da Educação (docentes) e Sistema de Segurança Social (técnicos especializados na deficiência e incapacidade). Esta equipa, abrangeu no ano de 2018, 245 crianças, durante o ano de 2018, sendo 27% com idades inferiores a 3 anos e 73% entre os 3 e os 6 anos de idade. De todas as crianças que cumprem os critérios de elegibilidade, 81% encontra-se em acompanhamento direto pelos diversos organismos e técnicos que constituem a equipa (18% em acompanhamento e 1% das crianças foi encaminhada para outra tipologia de serviço), sendo a sua intervenção maioritariamente em contexto de creche e jardim de infância, correspondendo também a 81%, 10% em domicílio e 9% em outros contextos.

Foram referenciadas a esta equipa de intervenção em 2018, 89 crianças, nomeadamente 65% sinalizadas pela área da saúde, 25% por parte de estabelecimentos escolares e apenas 10%, por famílias e outros.

A APCVR disponibiliza para a Equipa Local de Intervenção do Alto Tâmega e Barroso, 5 técnicos especializados na área da deficiência e incapacidade, que se deslocam semanalmente ao contexto real de vida do Utente (Estabelecimento Escolar / Domicílio), concretizando as suas operações com base intervencional nas rotinas dos Utentes e suas famílias. A coordenação da equipa da ELIATB, atribui aos técnicos das APCVR intervenção em 3 concelhos, ou seja, Chaves, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar.

A pedido, da coordenadora da ELIATB – Equipa Local de Intervenção Precoce Alto Tâmega-Barroso, mantivemos o quadro de recursos humanos solicitados em 2016 com mais uma terapeuta da fala na equipa, sendo este mais adequado para o perfil de intervenção necessário das crianças sinalizadas. No ano de 2018, a nossa equipa técnica intervencionou 36 crianças e suas famílias distribuídas por três concelhos, sendo Chaves que mais crianças têm intervencionadas (n=24).

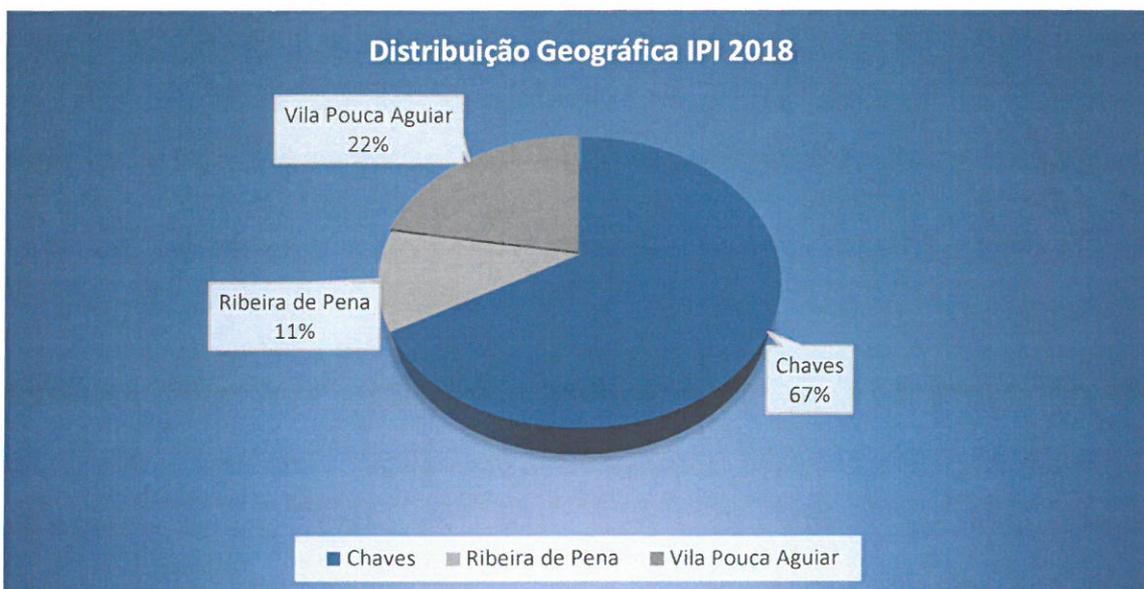


Gráfico 12 - Distribuição Geográfica IPI

A idade média das crianças acompanhadas pelas técnicas da APCVR comparativamente a 2017, manteve-se nos 4 anos, estando a ser acompanhadas crianças entre os 2.5 meses e os 6 anos, sendo claramente a maior percentagem obtida na faixa etária entre os 4 e 5 anos, correspondente a 69% das crianças acompanhadas pela equipa afeta à ELIATB.

Dada a modelagem da equipa e a sua adaptação às reais necessidades, as valências têm uma distribuição de crianças equitativa entre as diversas especialidades.

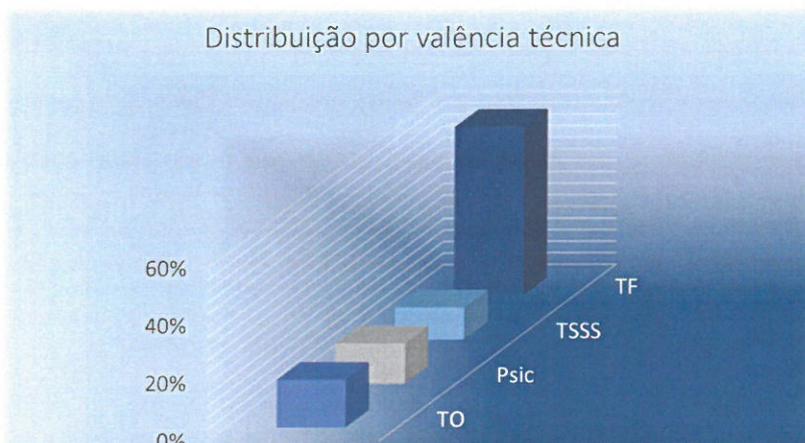


Gráfico 13 - Distribuição por valência técnica

Valida-se a necessidade efetiva de acompanhamento pela valência de Terapia da Fala que se encontra espelhada no gráfico seguinte, com valores na ordem dos 56%, correspondendo ao

acompanhamento de 21 crianças. Em paralelo, encontram-se as restantes valências, com uma distribuição equitativa, entre os 11% e os 17%. Neste contexto, evidenciamos ainda um aumento significativo relativamente ao ano transato na ordem dos 28%, de crianças em acompanhamento direto, correspondente este ano a 58% das crianças (n=21), encontram-se em acompanhamento efetivo e 26% em vigilância.

Distribuição por idades das crianças acompanhadas -
Técnicos APCVR

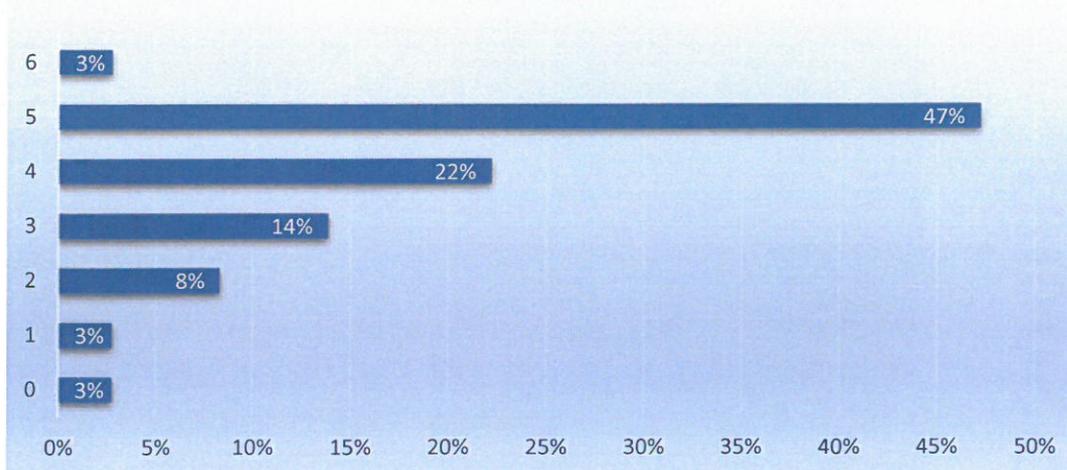


Gráfico 14 - Distribuição por idades das crianças acompanhadas por Técnicos da APCVR

Nesta contextualização, verificamos também que cada terapeuta, tem crianças com idades médias de 4 anos, apesar da diversidade constante das 36 crianças acompanhadas. Assim, valida-se que as sinalizações e atribuições estão a ser asseguradas em idade mais tardia, relativamente ao ano transato, embora a diferença não seja significativa.

Ainda na contextualização do acompanhamento efetuado pelos técnicos da APCVR na equipa ELIATB, verificamos que dos processos com intervenção e acompanhamento por parte dos nossos técnicos 64% tem atraso de desenvolvimento sem etiologia conhecida, 19% com condições específicas, 11% das crianças com exposição a fatores de risco biológico e 6% exposição a risco ambiental, sendo a maioria destas crianças do género masculino com uma percentagem de 72% e apenas 18% do género feminino.

Foi submetido a 11 de agosto de 2018, um pedido de revisão de acordo de cooperação, onde se prevê o aumento da afetação dos técnicos a esta resposta, sendo a mesma considerada pela APCVR como propulsora no acompanhamento e intervenção com crianças numa faixa etária de enorme importância para o desenvolvimento das mesmas, bem como da capacitação de famílias e instituições que são frequentadas pelos utentes.

Reabilitação Social



3.2. Centro de Atendimento/Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)

Com a dinamização e adaptação paulatina ao modelo de funcionamento, adaptado e ajustado aos normativos e orientações emanadas pela portaria nº 60/2015 de 2 de março, este serviço consagra como objetivo primordial, o atendimento, acompanhamento e processo de reabilitação social a pessoas com deficiência e incapacidade, através da disponibilização de serviços de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais (art. 2º).

Esta resposta social, prevê o enquadramento obrigatório de serviços da reabilitação social, como um processo de aquisição de competências pessoais e sociais, com vista à obtenção de uma maior autonomia e participação social da pessoa com deficiência e incapacidade, podendo ser desenvolvida em equipamento, no domicílio ou na comunidade. Neste âmbito e tendo em conta as especificidades da situação de deficiência e o perfil do utilizador é de carácter obrigatório o desenvolvimento de modalidades de atividades da vida diária, competências básicas de autonomia, orientação e mobilidade, intervenções em estimulação sensorial, em formação comportamental e apoio psicossocial para utilizadores e familiares.

A APCVR ao longo de 2018, dinamizou 23 atividades distintas, nas 9 categorias previstas na portaria nº 60/2015, de 2 de março, aumentando assim, o número e a diversidade de intervenções disponibilizadas junto de crianças e jovens com deficiência e incapacidade.

Destacamos, o ano de 2018, com um total de 4.316 intervenções distribuídas ao longo dos 12 meses de atividade, consagrando uma média de 664 intervenções /mensais, tendo-se verificado um aumento relativamente a 2017 de 2%, não sendo o mesmo significativo, no entanto o número de faltas também consubstancia esta alteração com o aumento da assiduidade e frequência esta resposta na ordem dos 2%.

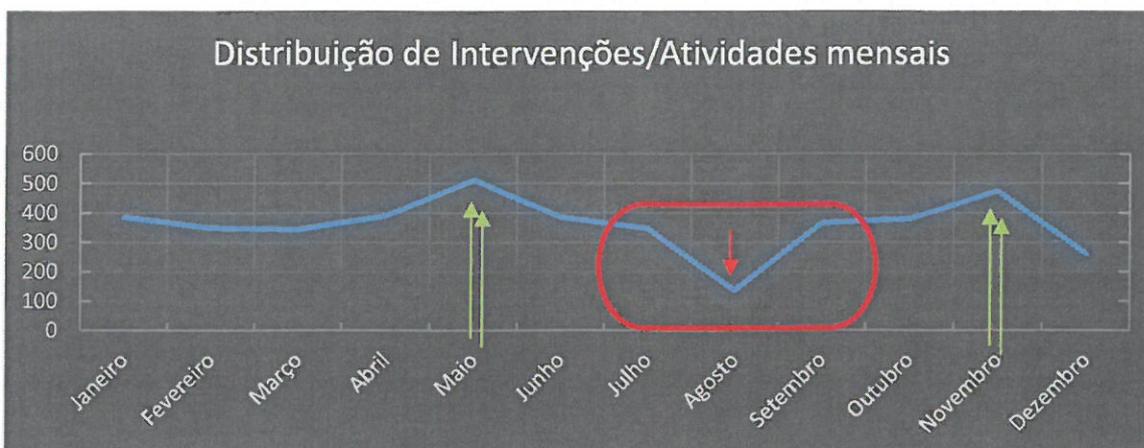


Gráfico 15 - Distribuição de Intervenções/Atividades mensais

Tal como temos vindo a referir ao longo dos anos anteriores, o CAARPD assume um padrão de aumento de faltas nos períodos coincidentes com as férias escolares, sendo esta uma resposta mais direcionada para crianças e jovens. No ano de 2018, embora se mantenha esse padrão, o mesmo foi diluído, não se vincando tanto esta tendência, dado que se relaciona em paralelo com a diversidade de idades dos utentes que frequentaram esta resposta durante o ano de 2018.

Esta tendência poderá ser invertida, dado que anteriormente a maior faixa etária de utentes se situava entre o 7 e os 15 anos, e em 2018 alargando até aos 18 anos (escolaridade obrigatória), validamos apenas 60% dos utentes da resposta nestas faixas etárias.

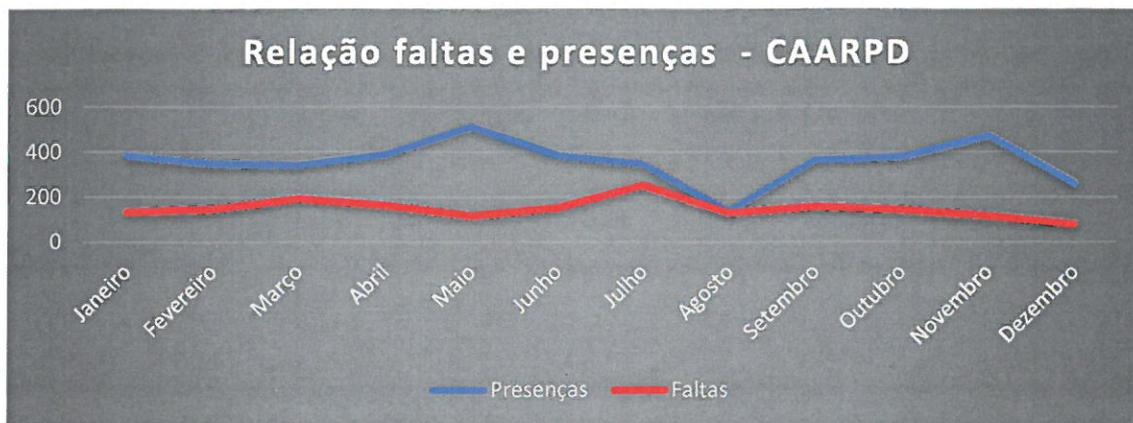


Gráfico 16 - Relação faltas - presenças CAARPD

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Assim, verificamos que da nossa capacidade efetiva, apenas realizamos 71% de atendimentos, sendo que 29% são faltas de utentes às intervenções (n=1.782), dado que quando existe alguma ausência de técnicos os atendimentos são substituídos ou compensados às familiares e utentes.

Esta análise, permite-nos afirmar que existe capacidade de resposta para mais 148 atendimentos mensais por parte da equipa técnica, para além das suas dinâmicas inerentes à gestão da resposta, divididos pelas várias atividades dinamizadas.

Apresentamos de seguida o gráfico, onde se indica a capacidade da valência, o número de presenças e de faltas.

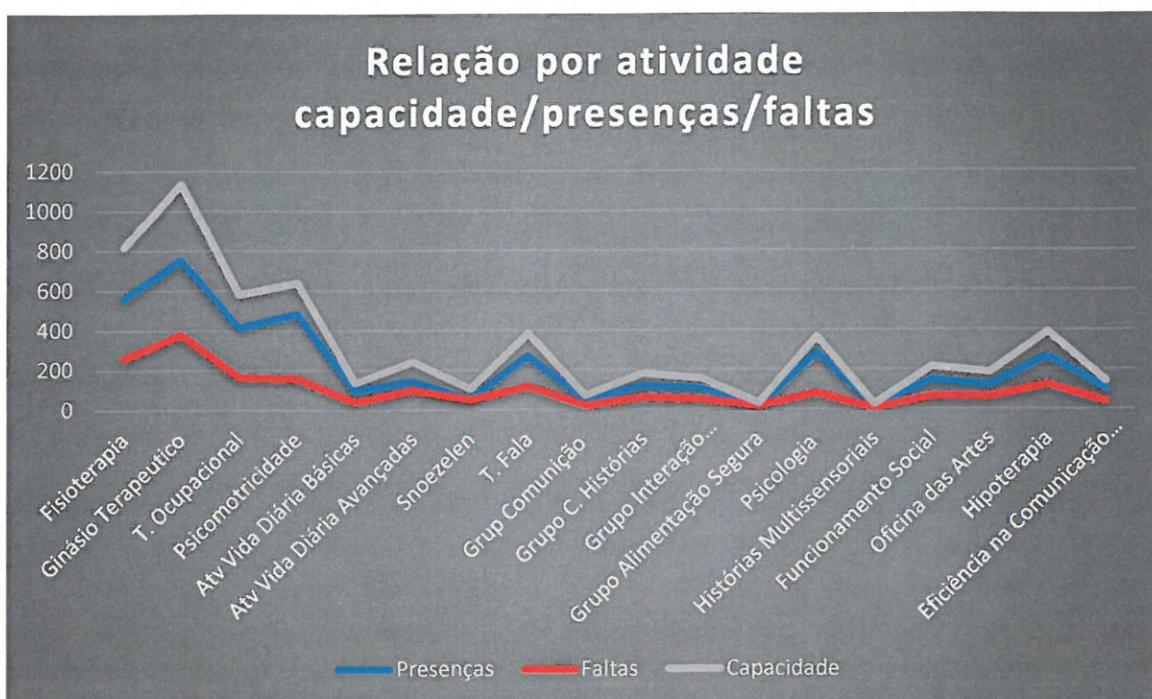


Gráfico 17 - Relação capacidade / presenças / faltas

De forma a que possamos validar a dinâmica de intervenções e elaborar uma visão mais ampla do que é realizado nesta resposta social, parametrizamos a distribuição de utentes pelas diferentes intervenções ao longo do ano, consagrando que as atividades de fisioterapia e ginásio de fisioterapia são as que mantêm a maior adesão, mantendo os padrões dos anos anteriores.

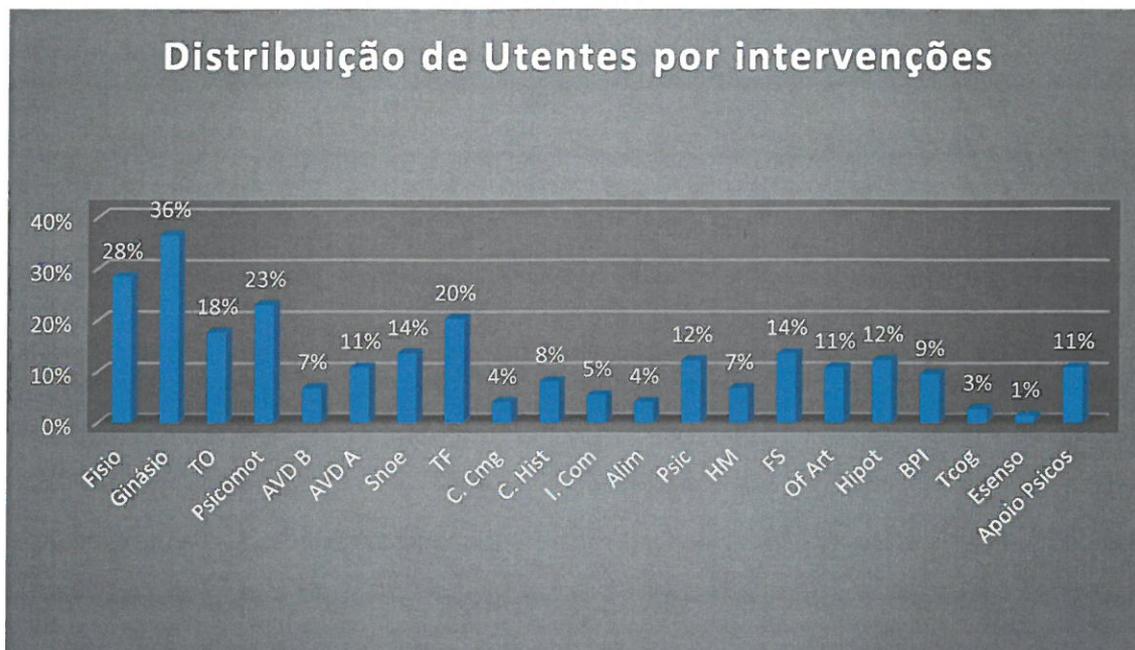


Gráfico 18 - Distribuição de Utentes por intervenções

No que concerne à distribuição de atendimentos por serviço disponibilizado, verificamos que a fisioterapia, o ginásio de fisioterapia e a psicomotricidade, encontram-se sempre como os serviços com maior adesão, no entanto este ano verifica-se um aumento do número de utentes em fisioterapia relativamente a 2017, mantendo o valor igual no ginásio de fisioterapia e confirmando também um aumento na psicomotricidade de 20% para 23% em 2018. Numa análise rápida validamos a clara necessidade de terapias com predomínio na reabilitação motora, no entanto validamos também o agrado dos pais na vertente funcional.

Dentro desta parametrização de atendimentos, esta resposta contabilizou até à data 74 Utentes, entre os 6 e os 48 anos, correspondendo a idade média a 16 anos. Facilmente verificamos que 78% dos Utentes correspondem a idades entre os 6 e os 18 anos, em particular 59% entre os 6 e os 15 anos, e 19% entre os 16 e os 18 anos, restando 22% de idade superior a 18 anos.

Ainda na sequência da caracterização da população da resposta social, verificamos que à semelhança de inúmeros estudos estatísticos, o género masculino é mais prevalente (65%, n=48), relativamente ao género feminino (35%, n=26). Quando confluímos estes dados com as faixas etárias, validamos a seguinte correspondência:

Tabela 9 - Distribuição de Utentes do CAARPD por género e faixa etária

Distribuição de género/faixa etária		
Faixa Etária	Feminino	Masculino
Dos 7 a 10 anos	15%	19%
Dos 11 a 15 anos	35%	45%
Dos 16 aos 18	19%	19%
Dos 18 aos 34 anos	27%	15%
Mais de 35 anos	4%	2%

Apenas se verifica a sobrevalorização do género feminino para a população com mais de 18 anos. Relativamente à problemática dos utentes abrangidos nesta resposta, confirmamos que 45% está diagnosticada com paralisia cerebral (PC), sendo a maioria do restantes atraso de desenvolvimento psicomotor (ADPM) 35% e 20% de outras síndromes raras e doenças neurológicas afins.

Nas paralisias cerebrais, nos Utentes da nossa resposta, são marcadamente mais predominantes no género masculino, contabilizando um total de 73%.

Relativamente à intervenção com Pais e Responsáveis durante o decorrer deste ano implementamos intervenção dirigida aos mesmos. Damos início a duas tipologias de sessões de grupos de ajuda mútua com pais e responsáveis de utentes, dinamizados e orientados por serviço social e psicologia, onde verificamos para além da adesão, a solicitação de sessões mais frequentes e uma melhoria significativa na forma como compreendem a dinâmica e os objetivos do serviço. Obviamente estes serviços, não atingem significância, quando comparados com as restantes atividades de utentes.

Particularizamos ainda a inserção de uma atividade extra ao serviço durante o ano de 2017, que foi mantida no decorrer de 2018 inserida na resposta social através do projeto (D)EC – (D)Eficiência na Comunicação, potenciando a comunicação alternativa e aumentativa através de meios tecnológicos e digitais.

Relativamente às atividades complementares da resposta social, estavam previstas até à presente data 10 atividades, distribuídas pelas categorias de atividades lúdicas, recreativas e sociais (3), atividades culturais e intelectuais/formativas (6), e atividades desportivas (1), apenas se realizaram 3 atividades, em dois quadrantes, estando em falta as restantes por impossibilidade dada a dinâmica institucional. No entanto existiram atividades extra, que convergiram com outras respostas sociais.



Verificamos que os objetivos não foram cumpridos, tendo todos os valores ficado abaixo do esperado como indicador positivo para execução das atividades. Num contexto generalista, apenas 30% do plano de atividades sociocultural aprovado, foi executado não tendo por isso cumprido os objetivos e indicadores propostos.

Como balanço do ano de 2018, é do nosso entendimento que esta resposta social, sofreu efetivamente alterações a todos os níveis, embora com uma enorme resistência por todos aqueles que a constituem e nela participam, no entanto acreditamos também que a mudança é sempre alvo de ajustes e nivelamento de dinâmicas, esperando no próximo ano, obtermos indicadores positivos nos diversos parâmetros avaliados.

De uma forma geral, acreditamos que este serviço, alcançou ao longo do ano de 2018, ganhos significativos no modelo de intervenção atualizado e em rigor no cumprimento da normativos legais. Integramos novos utentes, disponibilizamos novos serviços, mas sobretudo delineamos um modelo de acompanhamento e proximidade não só com os Utentes, mas também com as famílias e responsáveis, pois acreditamos também que estes fazem parte integrante de um processo de reabilitação.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Centro de Atividades Ocupacionais



3.3. Centro de Atividades Ocupacionais – CAO APCVR

O Centro de Atividades Ocupacionais da Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real, conta atualmente com um quadro de colaboradores, abrangente e especializado, dando desta forma resposta às exigências ao nível da intervenção com que nos vamos deparando.

É uma resposta social, desenvolvida pela APCVR há mais de 20 anos, o que nos tem levado a repensar as diversas formas de dinâmica e orientações de serviço, dada a população que o frequenta.

O quadro de colaboradores acima mencionado terá de se ajustar ao normal e progressivo perfil de utentes que o constituem, estando atualmente com uma idade média de 39 anos de idade, intercalando entre os 21 e os 61 anos. Ou seja, verificamos que a heterogeneidade dos utentes, se reflete maioritariamente entre os 35 e os 49 anos de idade, sendo a permanência média desta faixa etária na resposta social coincidente com uma média 15 anos.

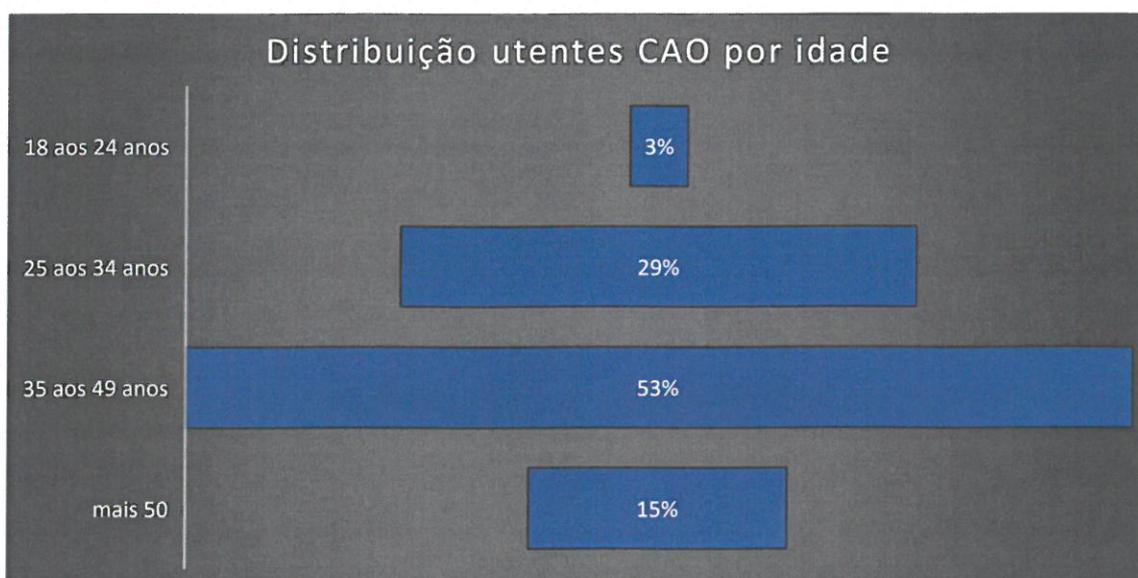


Gráfico 19 - Distribuição utentes CAO por idade

Atualmente de uma forma geral, validamos também a frequência média de todos os utentes nos 13 anos de permanência nesta resposta, não sendo em particular os Utentes com mais de 50 anos que assumem o valor máximo.

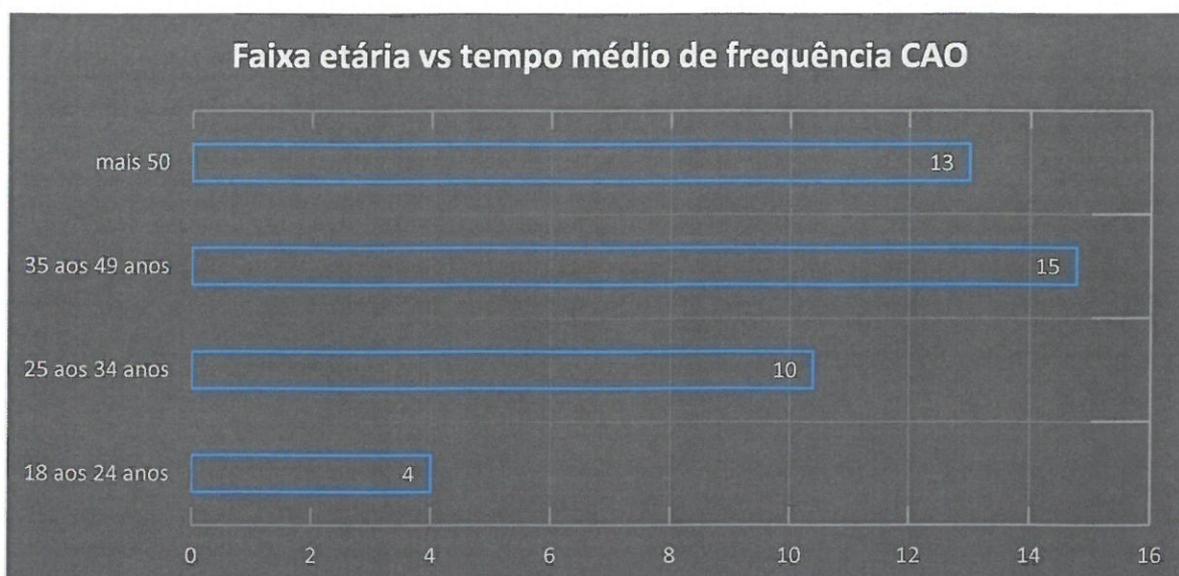


Gráfico 20 - Faixa etária vs tempo médio de frequência CAO

O envelhecimento dos Utentes, reflete-se naturalmente no grau de autonomia e consequentemente na disponibilidade para integração de atividades, o que nos leva uma vez mais a termos que equacionar algumas adaptações na dinâmica institucional. Afirmamos com isto que a nossa população para além das dificuldades motoras inerentes à paralisia cerebral e doenças neurológicas afins, depara-se atualmente com um quadro de comorbilidades associadas ao seu envelhecimento, onde a APCVR procura neutralizar, através do investimento nas atividades de vida diária e manutenção da autonomia, de forma a podermos proporcionar as reais atividades ocupacionais e melhoramento da qualidade de vida.

Destacamos, a caracterização dos nossos utentes através das funções do corpo, onde conseguimos abranger um panorama físico e mental através de graus de dependência atribuídos pela equipa técnica.

Assim constatamos, que 97% dos Utentes apresentam comprometimento motor, dos quais 25% caracterizado como completo e 27% considerado grave, no entanto 100% do centro de atividades ocupacionais patenteia comprometimento das funções mentais e de desenvolvimento, sendo 51% considerado como grave e completo.

Analogamente a estas condicionantes que conferem a incapacidade a que nos dedicamos, verificamos também que atualmente 97% dos Utentes apresentam disfunções de órgãos ou aparelhos internos (cardiovascular, digestivo, respiratório, etc).

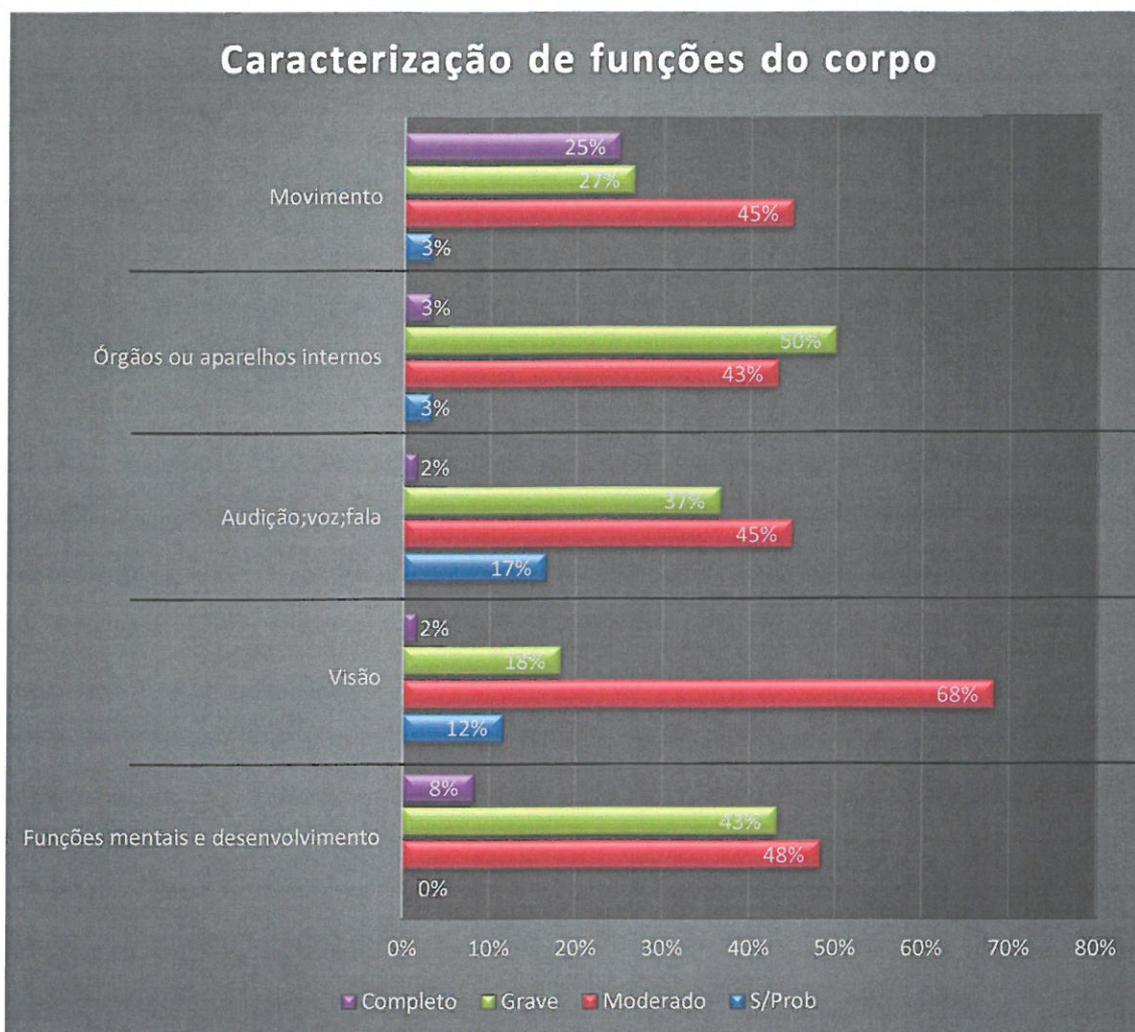


Gráfico 21 - Caracterização de funções do corpo

Perante os dados recolhidos durante o ano de 2018, no que toca a atividades de vida diária, concretamente banho, vestir, continência, etc., e cruzando os mesmos com a caracterização das funções do corpo, idade e tempo de frequência na resposta social CAO (+15 anos) consideramos que os utentes em causa, apresentam na generalidade comprometimento na realização de todas as AVD's, exceto na alimentação e continência. Salvaguardamos que nesta tipologia apenas se encontram divididos por grau de dependentes ou independentes, considerando todos os que apenas necessitam de supervisão ou ajuda, como independentes.

De uma forma geral, validamos que 50% dos utentes são independentes necessitando apenas de ajuda ou supervisão e os restantes 50% representam a dependência de terceiros para a execução de qualquer tarefa.

A
 [Handwritten signatures and initials in blue ink]

Uma vez mais do ponto de vista dinâmico, esta caracterização antevê a necessidade de investimento no treino efetivo de AVD's, para que não se percam competências básicas, que se traduzem na sua individualidade, privacidade e autonomia.

Do ponto de vista institucional, este investimento traduzir-se-á no possível investimento em técnicos especializados e/ou atividades mais diversificadas, em prol do seu declínio correlacionado com todos os anteriores fatores mencionados (idade, condição física, tempo de permanência). Com este retrato e investimento por parte da APCVR, procuramos também minimizar a institucionalização em estruturas residenciais de forma precoce e antecipada.

Utentes Independentes vs Dependentes em AVD's

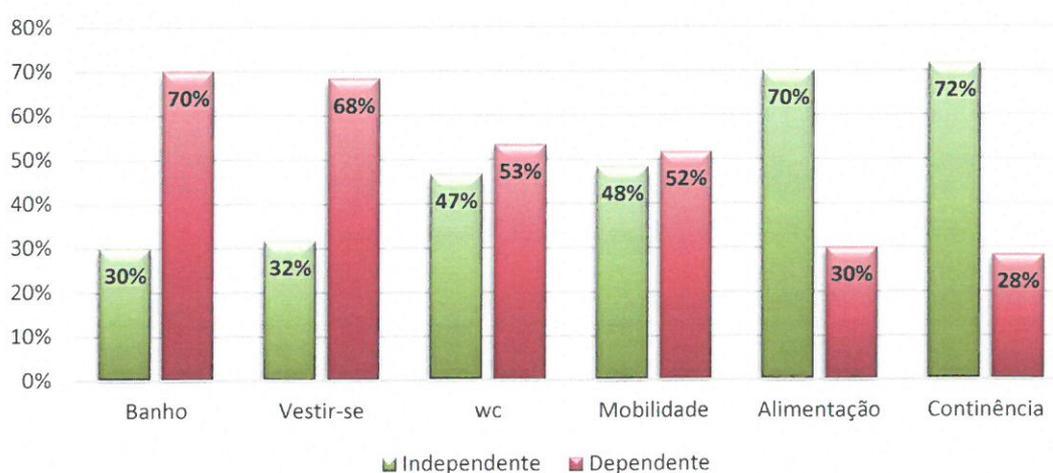


Gráfico 22 - Grau de autonomia por AVD's – 2018 (número de utentes)

Assim, constatamos também um acréscimo substancial de tarefas para o Centro de Atividades Ocupacionais, onde se começam a privilegiar as higienizações dos utentes.

Em 2018, 35% dos Utentes, realizaram na APCVR, 5.360 higienizações, com uma média mensal de 447 intervenções. Referimo-nos apenas a banhos e higienizações de fralda, não sendo contempladas as higienizações de w.c., higiene oral, etc..

Todos estes dados, se refletem também na evolução dos atendimentos efetuados por valências técnicas, que a cada ano aumentam as suas necessidades. Tendo em 2018, sido efetuadas 5313 intervenções, com um número médio mensal de 483 atendimentos/mês, representando assim um aumento de 6% relativamente a 2017, correspondente a mais 306 intervenções.



Desde 2016, após o primeiro retrato conseguido relativamente à caracterização dos utentes da resposta social CAO, que tentamos modernizar a instituição, inovar e diversificar a oferta da mesma à comunidade, famílias e utentes, dispondo de novos serviços e valências.

Foi também em 2018, que optamos por integrar serviços de bem-estar e com a integração de diversos projetos nesta resposta social, nomeadamente ao nível da nutrição, do treino de competências e solidariedade com a comunidade, entre outros, que terão a sua descrição no capítulo de projetos.

Para além das atividades ocupacionais desenvolvidas diariamente, o CAO alocou duas terapeutas ocupacionais de afetação constante em salas, para o trabalho efetivo com todos os utentes, particularizando algumas situações, onde o trabalho é efetuado de forma mais individualizada, para a correta inserção nas atividades comuns. O CAO disponibilizou também, os serviços de equitação terapêutica, hidroterapia / natação adaptada, fisioterapia, psicomotricidade, ginásio de fisioterapia, tratamentos de bem-estar (hidromassagem) e treino de atividades de vida diária.

Tabela 10 - Evolução das frequências apoios técnicos de CAO, nos últimos 4 anos

	2015		2016		2017		2018	
Terapia Ocupacional	Presenças	1086	Presenças	1347	Presenças	1486	Presenças	124
	Faltas	133	Faltas	158	Faltas	129	Faltas	14
Equitação Terapêutica	Presenças	434	Presenças	379	Presenças	379 =	Presenças	345
	Faltas	22	Faltas	59	Faltas	75 =	Faltas	82
Hidroterapia	Presenças	125	Presenças	101	Presenças	123 =	Presenças	129
	Faltas	34	Faltas	54	Faltas	31 =	Faltas	31
Fisioterapia	Presenças	664	Presenças	1059	Presenças	1363 +	Presenças	1978
	Faltas	73	Faltas	158	Faltas	173 +	Faltas	231
AVD's					Presenças	144	Presenças	669
					Faltas	28	Faltas	75
Reabilitação Wii					Presenças	126 +	Presenças	277
					Faltas	0 +	Faltas	11
Psicomotricidade					Presenças	656 -	Presenças	237
					Faltas	106 -	Faltas	39
Tratamentos de bem-estar Hidromassagem							Presenças	54
							Faltas	11
Ginásio Fisioterapia							Presenças	618
							Faltas	189

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Constatamos em particular o incremento da realidade acima descrita no serviço de fisioterapia, onde uma vez mais se reflete o comprometimento motor e o grau de autonomia, sendo esta a congruência entre as necessidades e o perfil dos utentes, tendo a mesma aumentado o número de atendimentos relativamente a 2017, na ordem dos 30%.

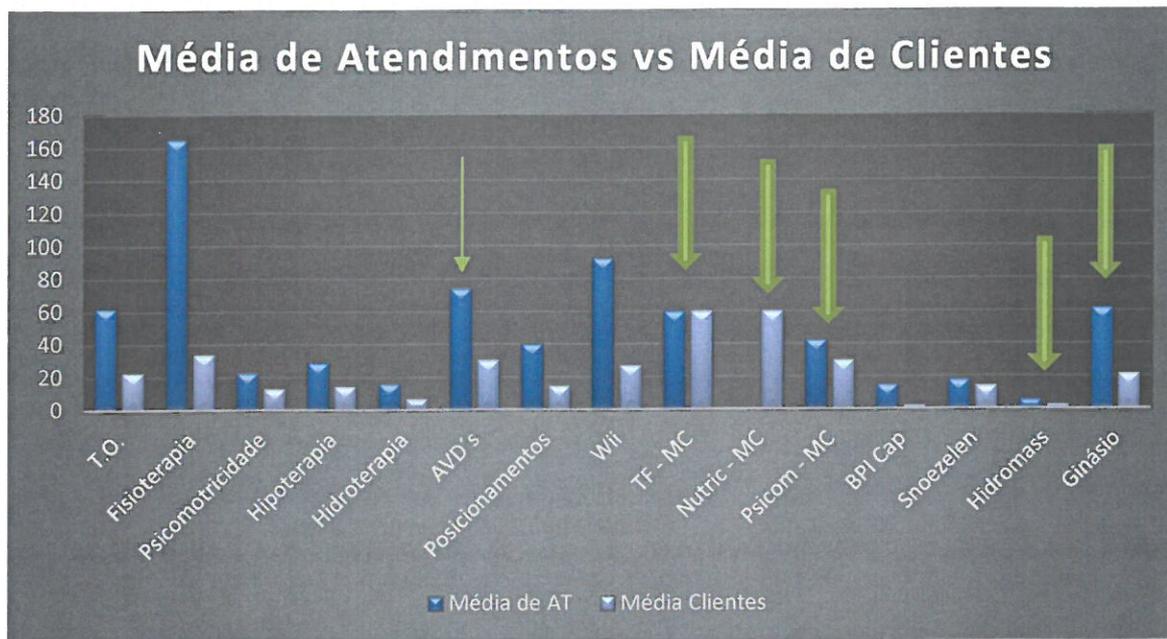


Gráfico 23 - Média de Atendimentos vs Média de Clientes

Validamos também, estes dados na percentagem de utentes abrangida por este serviço, respetivamente 57% (N=34) dos utentes de CAO foram acompanhados por fisioterapeutas no decorrer de 2018, e consagramos já o investimento efetuado em AVD's com um incremento anual de 34% nos utentes que frequentam estas atividades (foram apenas contempladas as atividade técnicas de AVD's, não as efetuadas por monitores), o que correspondem em 2018, a um treino efetivo de 51% dos utentes de CAO.

O ano de 2018, foi o segundo ano de implementação do plano de atividades sociocultural, construído pelas equipas das diferentes respostas, adaptados às preferências e funcionalidade dos utentes, onde foram realizadas pela equipa técnica as atividades do plano em causa, tendo sido as mesmas decompostas em aproximadamente 150 atividades, paralelas às atividades ocupacionais realizadas diariamente.

Verificamos este ano de 2018, que a equipa diminuiu o número de atividades desenvolvidas no âmbito lúdico, recreativo e social, absorvendo as mesmas nas atividades gerais de CAO,

Para que possamos explicar e fazer o cruzamento de dados relacionado com as atividades programadas pela equipa técnica do CAO para o ano de 2018, referimos:

Tabela 11 - Parametrização do plano de atividades de CAO

	Atividades Propostas	Atividades Aprovadas	Atividades executadas	Indicador de monitorização I	Indicador de monitorização II
Lúdicas, recreativas e sociais	11	11	11	100% atividades realizadas	Realizadas 5 atividades adicionais
Culturais, intelectuais e formativas	19	19	15	79% atividades realizadas	Realizadas 17 atividades adicionais
Desportivas	7	7	2	29% atividades realizadas	Realizadas x atividades adicionais
Total de Atividades	37	37	28	76% Plano Atividades foi cumprido	20 atividades adicionais

Com os resultados expostos, aferimos que o plano de atividades apesar de positivo, não atingiu o indicador de 90% de execução proposto para a sua avaliação, tendo ido de encontro ao segundo indicador de identificação de 3 potenciais atividades. No entanto numa avaliação qualitativa, este foi um ano de satisfação para todos os atores do CAO (Utentes, equipas, pais e cuidadores), atingimos o objetivo de envolver os pais em algumas atividades, conseguimos alargar as parcerias informais na adesão a novas atividades, mas sobretudo a satisfação na animação e envolvimento dos Utentes, patente na avaliação da satisfação em cada atividade.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Centro Prescritor de Produtos de Apoio



CONTACTOS RÁPIDOS	MENSAGENS ESCRITAS	CHAMADAS	INTERNET
FOTOGRAFIAS	COMANDO MEO	TEXTO PARA VOZ	TABELAS DE COMUNICAÇÃO

3.4. Centro Prescritor de Produtos de Apoio – CPPA APCVR

O Centro Prescritor de Produtos de Apoio APCVR, é distinguido como Centro Especializado com Equipa de Reabilitação constituída por médico e pessoal técnico especialista (nível III), é um serviço que avalia e prescreve produtos de apoio para qualquer pessoa com deficiência ou incapacidade, temporária ou definitiva.

Com a participação do cliente, o produto de apoio que melhor garanta a funcionalidade daquele indivíduo é prescrito pela equipa técnica, no cumprimento do estipulado pela norma de referência ISO9999:2007 e nos despachos normativos publicados, é o processo instruído e encaminhado para o Instituto de Segurança Social ou outra entidade responsável pelo financiamento.

Este serviço é transversal as várias respostas da instituição, fornecendo apoio na área técnica de produtos que melhorem a qualidade de vida dos nossos Utentes e proporcionem maior grau de autonomia. Este serviço, também se encontra disponível, para Utentes externos à APCVR.



Gráfico 24 - Nº Processos de produtos de apoio finalizados

Durante o ano de 2018, em função dos dados disponíveis, verificamos que não existem diferenças significativas relativamente aos valores do ano anterior. Desta distribuição, validamos que 81% da prescrição foi interna, concretamente 38% relativa ao CAARPD e 33% para CAO e apenas 10% de Lar Residencial.

A APCVR tem vindo a desenvolver procedimentos internos, em consonância com o CDSS de Vila Real, de forma a garantir a sua atuação em concertação com os princípios que norteiam a sua atividade, em particular os princípios de rigor, equidade, transparência e livre concorrência do mercado, tendo em vista a melhoria da satisfação do Cliente e a melhor gestão financeira, refletindo-se na extensão a um maior número de pessoas com deficiência e incapacidade.

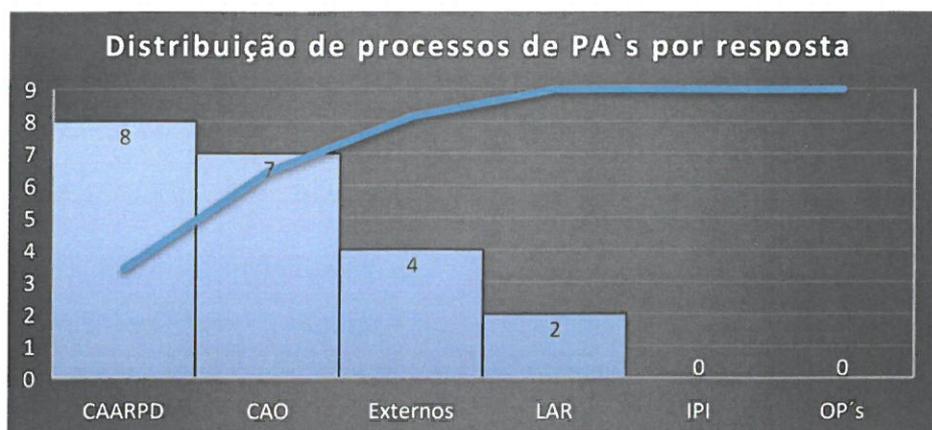


Gráfico 25 - Distribuição de processos de PA's por resposta

Esta metodologia iniciada já em 2016 poderá ter influência na diminuição do número de processos instruídos, não sendo a única condicionante em todo este procedimento. Parametrizando uma média da carga horária que cada processo de PA representa, atingimos valores aproximados de 18h/processo, referindo que a APCVR executa um procedimento de prescrição apoiado em várias atividades essenciais à boa prática para a prescrição de produtos de apoio, destacando-se:

- I - Diagnóstico de necessidades de produtos de apoio do cliente;
- II - Levantamento de hipóteses de produtos de apoio que satisfaçam as necessidades do cliente;
- III - Avaliação e teste presencial dos produtos de apoio com o cliente;
- IV - Seleção do produto apoio;
- V - Prescrição do produto de apoio pelo SAPA;
- VI - Formalização e entrega da documentação ao cliente;
- VII - Entrega do produto de apoio ao cliente;
- VIII - Treino, com a intervenção de profissionais de diversas áreas especializadas;

No entanto, ainda não foi possível dotar o CPPA de documentos normativos internos, que permitam garantir o nível desejado para o serviço, sendo esta uma meta para 2019.

Este decréscimo no número de processos de PA's finalizados, pode também ser um indicador da minoração das necessidades atuais dos Utentes, pelo facto de nos anos transatos terem já adquirido produtos de apoio, sendo que a próxima prescrição para o mesmo PA só pode ser efetuada após três ou cinco anos, dependendo da idade, ou alteração do quadro clínico).

Ainda nas alterações metodológicas efetuadas no CPPA APCVR, este serviço está afeto exclusivamente a uma equipa de reabilitação social, para que, a mesma possa de facto, atuar dentro dos princípios de rigor, equidade e transparência, o que também influenciará com certeza o volume de saída de processos de produtos de apoio, tendo em 2018, sido reativado o login da plataforma SAPA de todos os restantes técnicos da APCVR competentes para a prescrição de produtos de apoio.

Handwritten signature in blue ink.

Serviço de Apoio Domiciliário



3.5. SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

O serviço de apoio domiciliário prestado pela APCVR, destaca-se pela proximidade e humanização dos cuidados, através de uma equipa que diariamente entra no meio natural de vida de cada cliente, através da prestação de cuidados essenciais ao seu bem-estar.

Um serviço, que não suspende a sua atividade decorrendo a mesma em 7 dias da semana e ao longo do ano, dada a natureza e objetivos do mesmo, contabilizando em 2018, 3.684 intervenções, com incremento de 7.5% da frequência dos serviços relativamente ao ano transato.

Procedemos à distribuição dos serviços prestados em gráfico, para que o mesmo possa explicar a maior incidência e os serviços que se prestam com regularidade.

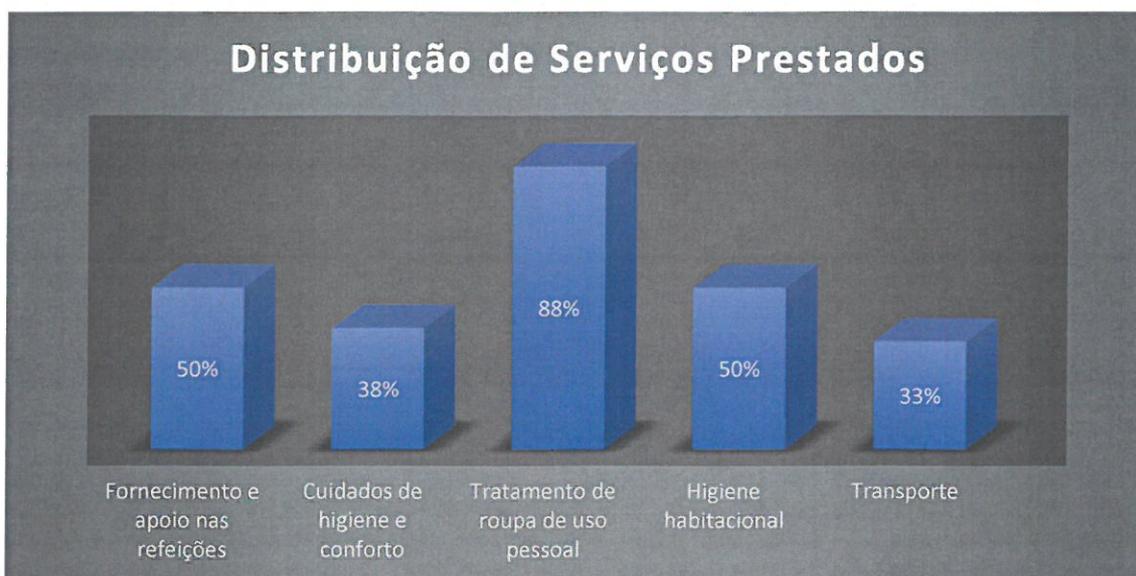


Gráfico 26 - Distribuição de Serviços Prestados

Validam-se neste serviço algumas tarefas de cariz semanal, no entanto privilegiamos e congratulamo-nos de prestar apoio diário e em atividades essenciais como os cuidados de higiene e conforto, bem como o fornecimento de apoio nas refeições, a 50% dos utentes deste serviço.

Destacamos que dos 5 serviços ativos no SAD, 3 deles assumem um carácter diário, em algumas situações excecionais bi-diário de prestação de cuidados de conforto e higiene.

Adjacente a esta distribuição consideramos válida a apresentação dos valores praticados por cada área de intervenção do serviço de apoio domiciliário, para que possam consagrar toda a dedicação que este serviço presta na manutenção dos utentes no seu domicílio (permanente ou temporário).

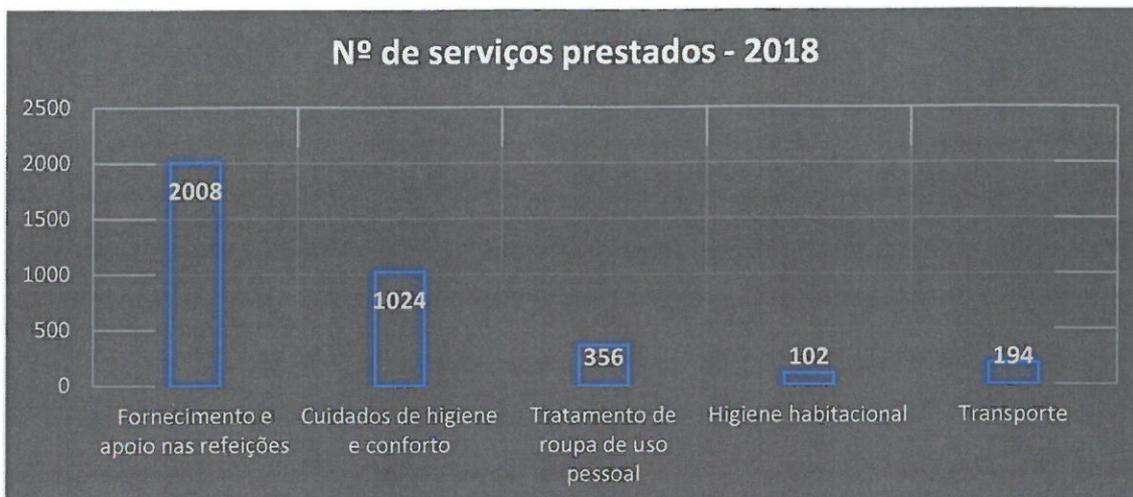


Gráfico 27 - Nº de serviços prestados - 2018

Consideramos efetivamente uma média mensal de 307 serviços prestados por mês, no distrito de Vila Real, nomeadamente nos concelhos de Vila Real, Chaves e Vila Pouca de Aguiar.

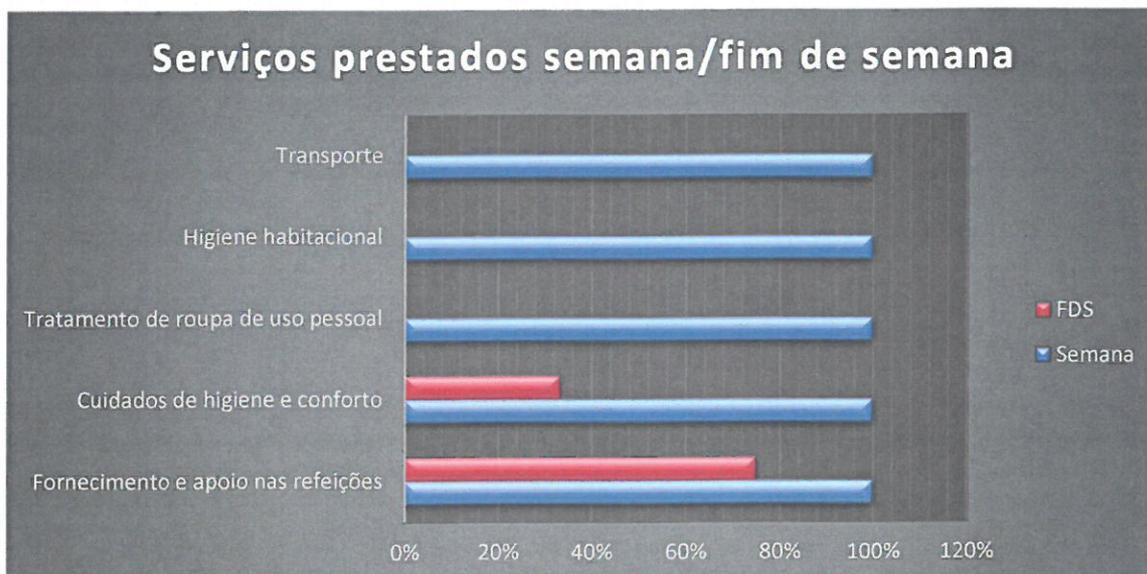


Gráfico 28 - Serviços prestados semana/fim de semana

Paralelamente, este serviço adquire especial relevância na promoção de medidas e atitudes preventivas do isolamento, da exclusão e da dependência, prevenindo também uma institucionalização precoce do Cliente com alguma autonomia, dado o número elevado de serviços que presta mensalmente, sendo esta distribuição representativa da calendarização expressa.

No ano de 2018, esta valência prestou serviços todos os dias do ano, inclusive com solicitações de nos dias de natal e ano novo, mantendo o mesmo padrão de frequências de 2017, com a diminuição da periodicidade e suspensões de serviços, por motivos de férias dos utentes.

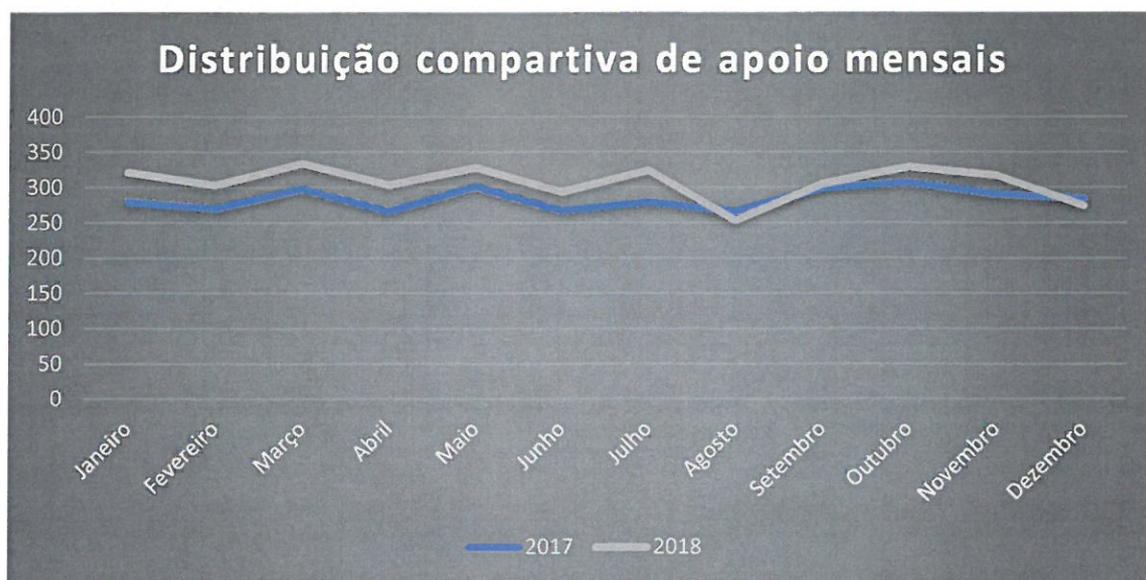
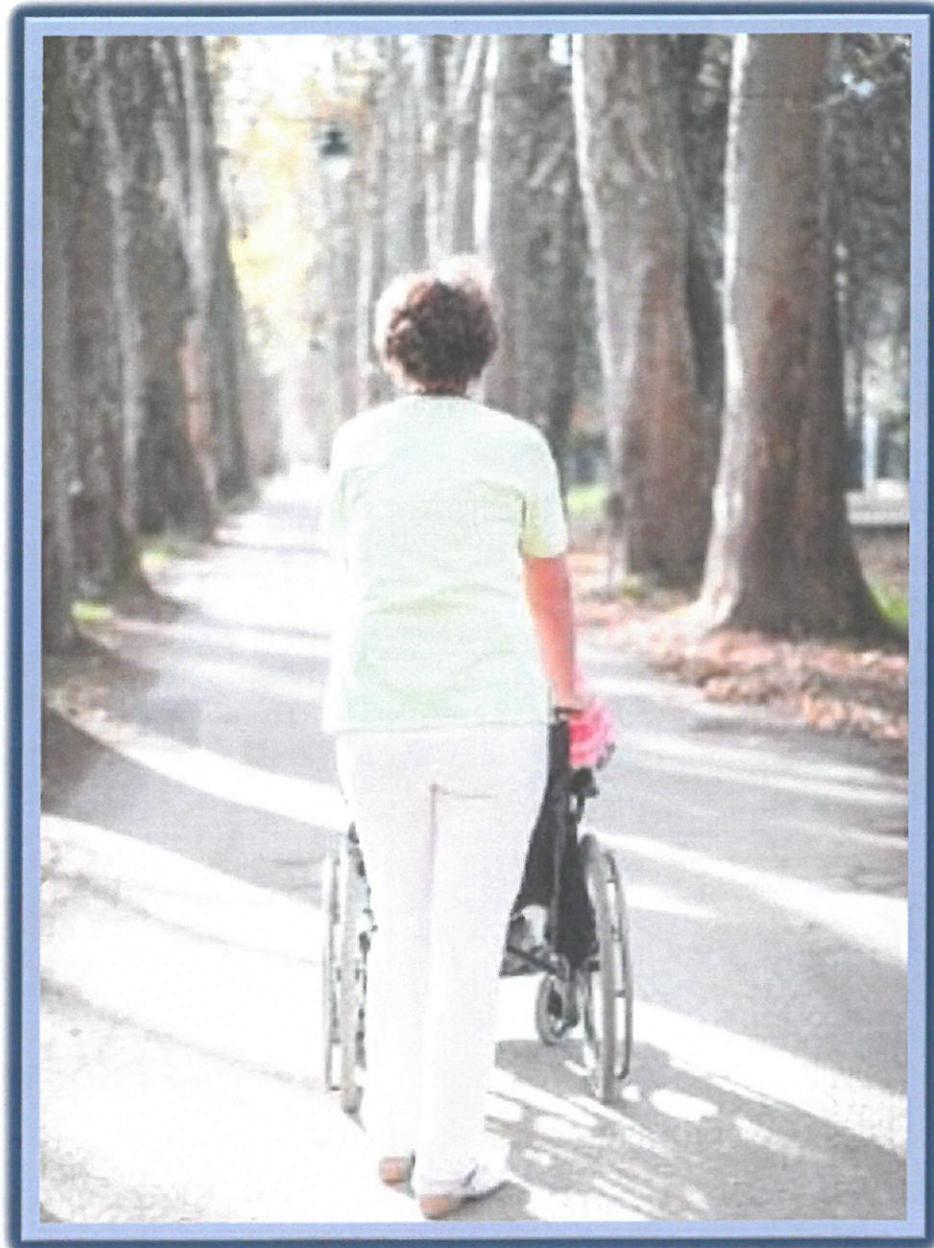


Gráfico 29 - Distribuição comparativa de apoio mensais

A
[Handwritten signatures and initials]

Lar Residencial



3.6. Lar Residencial APCVR

Com uma lotação de 14 Utentes, o Lar Residencial denominado *Dulce Mariette Barreira Gomes e Cid Magalhães Gomes* tem-se revelado uma resposta social em desenvolvimento e aprimoramento de estratégias de intervenção, adaptando-se diariamente às exigências de cada Cliente e situação surgida.

Tendo em conta os objetivos desta resposta social, nomeadamente a garantia das condições de bem-estar e qualidade de vida ajustadas às necessidades dos utentes/utentes, a promoção de estratégias de reforço da autoestima, autonomia pessoal e social, bem como as interações no sentido da integração social, o Lar Residencial APCVR, desenvolveu também o seu plano de atividades socioculturais de acordo com o perfil de utentes.

Denota-se particularmente nesta resposta o declínio de algumas funções de vida diária e conseqüente aumento da dependência, dado que esta resposta adota uma intervenção assistencialista com a supervisão, monitorização e auxílio em todas as tarefas de colaboradores afetos à resposta social em causa.

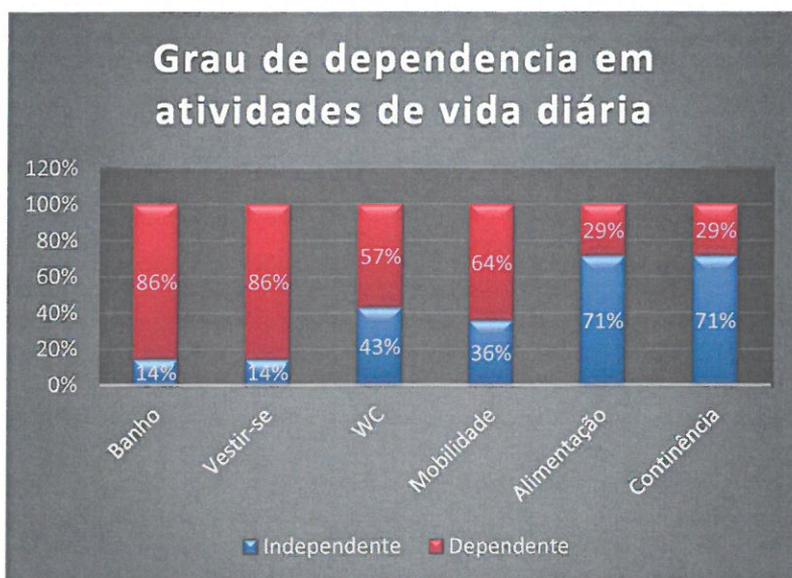
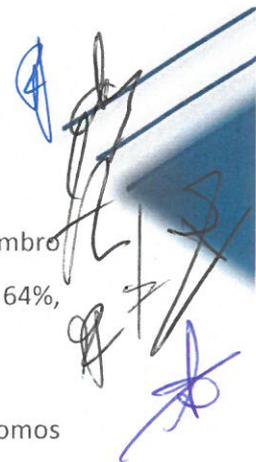


Gráfico 30 - Grau de dependência em atividades de vida diária

Determinamos na resposta Lar Residencial, que a idade média dos utentes se situa nos 44 anos, e atualmente estamos com graus de dependência bastante elevados dado o nível de mobilidade dos utentes residentes.

Relativamente ao ano transato, constatamos o agravamento das condições de saúde e concomitantemente de limitações na autonomia de dois utentes, alterando os valores de referência relativos ao ano de 2017.



Referimo-nos atualmente a um nível de dependência no banho de 86%, quando em dezembro de 2017, apresentávamos apenas 79% e de dependência na mobilidade de 64%, comparativamente a 43% de utentes dependentes em mobilidade em 2017.

O Lar Residencial conta atualmente apenas com significância estatística de utentes autónomos no que concerne à alimentação, continência e w.c.. Ou seja, estes dados remetem-nos para a responsabilização/dependência dos colaboradores na prestação de assistência nas atividades elementares (dependência no autocuidado), no entanto acresce também a sua sobrecarga dada a fomentação desta prática.

À semelhança do CAO, também no Lar Residencial se verifica o envelhecimento gradativo, o acréscimo de comorbilidades à situação de deficiência e incapacidade, particularmente nas funções mentais e de desenvolvimento, onde aferimos que 100% dos utentes apresentam comprometimento em diversas áreas funcionais como órgãos e aparelhos internos, funções mentais e de desenvolvimento e comprometimento motor.

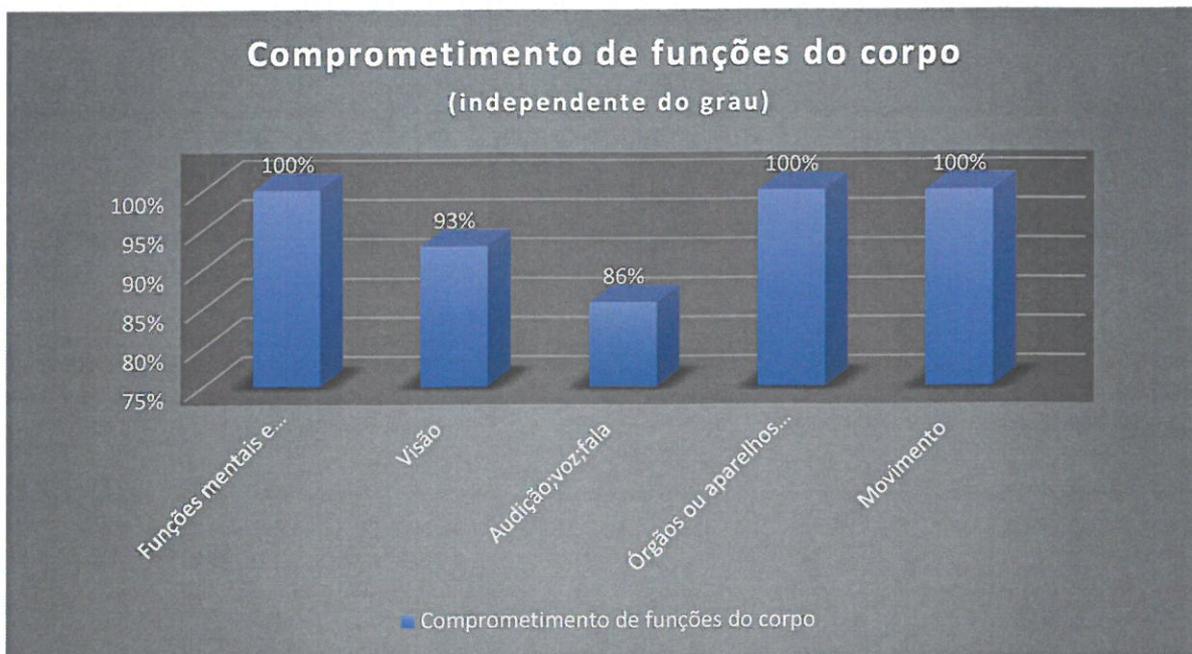


Gráfico 31 - Comprometimento de funções do corpo

Particularizando os dados apresentados no gráfico nº 31, verificamos que nas funções mentais e de desenvolvimento concomitantemente com as funções dos órgãos ou aparelhos internos, 71% apresenta comprometimento grave ou completo, analogamente nas funções do movimento, apenas 51% apresentam graus de comprometimento elevado.



Relativamente às funções de visão, apenas 21% é considerado significativo como grave ou completo. Por fim, no que toca à audição, voz e fala, era uma área que relativamente a 2017, sofreu também um agravamento com as dificuldades relacionadas com avaliação especializada de terapeuta da fala.

Os PDI's no Lar Residencial, foram construídos em consonância com a equipa de CAO, de forma a que os utentes com permanência em ambas as respostas sociais, possam dinamizar os objetivos comuns num trabalho perseverante na manutenção das suas condições e qualidade de vida.

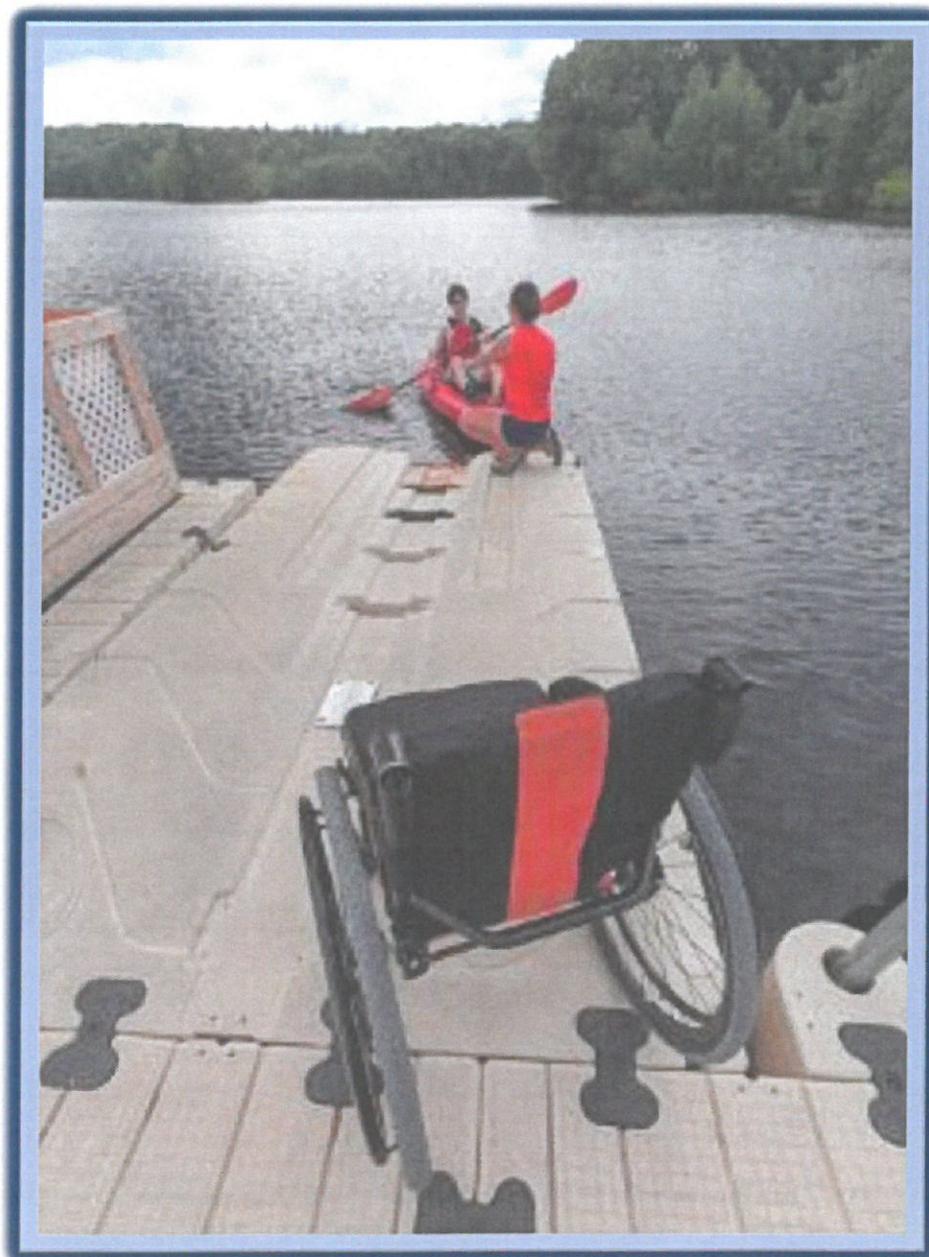
Concluímos com estes 5 anos de funcionamento do lar residencial que a institucionalização e a adaptação à resposta são processos individuais, embora existam dimensões comuns que surgem associadas aos processos de desvinculação. Em todo o caso, procuramos gerar respostas consistentes por parte da equipa, tendo em vista a limitação da dependência, a promoção da autonomia e a melhoria da qualidade de vida.

Uma das estratégias acima referidas, remete-se ao plano de atividades socioculturais e intervenções terapêuticas dirigidas aos nossos Utentes. Como forma de balanço, em 2018, o Lar Residencial dividiu as suas atividades no período semana/fim-de-semana, adotando a fisionomia de trabalhar em diferentes contextos e ambientes de forma a distinguir os objetivos.

Foi também integrada uma nova animadora sociocultural como um investimento profícuo na socialização e qualidade de vida de todos os que permanecem junto da APCVR diariamente.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature and several smaller initials.

Associativismo Desportivo



3.7. Associativismo Desportivo

Na ótica da APCVR, a organização da prática desportiva revela-se um instrumento privilegiado de intervenção com portadores de deficiência. O desporto tem o mérito de dar visibilidade às capacidades dos indivíduos, e não vincular apenas as suas limitações, colocando em evidência todas as suas capacidades.

Tendo por base estas premissas a APCVR e sendo uma valência transversal a todos os Utentes da nossa instituição, concretizou um arrojado plano de atividades de associativismo desportivo a decorrer de entre 2018, contando com a distribuição de alunos e atletas pelas diferentes modalidades.

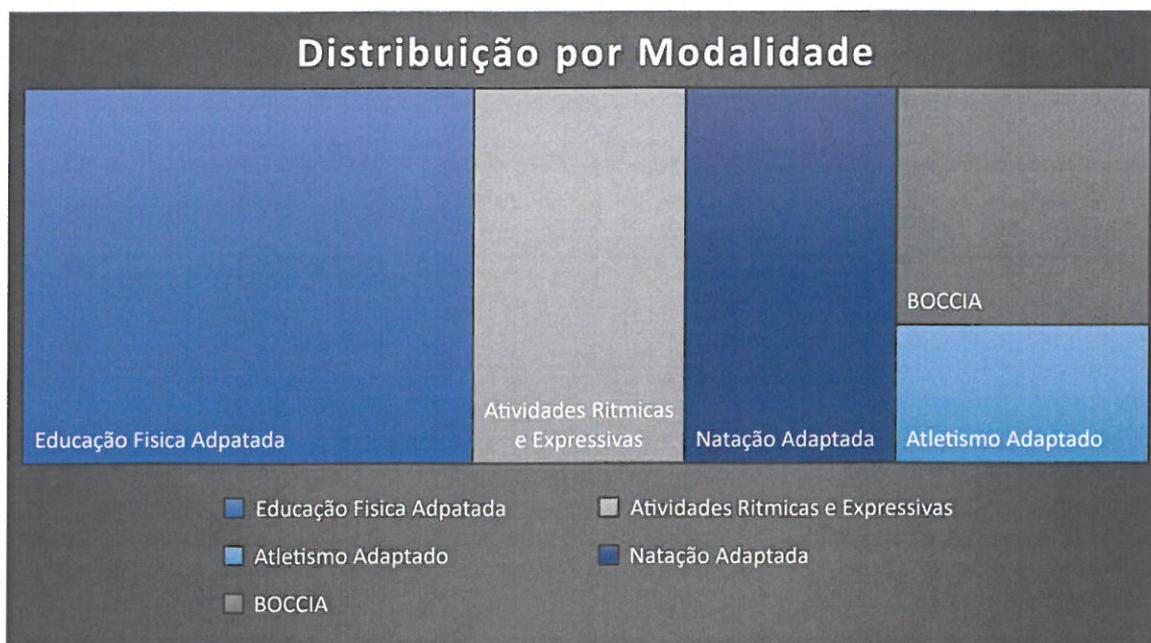


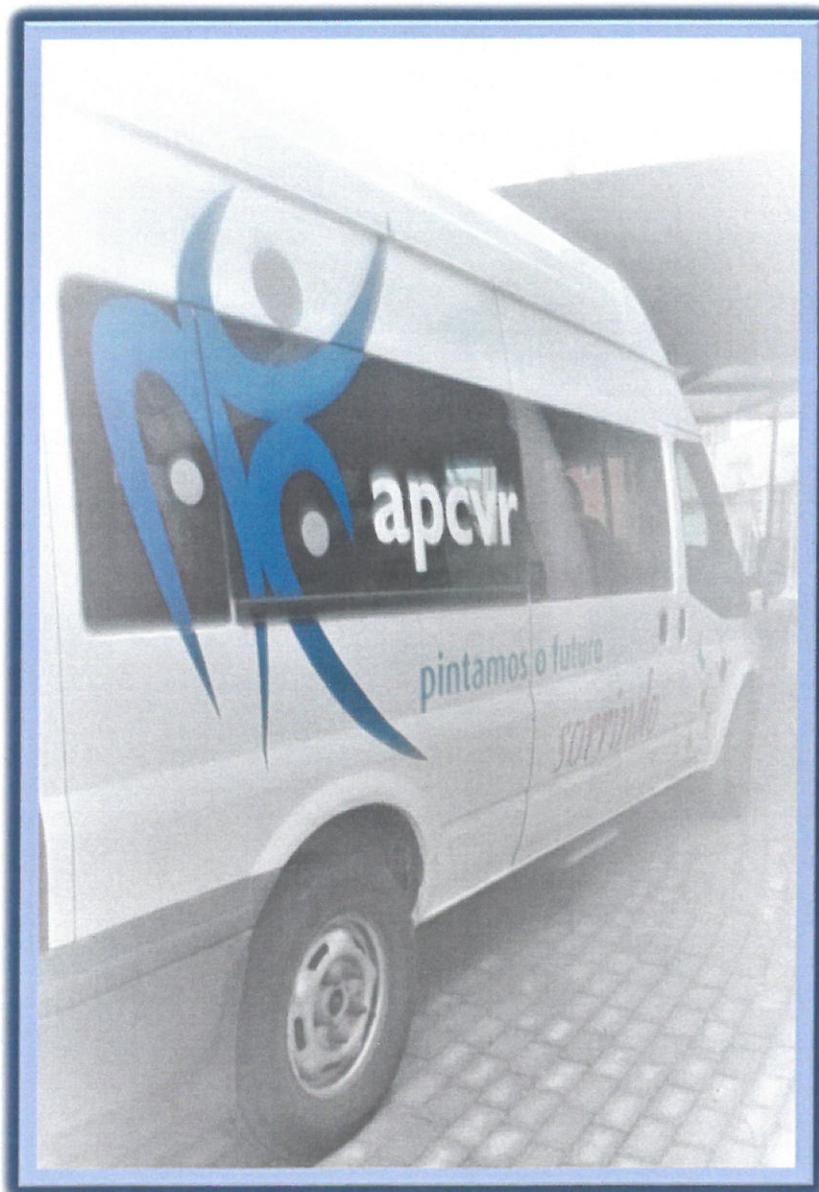
Gráfico 32 - Distribuição por Modalidade

Em 2018, foram realizadas diversas atividades, de forma a proporcionar a todos os atletas uma real inclusão no desporto e na melhoria da qualidade de vida, e sobretudo na sensibilização da comunidade para a potencialidade da pessoa com deficiência e incapacidade.

Tabela 12 - Parametrização do plano de actividades de Associativismo Desportivo

Categoria	Atividade	Nº Participantes
Atletismo Adaptado	Dia da Educação Física	122
Natação Adaptada	I Encontro de Natação Adaptada	70
	Torneio Regional de Natação Adaptada	
Atividades Rítmicas e Expressivas	Participação no Semana Cultural da UTAD	22
	Participação na Festa de Natal;	22
Atividades de Desporto Lúdico	Praia Fluvial de Fornelos	28
	Visita à Magikland - Penafiel	22
	Marchas Populares de Santo António	15
	Naturwaterpark	27
	Passeio ao Azibo	65
	Piscinas Codessais	134
TOTAL	11 Atividades	527 Participantes

Transportes APCVR



Handwritten signatures and initials in blue ink.

3.8. Transportes APCVR

Os transportes disponibilizados pela APCVR, assumem em toda a dinâmica institucional uma enorme importância na qualidade de vida das Famílias e Utentes. Assegura o descanso do cuidador, o conforto e socialização dos Utentes ao proporcionar o transporte adequado e seguro em veículos adaptados e com recursos humanos devidamente qualificados para o efeito.

A APCVR procura ainda ajudar a colmatar a reduzida oferta de transportes adaptados, nomeadamente da rede pública de transportes, com uma equipa de acompanhamento especializada, e constituída de acordo com o enquadramento legal do mesmo.

Com uma frota automóvel de 9 veículos, a APCVR transportou no decorrer do ano em causa 70% dos nossos Utentes de CAO (n=42), efetuando diariamente 5 percursos distintos (Régua, Vila Real, Mondim de Basto, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena) abrangendo uma área geográfica 1 082,81 Km².

Distribuição da rede de transportes APCVR 2018

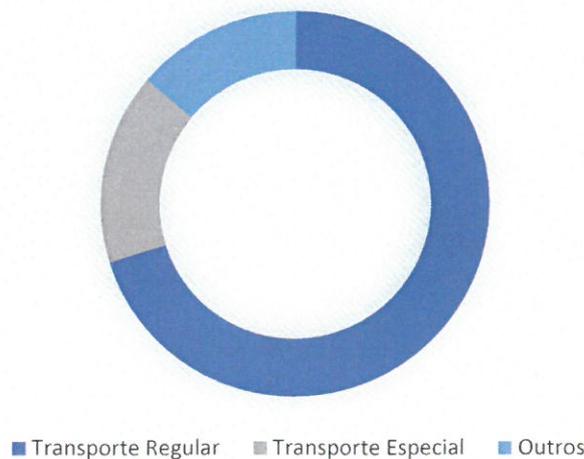


Gráfico 33 - Distribuição de transportes

Paralelamente a estes valores, através do Protocolo de Parceria com CMVR, a APCVR assegura no concelho de Vila Real a rede de Transportes Especiais Escolares (CPE – Circuito Privativo Especial) para alunos com NEE (necessidades educativas especiais), totalizando no ano de 2018 191 940 Km percorridos.

Centro de Recursos para a Inclusão



3.9. CRI – Centro de Recursos para a Inclusão Alto Tâmega – Douro Norte

Em 2017, a APCVR efetuou a candidatura de renovação de APCVR como Centro de Recursos para a Inclusão por um período de 4 anos, contemplado ainda mais um agrupamento de escolas, alargando concomitantemente a nossa área de intervenção, ao abrigo do decreto lei nº 3/2008 de 7 de janeiro.

Em junho 2018, esta resposta sofre uma alteração legislativa, muito aguardada pela APCVR, na defesa do modelo inclusivo e integrativo dos alunos com medidas educativas. Com a entrada em vigor do decreto-lei nº 54/2018 de 6 de julho, tornou-se emergente a alteração de procedimentos e dinâmicas de equipa de forma a irmos de encontro aos normativos e orientações emanadas pelo Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE) com a colaboração Direção Geral da Saúde e o Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P , através do Manual para a Educação Inclusiva, Assim, o CRI da APCVR ajusta-se e inicia uma nova forma de intervenção, procurando diminuir significativamente as intervenções em contexto individual/clínico, e ajustando às orientações colaborativas com os Agrupamentos de Escolas na implementação deste novo processo de educação inclusiva.

O Centro de Recursos para a Inclusão, continua a ser na perspetiva técnica uma resposta distinta na forma como procura adaptar o contexto escolar para a integração de todos os alunos, sendo imprescindível a sua abrangência na rede social, educativa e familiar onde a criança se encontra inserida, para além de poder atuar e intervir numa fase precoce das necessidades educativas especiais e da inclusão social.

Apesar da alteração estrutural que surge com o decreto-lei nº 54/2018 de 6 de julho, mantém-se nesta tipologia de resposta educacional, os constrangimentos ao nível dos financiamentos sendo o mesmo valor aplicável à alguns anos.

De forma a tentar lutar pela nova perspetiva de educação inclusiva, a APCVR alterou a sua dinâmica de funcionamento por AE, afetando equipas permanentes e não técnicos isolados em diferentes dias, o que nos possibilitou alguma otimização orçamental no binómio custos com RH e deslocações, resultando numa maior afetação técnica e disponibilidade para a comunidade escolar.

Em 2018, esta resposta educativa abrangeu 130 crianças em ambiente escolar (25 escolas), distribuídas pelas diversas tipologias de apoio, nomeadamente terapia ocupacional, terapia da fala, psicologia e psicomotricidade.

Distribuição geográfica de alunos do CRI

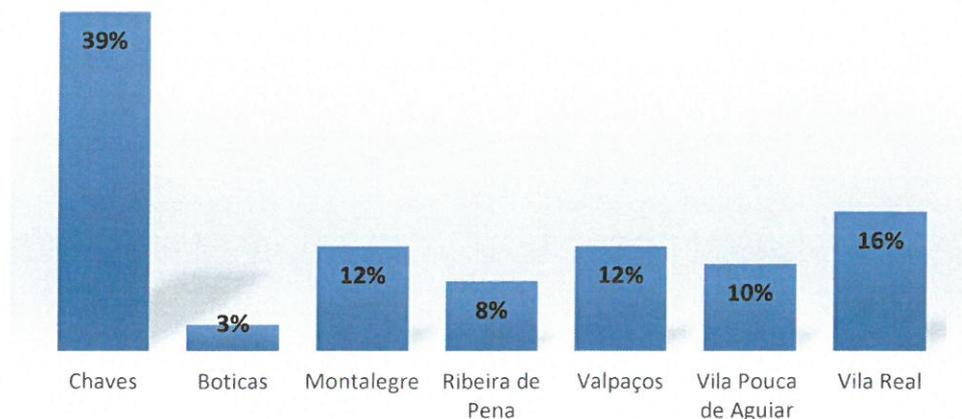
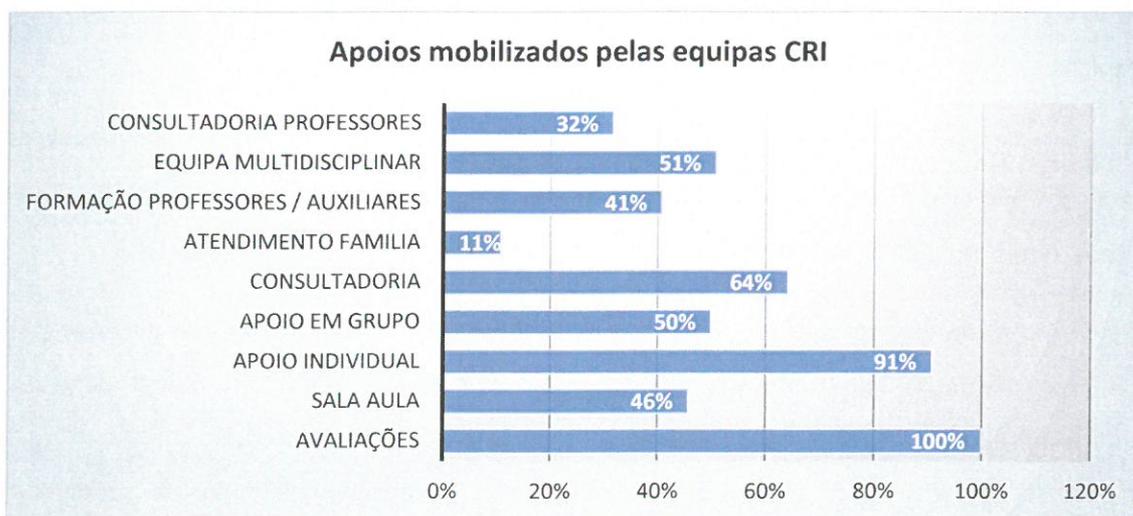


Gráfico 34 - Distribuição geográfica de alunos do CRI

No sentido de colmatar as vicissitudes na intervenção em contexto escolar com os alunos financiados, dados os escassos tempos de intervenção, o CRI da APCVR gere os recursos financiados para efeitos de implementação dos planos de ação, segundo a avaliação efetuada pela equipa técnica e professores do ensino especial, definindo os alunos a apoiar com as diferentes possibilidades de acordo com a legislação em vigor aplicável, bem como os modos de implementação dos apoios e respetiva distribuição anual.

A distribuição dos apoios mobilizados, encontra-se espelhada no gráfico seguinte.

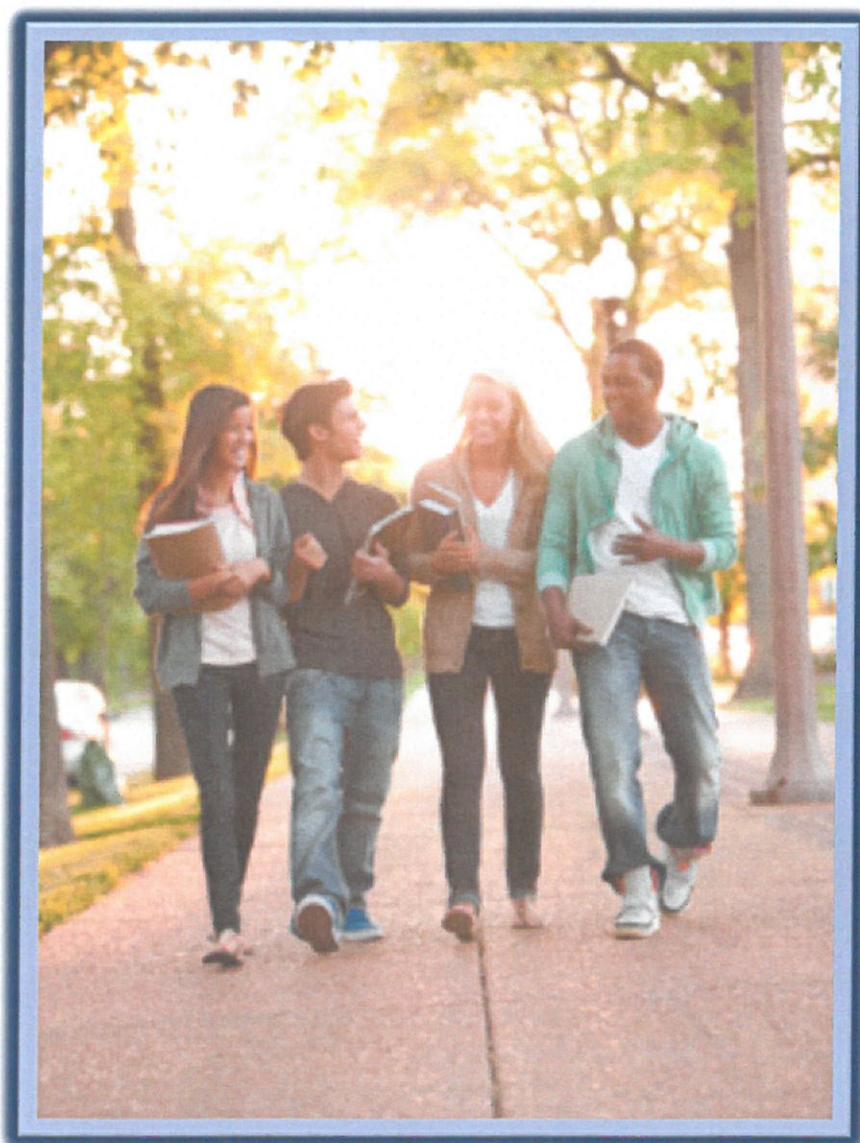


Dos apoios mobilizados, destacamos que 45% das diferentes tipologias de apoio são de carácter pontual, 23% com apoios frequentes e 75% com apoios permanentes.

Esta sucinta análise, permite-nos já afirmar que as escolas também se encontram em adaptação, ajustando-se em paralelo com o CRI as alterações submetidas nos normativos, sendo este um desafio para todos os que contribuem para a educação inclusiva em Portugal.

[Handwritten signature in blue ink]

Outras Atividades



3.10. Outras Atividades APCVR

Tabela 13 - Listagem de outras atividades APCVR

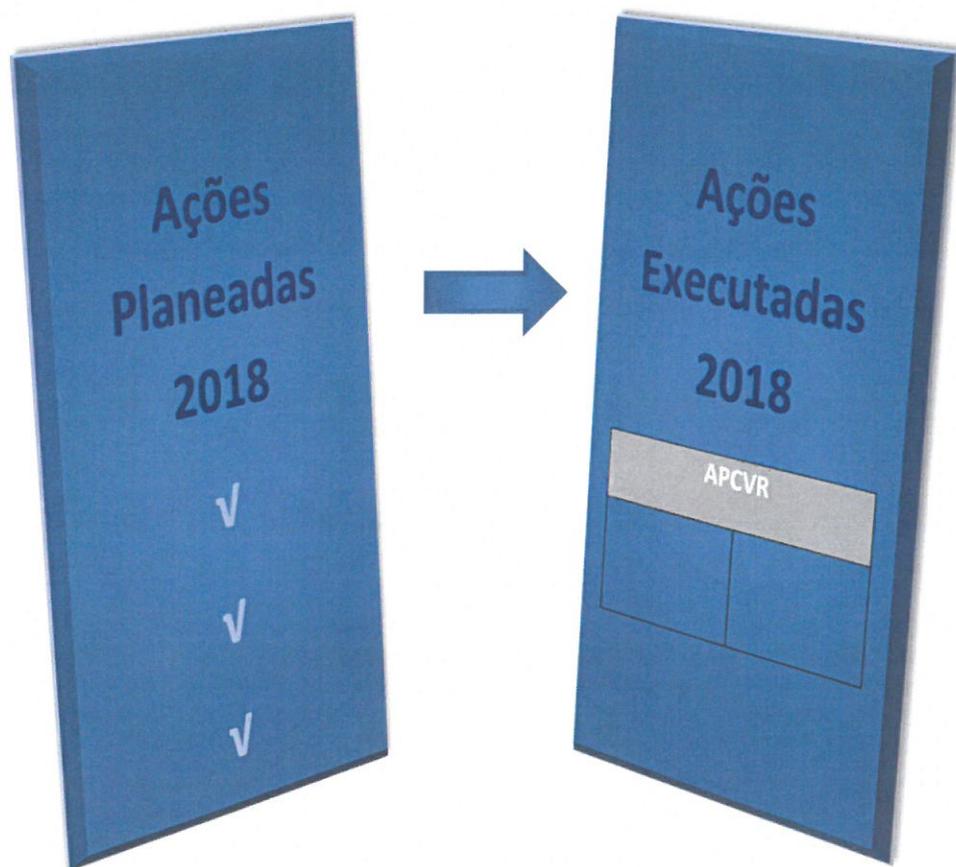
Período temporal	Atividades
Janeiro	✓ Apresentação Poster APCVR – <i>“A Influência da Wii Terapia no desenvolvimento cognitivo e motor na Paralisia Cerebral”</i> - Congresso da Sociedade Portuguesa de Neuropediatria – Lisboa.
Fevereiro / Março	✓ Formação colaboradoras afetas cozinha – forno rational
Janeiro - Abril	✓ Acolhimento de Estágios Esc. Camilo Castelo Branco
1º Semestre 2017/2018	✓ Estágio Psicomotricidade – UTAD
1º semestre 2017/2018	✓ 2 Estágios - Terapia da Ocupacional - Politécnico de Leiria
Maio	✓ Visita Técnica ao Projeto EDP Solidária 2017
Julho	✓ Visita Técnica ao Projeto Missão Continente 2017
Julho	✓ Formação a todos os colaboradores RGPD
Setembro	✓ Dinamização da 2ª Caminhada APCVR
Setembro	✓ Menção de Honra nos Prémios CRIDEM – Porto
Setembro	✓ Participação da APCVR no ECO-UTAD
Outubro	✓ Participação da APCVR II Fórum de Saúde Mental – Comunicação <i>“A ponte entre dois mundos: a comunicação alternativa e aumentativa”</i>
Outubro a Dezembro	✓ Acolhimento de 3 alunos com plano individual de transição
Novembro	✓ Palestra Colégio Moderno de S. José – sensibilização de alunos para a inclusão de pessoas com deficiência
Novembro	✓ Formação para todos os colaboradores de CAO <i>“Cuidados a ter na alimentação oral em indivíduos com disfagia”</i>
Novembro	✓ Participação da APCVR na Semana Cultural da UTAD: <i>“Integração.... Uma forma de arte!”</i>
Dezembro	✓ Participação da APCVR no I Fórum para a Cidadania <i>“ inclusão Digital na Paralisia Cerebral”</i> , promovido pela – FAPPC (federação das associações portuguesas de paralisia cerebral)
Dezembro	✓ Palestra Escola Camilo Castelo Branco – sensibilização de alunos para a inclusão de pessoas com deficiência
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formação ministrada por nutricionista: ✓ Desinfeção de vegetais / frutas e ervas aromáticas (crus) ✓ Plano de Higienização ✓ Alteração de consistências e ementas

3.11. Reclamações

Sem incidentes a registar durante o ano de 2018.



Ações Planeadas vs Executadas





4. BALANÇO DO PLANO DE AÇÃO 2018 vs RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018

Fazendo um balanço geral de todos os dados trabalhados neste relatório de atividades, validamos a importância desta análise, para o delineamento de um plano estratégico e de melhoria dos nossos serviços.

Foi na ausência de um plano estratégico plurianual, que em novembro de 2016, construímos e aprovamos em assembleia geral um plano de ação baseado nas relações causa-efeito que se geram entre as quatro perspectivas do modelo organizacional.

Com este modelo organizacional, a APCVR posicionou-se num rumo orientado para a satisfação dos seus utentes / utentes ou utilizadores.

No âmbito de cada uma das perspectivas, foram delineadas ações para o ano de 2018, que agora passamos a avaliar.

Nos pontos seguintes, apresenta-se um resumo sobre o grau de execução de cada uma das ações previstas no programa de ação aprovado para o ano de 2018.

4.1. Ações Institucionais

Assim, as principais ações previstas para o ano de 2018, em cada uma das perspectivas, são as seguintes:

Tabela 14 – Análise das ações previstas na Perspetiva Financeira (*previsão / execução*)

PERSPECTIVA - FINANCEIRA	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.F.01 - Renegociação dos contratos de fornecimento externos, para redução dos gastos;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Procedeu-se à renegociação do contrato de comunicações com alteração para rede digital de toda a instituição; ✓ Iniciou-se o estudo para a abertura de procedimento concursal para acordo-quadro a realizar a nível nacional, no âmbito da FAPPC para o fornecimento de energia elétrica.
At.F.02 - Diversificar financiamentos anuais (donativos, consignações, venda de produtos, quotizações e projetos);	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foi dada continuidade à exploração do Bar das Corridas WTCC e dinamizada a II Caminhada Solidária APCVR, gerando uma fonte de receitas extraordinária para a instituição; ✓ Foram submetidas 4 candidaturas a projetos, respetivamente ao programa BPI CAPACITAR, Missão Continente e prémios Fidelidade Comunidade; Das 4 candidaturas apresentadas, à data de 31 de dezembro, teve-se 1 resultado de indeferimento (BPI CAPACITAR) e aguarda-se a decisão das restantes 3 candidaturas. ✓ Mantivemos a dinamização de peças de CAO na instituição, e foram efetuadas vendas, respetivamente nas escolas locais e na UTAD; ✓ Foram também dinamizadas atividades de sensibilização da comunidade – janeiras / cantar os reis e concomitantemente angariação de fundos; ✓ A divulgação institucional e a realização de atividades promocionais, levou à angariação de alguns donativos para essas atividades, quer monetárias, quer em espécie. ✓ Em 2018, foram admitidos 19 novos sócios;
At.F.03 - Otimizar custos e recursos;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Durante o ano 2018, deu-se continuidade ao processo de substituição das lâmpadas com utilização de lâmpadas de baixo consumo, tipo LED, em alguns espaços do edifício sede; ✓ Iniciou-se a informatização de procedimentos, que resultará na redução de custos de exploração, nomeadamente papel, etc;

PERSPECTIVA - FINANCEIRA

PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.F.04 - Otimizar os percursos diários da frota APCVR;	✓ Fruto da otimização dos percursos diários da APCVR, obteve-se uma redução de aproximadamente 5% na quantidade de Km's percorridos.
At.F.05 - Reforçar o investimento na área técnica;	✓ Foram contratados novos recursos humanos, de forma a melhorar a qualidade de atendimento aos utentes, nomeadamente 1 fisioterapeuta, 1 nutricionista, 1 psicomotricista, 1 animadora sociocultural e 1 terapeuta da fala.

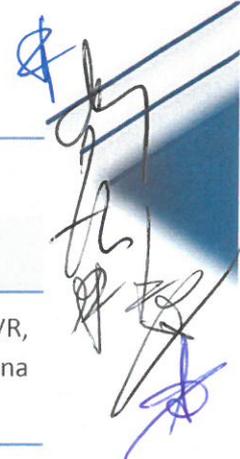


Tabela 15 - Análise das ações previstas na Perspetiva Aprendizagem e Desenvolvimento (previsão / execução)

PERSPECTIVA - APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

PREVISÃO	EXECUÇÃO
<p>At.AD.01- Fomentar a partilha de conhecimentos e perspetivas científicas;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Durante o ano de 2018, a APCVR teve a participação nos seguintes eventos científicos: ✓ - Apresentação Poster no Congresso da Sociedade Portuguesa de Neuropediatria; ✓ - Representação no Fórum para a Cidadania “Inclusão Digital na Paralisia Cerebral” dinamizado pela FAPPC; ✓ - Palestra Colégio de São José – Sensibilização de alunos para a inclusão das pessoas com deficiência e incapacidade ✓ - Palestra Escola Camilo Castelo Branco – Sensibilização de alunos para a inclusão das pessoas com deficiência e incapacidade ✓ Acolheu no âmbito do ensino superior: ✓ - 2 Estágios Psicomotricidade – UTAD ✓ - 2 Estágios Terapia Ocupacional – Politécnico de Leiria
<p>At.AD.02 - Dinamizar ações de formação nos vários quadrantes de intervenção;</p>	<p>Foram dinamizadas 7 formações a colaboradores da APCVR, incidindo em questões de higiene e segurança alimentar e RGPD;</p>
<p>At.AD.03 - Desenvolver programas de bem-estar de colaboradores;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhoria das condições de condições de conforto, climatização no espaço do refeitório, bar e sala de convívio; Melhoria no sistema de confeção de alimentação e acompanhamento por nutricionista; ✓ Renovação da cozinha, com equipamentos e obras de remodelação; ✓ Ampliação da sala de emoções, com nova estrutura e decoração; ✓ Lavandaria, com adoção de sistema/circuito de lavandaria hospitalar; ✓ Manutenção das dinâmicas integradas em 2017, com a fixação de calendarização própria (hipoterapia, hidroterapia, higienizações, etc) de forma a melhorar a gestão de equipa; ✓ CRI – equipa como nova autonomização, adaptada ao decreto-lei nº 54/2018; ✓ Dinamizada formação a colaboradores;



PERSPECTIVA - APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.AD.04 - Implementar sistemas de comunicação e informação padronizados;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foi alargada a rede internet, estando atualmente toda a instituição equipada com rede wireless; ✓ Foram feitas aquisições de material informático, para que todos os colaboradores possam ter a informação e registos informatizados;

Tabela 16 - Análise das ações previstas na Perspetiva Processos Internos (previsão / execução)

PERSPECTIVA - PROCESSOS INTERNOS

PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.PI.01- Promover e alargar parcerias e cooperação com as Instituições;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ao longo deste ano, foram de facto bastante cooperativas e participativas diversas instituições na persecução da nossa missão; salientamos o município com adaptação e entradas solidárias nos diversos locais de animação e cultura (teatro, museu vila velha, centro de ciência viva, biblioteca municipal, entre outros); ✓ Validamos também a abertura à sociedade civil, onde magikland e o zoo da maia abriu as portas aos nossos utentes, de forma gratuita e/ou adaptada; ✓ Reforçou-se as parcerias com a CMVR, onde contamos este ano com um contributo para a execução do Projeto EDP Solidária 2017, no valor de 49.150.00€
At.PI.02 - Reforçar iniciativas e projetos com a FAPPC;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Permanência de um elemento dos órgãos sociais da APCVR, para o cargo de Tesoureiro da direção da FAPPC para o mandato 2018-2021; ✓ Organização como parceira da FAPPC no Fórum para a Cidadania "inclusão digital na PC;
At.PI.03 - Desenvolver atividades de aproximação e envolvimento dos associados;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhorou-se a comunicação com os associados, passando as comunicações a serem digitais, com atualização da base de dados, que permitirá no futuro a sua participação ativa; ✓ Participação e convite dirigido aos associados para a realização da II Caminhada Solidária APCVR, englobada na Semana Europeia da Mobilidade;

PERSPECTIVA - PROCESSOS INTERNOS

PREVISÃO	EXECUÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Participação ativa de associados, na dinamização do bar das corridas (49º Circuito Internacional de Vila Real - WTCR 2018)
At.PI.04 - Promover a gestão participada;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Digitalização da APCVR promoveu uma aproximação e convergência de produtos da instituição entre as várias respostas e colaboradores de forma mais célere e otimizada; ✓ Elaboração dos planos de atividades socioculturais pelas equipas, mediante a apreciação, preferências e necessidades dos utentes em causa;
At.PI.05 - Desburocratizar processos de trabalho;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Alteração da rede de comunicações APCVR (RDIS – Digital); ✓ Alargamento e melhoramento da rede de internet a toda a instituição; ✓ Iniciação do processo de “Empresa Digital”;

Tabela 17 - Análise das ações previstas na Perspectiva Utentes (previsão / execução)

PERSPECTIVA – UTENTES

PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.UT.01 - Promover a identidade institucional;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Procuramos criar uma imagem própria, onde a inovação na intervenção técnica e rigor de gestão, são o foco da transparência desta instituição. ✓ Execução do projeto “Despertar Consciências”, cofinanciado pelo INR, IP., dando visibilidade à problemática da deficiência e a identidade institucional. ✓ O reconhecimento desta identidade foi visível ao longo do ano, com os convites endereçados pelas instituições, para sensibilizar a comunidade para a problemática da PCDI (Semana Cultural da UTAD, Semana Europeia da Mobilidade, ECOUTAD, Escolas, etc)
At.UT.02 - Manter todos os serviços e respostas sociais;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A APCVR manteve em funcionamento todos os serviços e respostas sociais;

PERSPECTIVA – UTENTES	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Viu em 2018, reconhecido o registo, junto do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR, IP.) como CAVI, para a candidatura a um projeto piloto para um novo serviço - Centro de Apoio à Vida Independente. ✓ Submissão da candidatura ao CAVI, através do aviso nº POISE – 38-2018-04 no balcão Portugal 2020, através do PO ISE, tendo a mesma sido aprovada no valor de 1.344.855.44€. ✓ Foi também submetido o alargamento da afetação de técnicos para a resposta social IPI através do PROCOOP do ISS, IP..
At.UT.03 - Reforçar o sistema de comunicação com Utentes e Cuidadores na figura de proximidade;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mantivemos a política de gestores de caso em todas as respostas, o que proporciona aos utentes e familiares uma maior proximidade com o técnico de referência na instituição e o acompanhamento efetivo do utente por alguém que reúne todas as suas necessidades e respostas às condicionantes;
At.UT.04 - Maior participação de Utentes nas tomadas de decisão sobre a sua vida;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A APCVR privilegiou ao longo do ano de 2018, o princípio da autodeterminação e capacitação para as tomadas de decisão, dando persecução à Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência;
At.UT.05 - Diversificar as atividades e serviços que os Utentes podem frequentar;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A APCVR durante o ano de 2018, integrou os seguintes serviços/atividades: <ul style="list-style-type: none"> Nutrição Terapia da Fala (CAO e LAR) Tratamentos de bem-estar (hidromassagem) Ginásio de Fisioterapia (CAO) Terapia de Reabilitação WII

4.2. Ações Técnicas

Assim, as principais ações previstas para o ano de 2018, em cada uma das áreas técnicas, são as seguintes:

Tabela 18 - Análise das ações previstas em IPI (previsão / execução)

IPI - Intervenção Precoce na Infância – ELI Alto-Tâmega Barroso	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.IPI.1 - Implementação das ações no âmbito da resposta Intervenção Precoce na Infância, de acordo com o preconizado no manual técnico, por forma a satisfazer as necessidades individuais de cada utente e sua família.	✓ Foram executadas as ações e acedidas as solicitações efetivadas pela coordenação da equipa ELIATB, de forma a satisfazer as reais necessidades da população; A equipa APCVR assegurou em permanência a intervenção durante todo o ano, não realizando as interrupções letivas;
At.IPI.2 - Fomentar os procedimentos internos de feedback da equipa;	✓ A equipa manteve os canais de comunicação, tendo informalmente um elo de proximidade e mediação entre a APCVR e a ELIATB.
At.IPI.3 - Avaliar a pertinência de proposta para revisão de acordo de cooperação;	✓ Foi submetida a candidatura para alargamento da afetação de técnicos para a resposta social IPI através do PROCOOP do ISS, IP..

Tabela 19 - Análise das ações previstas em CAARPD (previsão / execução)

CAARPD – Centro de Atendimento / acompanhamento e reabilitação social, para pessoas com deficiência e incapacidade	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.CAA.1 - Desenvolvimento, implementação e avaliação de novo modelo de intervenção;	✓ O modelo de reabilitação social, imposto pela portaria nº 60/2015 de 2 de março, está a ser implementado de forma paulatina, não assumindo a sua avaliação critérios positivos no ano de 2018, numa breve resenha os indicadores mensais de faturação não foram os esperado. Com a sintetização e cruzamento de todos os elementos presentes neste relatório, será avaliada a efetividade e causalidade do novo modelo de intervenção em reabilitação social.
At.CAA.2 - Avaliação dos novos procedimentos internos de equipa;	
At.CAA.3 - Avaliação da satisfação dos intervenientes;	✓ Não foi efetuada, por ainda não estar devidamente imposto o modelo de funcionamento, e a APCVR ainda se encontrar em fase de transição;
At.CAA.4 - Implementação de sistema de registo de atividades diárias;	✓ Foi efetuada anteriormente a formação em RAD, os equipamentos informáticos estão já devidamente implementados, estando em falta a ligação à rede interna da instituição e posteriormente os devidos acessos.

Tabela 20 - Análise das ações previstas em CAO (previsão / execução)

CAO – Centro de Atividades Ocupacionais	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.CAO.1 - Desenvolver atividades de aproximação e envolvimento dos Cuidadores;	✓ Foram planeadas e executadas todas as atividades onde perspetivamos a presença e envolvimento dos cuidadores;

CAO – Centro de Atividades Ocupacionais	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.CAO.2 - Diversificar atividades ocupacionais;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foram dinamizadas as atividades inerentes ao funcionamento do CAO e as resultantes do plano de atividades da resposta social. ✓ Foram também inseridas novas atividades nesta resposta social, como o ginásio de fisioterapia, tratamentos de bem-estar (hidromassagem) a nutrição, psicomotricidade e terapia da fala;
At.CAO.3 - Estabelecimento de parcerias, tendo em vista estruturação de novas atividades	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foram alargadas as parcerias, com resultados muito satisfatórios nomeadamente com a participação ativa de entidades municipais (centro de ciência viva, museu vila velha, biblioteca municipal, teatro de vila real etc.), naturwaterpark, magikland-penafiel, zoo da maia entre outras;
At.CAO.4 - Implementação de sistema de registo de atividades diárias;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foi efetuada anteriormente a formação em RAD, os equipamentos informáticos estão já devidamente implementados, estando em falta a ligação à rede interna da instituição e posteriormente os devidos acessos.

Tabela 21 - Análise das ações previstas em Lar Residencial (previsão / execução)

LAR – Lar Residencial	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.LAR.1 - Garantir a satisfação dos responsáveis na prestação de cuidados do Lar Residencial;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foi efetuada em 2017 avaliação formal da satisfação, tendo em 2018 sido feita a auscultação de todos os responsáveis por utentes de Lar Residencial, tendo a satisfação contígua dos pais e responsáveis;

At.LAR.2 - Promover maior número de actividades externas;	✓ A equipa de Lar Residencial, não teve capacidade para dinamizar actividades exteriores, dado o aumento das dificuldades motoras dos utentes;
At.LAR.3 - Melhorar o manual de procedimentos internos da equipa;	✓ Mantivemos as dinâmicas constantes no manual criado em 2017, com pequenos ajustes de dinâmicas e horários;
At.LAR.4 - Avaliar dinâmicas de gestão	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foram implementadas algumas estratégias com resultados satisfatórios, quer por parte da direção técnica, quer dos colaboradores afetos; ✓ Salvuardamos que a gestão superior delegada em determinadas tarefas, ficou aquém das expectativas, sendo um retrocesso nesta resposta;

Tabela 22 - Análise das ações previstas em SAD (previsão / execução)

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.SAD.1 - Captação de novos Utentes;	✓ Ausência de lista de espera;
At.SAD.2 - Integração de utentes em actividades festivas;	✓ Foi dirigido o convite e efetuada a integração de utentes nas actividades dinamizadas na APCVR;
At.SAD.3 - Avaliar o grau de satisfação dos intervenientes;	✓ Não foi efetuada a avaliação da satisfação;

Tabela 23 - Análise das ações previstas em CRI (previsão / execução)

Centro de Recursos para a Inclusão 2016/2018	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.CRI.1 - Garantir a execução das atividades propostas no Plano de Ação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foram garantidas todas as atividades acordadas com AE's; ✓ Não foram solicitados planos de ação para 2018 pela DGEstE, sendo atualmente uma articulação direta entre AE e CRI;
At.CRI.2 - Implementação e avaliação dos novos procedimentos de autonomização de equipa;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A satisfação dos AE's tinha sido já vinculativa relativamente à figura de proximidade, no entanto este ano os procedimentos de trabalho iniciaram a adaptação ao decreto lei nº 54/2018, estando toda a equipa presente no AE, possibilitando uma melhor gestão desta resposta e a efetividade na intervenção junto de quem atua diretamente com os alunos;
At.CRI.3 - Diversificar das tipologias de apoio, enquadradas na inclusão social;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Este ano as medidas de apoio aos alunos, são novas e as intervenções do CRI adaptam-se às mesmas. Foram introduzidas uma panóplia de novas intervenções, como: avaliações de alunos, intervenção em sala de aula, apoio individual, apoio em Grupo, consultadoria, atendimento à família, formação a professores / auxiliares, participação e integração de equipa, multidisciplinar, consultadoria a professores, todos estes apoios podem assumir um carácter pontual, frequente ou permanente.
AT.CRI.4 - - Capacitar a comunidade educativa, para metodologias de inclusão social;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foi submetida a candidatura anteriormente, estando o reconhecimento como CRI assegurado até 2020/2021.
At.CRI.5 - Submissão da candidatura DGEstE;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foi submetida a candidatura anteriormente, estando o reconhecimento como CRI assegurado até 2020/2021.

Tabela 24 - Análise das ações previstas na área de Saúde I (previsão / execução)

Controle Periódico de Indicadores de Saúde	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
<p>At.SAU.1 - Estabelecimento de parcerias no sentido de providenciar aos utentes da APCVR oportunidades para controlar indicadores gerais de saúde (tensão arterial, glicémia, peso, etc.)</p> <p>At.SAU.21 - Realizar avaliações periódicas das diferentes valências institucionais;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foram solicitados aos Pais e Cuidadores a atualização anual dos dados clínicos, nomeadamente médicos de famílias e médicos de especialidade; ✓ Foi afincada a colaboração com as unidades de saúde familiar de vila real, para agilização nos atendimentos de Utes da APCVR – e visitas frequentes às nossas instalações; ✓ Foi fornecida a todos os Utes e colaboradores gratuitamente a vacina contra a gripe, ação promovida pela Unidade de saúde de Mateus. ✓ Foram adquiridos materiais para que o controlo de alguns parâmetros possa ser efetuado nas APCVR, estando o mesmo a ser monitorizado com periodicidade semestral, ou por solicitação do Cliente. Para além deste controlo, existe a enfermeira da APCVR e a médica fisiatra que realizam as tarefas inerentes.

Tabela 25 - Análise das ações previstas na área de Saúde II (previsão / execução)

Comemorações dos dias alusivos às temáticas de Saúde e Bem-Estar	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
<p>At.SAU.1 - Sensibilizar e capacitar utentes e famílias para hábitos de vida saudáveis;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ - Foram realizadas ações de formação para adoção de estilos de vida saudáveis (equipa de enfermagem), para utentes e ações de esclarecimento para pais e cuidadores (clínicos de medicina geral e

At.SAU.2 - Envolvimento dos cuidadores formais e informais para o modelo de qualidade de vida;	familiar) de todas as valências da APCVR; ✓ Adesão ao programa heróis da fruta ✓ Sensibilização do dia da alimentação para pais, cuidadores e utentes; ✓ Sensibilização Dia da Saúde, palestras para pais, cuidadores e utentes;
--	---

Tabela 26 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação I (previsão / execução)

Frequência de Ateliers de Teatro, Encenação e Artes Plásticas	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.CDR.1 - Integrar maior número de Utentes nas visitas/frequência externa;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foram efetuadas diversas visitas e saídas externas, alargando inclusive o espectro cultural dos Utentes e atividades dinamizadas, nomeadamente escola de bailado, companhias de teatro, teatro de rua, etc;
At.CDR.2 - Dinamizar a encenação de peças semestrais;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Este ano apenas foi dinamizada uma encenação nas comemorações da Semana Cultural da Utad; A que estava prevista no período de natal, não foi efetuada por luto do encenador; Foram nesta atividade, encenadas e dinamizadas peças de teatro realizadas por monitores e outros colaboradores da APCVR .

Tabela 27 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação II (previsão / execução)

Comemoração de Festividades Diversas	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.CDR.3 - Comemorar dias alusivos / festividades, proporcionando momentos lúdicos de convívio entre os participantes;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foram comemorados os dias festivos com mais veemência, tal como ilustrado em plano de atividades das diversas respostas (carnaval, páscoa, natal, dia do pai, dia da mãe, dia da família, etc.), no entanto também efetuada a sensibilização para dias temáticos (dia da água, dia da mulher, etc.)

Comemoração de Festividades Diversas	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.CDR.4 - Promover o envolvimento de entidades parceiras e associados nas festividades públicas;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foram convidadas diversas entidades públicas e que colaboram ativamente com a APCVR (GNR, R13, PSP, Município, CDSS, etc.), para assistirem a diversas comemorações realizadas na APCVR; ✓ Tomada de posse dos novos órgãos sociais; ✓ Inauguração da adaptação das obras no refeitório, bar e espaços de convívio; ✓ Torneio de Futsal em homenagem ao Cabo Francisco Mendes; ✓ Cerimónia de entrega do prémio Missão Continente 2017; ✓ Festa de Natal; ✓ Lanche Convívio encerramento do projeto EDP Solidária 2017;
At.CDR.5 - Dinamização de novas comemorações em parceria com o grupo recreativo – GR/APCVR;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Foi também organizada a II Caminhada Solidária APCVR; ✓ Dinamizado o bar do 49º Circuito internacional de Vila Real – WTCR 2018.
At.CDR.6 - Integrar a Gala de Deficiência;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Integramos a Gala da deficiência com atuação e dirigimos a organização da mesma;

Tabela 28 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação III (previsão / execução)

Férias de Verão	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.CDR.7 - Dinamizar atividades diversificadas, no exterior, na época de Verão.	✓ Este foi sem dúvida o ano em que mais atividades exteriores tivemos no período de verão, durante mais de 2 meses, foram dinamizadas sempre atividades exteriores, contemplando todos os utentes que tinham autorização para integrar (atividade de mergulho, praia fluvial de Fornelos, piscinas de codessais, azibo, magikland, naturwaterpark, etc.)
At.CDR.8 - Organização do Acampamento Nacional de Associações de Paralisia Cerebral;	✓ A candidatura ao Instituto Nacional para a Reabilitação IP., foi aprovada no âmbito da candidatura efetuada ao Programa Nacional de Financiamento a Projetos pelo INR, I.P. 2018, no entanto rejeitada pela direção da APCVR e inviabilizada a sua dinamização, por condições de segurança do parque de campismo à data da aprovação da candidatura.
At.CDR.9 - Avaliar junto dos Cuidadores, a pertinência da realização de um OTL Inclusivo;	✓ Tivemos uma solicitação em 2018, para a dinamização de OTL inclusivo, no entanto após a avaliação da população alvo, concluímos não reunir o número mínimo de participantes, para a sua realização efetiva, optando por não submeter a candidatura ao Programa Nacional de Financiamento a Projetos pelo INR, I.P. 2019. Existe em Vila Real, uma instituição que realiza este tipo de programas em parceria com o Município de Vila Real.

Tabela 29 - Análise das ações previstas na área de Cultura, Desporto e Recreação IV (previsão / execução)

Desporto	
PREVISÃO	EXECUÇÃO
At.CDR.10 - Divulgar o Clube de Natação Adaptada da APCVR;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Durante este ano tínhamos previstas 2 atividades de natação adaptada, não tendo o clube de APCVR aderido, por falta de inscrições de outras entidades, não se realizando as provas referidas. ✓ Dinamizamos o II Encontro de Natação Adaptada em Vila Real, em parceria com o CAO da Nuclisol;
At.CDR.11 - Procurar patrocinadores para a equipa;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A equipa não tem atualmente participação ativa, que justifique patrocínios;
At.CDR.12 - Frequentar provas de natação adaptada;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dinamizamos o II Encontro de Natação Adaptada em Vila Real, em parceria com o CAO da Nuclisol;
At.CDR.13 - Avaliar a pertinência da criação de um clube de atletismo adaptado;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os Utentes da APCVR, não demonstram total interesse pela prática das várias modalidades, tendo também optado por não priorizar esta acção, no decorrer de 2018.

4.3. Síntese Técnica

É para nós importante conduzir as decisões e alterações fundamentadas em factos, que traduzem a nossa dinâmica institucional, de forma a assegurar a satisfação de todos os elementos e recursos que contactam direta ou indiretamente com a nossa Instituição, tendo como base elementar a missão da APCVR.

O ano de 2018, traduziu-se em alterações na organização e procedimentos internos, mas que no global se traduziram em resultados satisfatórios ao nível das atividades desenvolvidas.

Naturalmente, acreditamos que em 2019 os resultados sofrerão transformações, fruto da consolidação das alterações desenvolvidas, associadas com o aumento da produtividade que se espera. Cingimo-nos por um ideal de qualidade e excelência que poderemos facilmente atingir com o contributo e flexibilidade de todos.

Contamos para isso, com a participação da nossa Direção e dos seus elementos ativos e presentes no nosso dia-a-dia, sendo fundamental o envolvimento de todos os Colaboradores, de modo a prestarem cuidados de excelência, para os nossos Utentes com quem eles trabalham diariamente.

Sem os elementos desta Associação de Paralisia Cerebral, não seria possível o crescimento e o alargamento das nossas respostas, que atualmente nos permitem acompanhar o Cliente em todo o seu percurso de vida, nas mais variadas formas, quer em acompanhamento institucional ou na própria comunidade.



Recursos e Orçamento 2017

5. RECURSOS E ORÇAMENTO

5.1. Recursos físicos

5.1.1. Edifícios e outros espaços

Edifício	Área	Capacidade
Edifício Sede	3 091 m ²	CAO (60), CAARPD (80)
Lar Residencial	602 m ²	14 camas
Espaços envolventes (Jardins, Quinta Pedagógica, Parque)	14 311 m ²	Atividades ar livre

5.1.2. Viaturas

Viatura	Ano	Função
Mercedes-Benz Sprinter / 08-AF-57	2005	Transporte de utentes
Mercedes Vito / 38-AQ-99	2005	Transporte de utentes
Peugeot Boxer / 42-CQ-63	2006	Transporte de utentes
Ford Transit / 85-LS-26	2011	Transporte de utentes
Ford Transit / 85-LS-77	2011	Transporte de utentes
Renault Master / 18-PF-87	2014	Transporte de utentes
Renault Trafic / 44-PF-73	2014	Transporte de utentes
Renault Clio / 61-BL-74	2015	Serviços gerais / IPI
Renault Kangoo Express / 76-QM-19	2015	Apoio domiciliário / IPI

Destaca-se que a viatura 42-CQ-63, de 2016, se encontra parada devido a problemas mecânicos e que não se prevê a sua resolução.

Atendendo que as viaturas 08-AF-57 e 38-AQ-99, estão a atingir o limite de idade para transporte de utentes, urge iniciar o processo relativo à sua substituição.

5.2. Parceiros

A APCVR tem parceiros institucionais públicos, a quem presta serviços, contribuindo para o cumprimento de políticas públicas definidas para o sector social.

Entre esses parceiros são de destacar a Segurança Social e o Ministério da Educação.

Constitui-se ainda um parceiro importante ao nível do sector público estatal local, o Município de Vila Real.

Parceiros Financiadores
✓ Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
✓ Ministério da Educação / DGEstE
✓ Município de Vila Real

5.3. Outros Parceiros

Outros Parceiros
✓ UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
✓ IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
✓ CHTMAD – Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro
✓ Município de Alijó
✓ Município de Chaves
✓ Município de Mondim de Basto
✓ Município de Peso da Régua
✓ Município de Santa Marta de Penaguião
✓ Agrupamento de Escolas Diogo Cão
✓ Agrupamento de Escolas de Morgado de Mateus
✓ Escola Secundária Camilo Castelo Branco
✓ Escola Secundária de São Pedro
✓ Agrupamento Escolar de Ribeira de Pena
✓ Regimento de Infantaria n.º 13
✓ APCIVR – Associação Promotora do Circuito Internacional de Vila Real
✓ Escola Profissional da NERVIR
✓ Estruturas desconcentradas do Ministério da Saúde

5.4. Candidaturas a Projetos

5.4.1. Instituto Nacional para a Reabilitação

5.4.1.1. Despertar Consciências – Projeto 364/2018

A Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real, executou um projeto ao Programa Nacional de Financiamento a Projetos pelo INR, I. P. (Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.), denominado “DESPERTAR CONSCIÊNCIAS”, ao qual foi atribuído o n.º 364/2018.

Tratou-se do desenvolvimento de uma campanha de informação e sensibilização da comunidade e pessoas com deficiências e incapacidades (PCDI), através de diversos suportes onde se previa a utilização de meios tradicionais (rádio e texto - de modo a chegar às zonas mais remotas e agregados mais carenciados) e meios atuais e interativos (redes sociais e painéis interativos, - para as camadas mais jovens).

Foi uma campanha, onde se divulgou mensagens e produziu-se intercâmbio real, com PCDI, famílias transmitindo necessidades, problemas e difundir estratégias, soluções, etc.

Objetivos:

Sensibilizar a sociedade em geral para a problemática da deficiência e impacto familiar;

Capacitar instituições com informação, e alertar para um atendimento inclusivo e adaptado às diferentes incapacidades (acessibilidades, comunicações, etc);

Prevenir a discriminação da PCDI, sensibilizando as pessoas para casos reais;

Divulgar estratégias, apoios sociais, direitos e deveres da PCDI e suas famílias.

Implementação:

A implementação do projeto, foi em parceria com a rádio Universidade FM, com produção de spots de áudio, e um programa de rádio em direto no dia internacional da deficiência (3 de dezembro).

A divulgação dos spots de áudio foi feita em rádios de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Os spots de vídeo foram desenvolvidos pela Purple Profile, permitindo a divulgação dos spots de vídeo na página do Facebook institucional, e num painel interativo colocado na entrada da instituição, localizada na reta da meta do circuito internacional de Vila Real.

Valores operacionais:

Os valores operacionais do projeto “DESPERTAR CONSCIÊNCIAS”, são os que se apresentam no quadro seguinte.

Projeto: DESPERTAR CONSCIÊNCIAS				
Valores da candidatura		Valores de execução		
Candidatura / total investimento	Candidatura / total solicitado ao INR, IP	Valor do apoio INR, IP	Valor total do investimento	Valor total imputado ao projeto (1)
51 060,93 €	25 000,00 €	13 429,80 €	54 763,78 €	22 478,94 €

(1) - o valor imputado ao projeto, respeita as regras apresentadas em Novembro de 2018 pelo INR, onde só pode ser imputado ao projeto os valores de amortização respeitantes ao período efetivo do projeto, sendo os valores remanescentes obrigatoriamente suportados ou amortizados pela estrutura da instituição.



Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real

Projeto:
Despertar consciências

projeto cofinanciado pelo Programa de
Financiamento a Projetos pelo INR, I. P. 2018



Instituto Nacional para a Reabilitação
Instituto Nacional para a Reabilitação - I.P.

Destaca-se que em novembro de 2018, o INR, I.P. esclareceu, que as despesas apenas eram consideradas elegíveis, desde que decorram, exclusivamente, da execução do projeto, na proporção exata da duração das ações descritas na candidatura, ou seja tratando-se do projeto de investimento, deixa de ser considerado elegível na sua totalidade, mas exclusivamente em 2018 o valor da sua amortização atendendo às regras contabilísticas, ou seja 25% do seu total,, mas atendendo que a duração do projeto foi de 8 meses, então efetivamente para as despesas mais importantes, apenas se puderam imputar $8/48 = 16,67\%$.

Destaca-se ainda que não puderam ser imputadas despesas com colaboradores que estão afetos a respostas sociais, resultantes dessas novas regras impostas e esclarecidas numa sessão em novembro de 2018.

Destaca-se ainda que para este projeto não foi possível obter qualquer outro apoio financeiro.

Os conteúdos desenvolvidos e difundidos de áudio e vídeo, podem ser ouvidos e vistos em:



AUDIO:

- Prog. 1: CAO - <https://soundcloud.com/user-613348293/ufm-programa-1-cao>
- Prog. 2: CAARPD - <https://soundcloud.com/user-613348293/ufm-prog-2-caarpd>
- Prog. 3: CAARPD - <https://soundcloud.com/user-613348293/ufm-prog-3-caarpd>
- Prog. 4: LAR - <https://soundcloud.com/user-613348293/ufm-prog-4-lar>
- Prog. 5: LAR - <https://soundcloud.com/user-613348293/ufm-prog-5-lar>
- Prog. 6: SAD - <https://soundcloud.com/user-613348293/ufm-prog-6-apoio-domiciliario>
- Prog. 7: CRI - <https://soundcloud.com/user-613348293/ufm-prog-7-cri>
- Prog. 8: IPI - <https://soundcloud.com/user-613348293/ufm-prog-8-ipi>
- Prog. 9: CPPA - <https://soundcloud.com/user-613348293/ufm-programa-9-centro-prescritor>
- Prog. 10: APCVR - <https://soundcloud.com/user-613348293/ufm-programa-10-apcvr>
- Prog. 11: 50min 03Dez18 - <https://soundcloud.com/user-613348293/despertar-consciencias-ufm-prog-11-apcvr-3-dez-2018>

VIDEO:

- Spot 1: CAO - <https://youtu.be/WAfoGDxXMFs>
- Spot 2: CAARPD - <https://youtu.be/hee357g0UQ4>
- Spot 3: CAARPD - <https://youtu.be/jVOtDnytqSI>
- Spot 4: LAR - <https://youtu.be/Ym9nFPrzBJc>
- Spot 5: LAR - https://youtu.be/Yr_DnE7bDEE
- Spot 6: CRI - <https://youtu.be/O1-GQICutLE>
- Spot 7: SAD - <https://youtu.be/DLhzubXCqdE>
- Spot 8: CIVR/WTCR - <https://youtu.be/AGWOPPBT1qs>
- Spot 9: Caminhada Inclusiva - <https://youtu.be/Ab0oerZhtO8>



5.4.2. Missão Continente 2017

O Projeto (d)Eficiência na Alimentação, resultou de uma candidatura ambiciosa à Missão Continente 2017, tendo sido aprovada em fevereiro de 2018. Tratou-se de um projeto ávido e de extrema importância tendo como objetivo a promoção, mudança de hábitos alimentares dos Utentes da Instituição, através da sensibilização, formação de profissionais, alteração de ementas e do acompanhamento nutricional, resultando na melhoria expressa na sua qualidade de vida.

Este projeto previa a aquisição de equipamentos de confeção adequados à nutrição saudável, a elaboração de ementas adaptadas (normas da direção geral de saúde) um acompanhamento nutricional de técnicos especializados (nutricionista, terapeuta da fala e psicomotricista/terapeuta ocupacional) em alimentação e movimento. Previa ainda a formação de todos os intervenientes e alteração de procedimentos institucionais/familiares.

Todas as atividades foram cumpridas com sucesso, embora tivéssemos alguns constrangimentos ao nível do recrutamento dos RH, dada a dificuldade na nutrição e terapia da fala. No entanto, com o esforço desta equipa, conseguimos implementar ao longo de 2018, melhorias significativas e espelhadas nas avaliações da satisfação de utentes e colaboradores.

Dotamos a instituição de equipamentos, formamos os colaboradores, tivemos melhorias na segurança e higiene alimentar, para além da obtenção de resultados visíveis na saúde e qualidade de vida de todos os que frequentam a APCVR. Apesar de o projeto ter sido concluído e dezembro de 2019, a APCVR irá manter o investimento na área da saúde alimentar durante o ano de 2019.



Ilustração 2 - Fotos projeto Missão Continente 2017 - (d)Eficiência na Alimentação

5.4.3. Fundação EDP - Programa “EDP Solidária – Inclusão Social 2018”

A APCVR, implementou ao longo de 2018, o Projeto “ADAPTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E (IN)ERGIA(S) (IN) - INCLUSÃO (S) – SOCIAL”.

Este foi um ambicioso, projeto, com um enorme investimento financeiro e técnico de todos os intervenientes, tendo o Município de Vila Real, também um papel fundamental, não só na componente financeira do investimento, com um contributo de 49.150.00€, mas também em toda a dinâmica e articulação promovida pela ação social.

Este projeto, foi constituído por níveis de intervenção, iniciando com obras de adaptação da cozinha e refeitório, para a realização de atividades de pastelaria decorativa, bem como da lavandaria, para aprender arranjos de costura e engomaria e do espaço exterior, para o cultivo de algumas espécies de flores e ervas aromáticas, de forma a que os utentes e beneficiários, pudessem experienciar o verdadeiro treino de competências em ambiente real, a estimulação sensorial e criarem arte em decorrência das suas capacidades. Posteriormente à adaptação de espaços, aquisição de material e treino efetivo, todos os produtos resultantes destas atividades, foram distribuídos por famílias carenciadas e devidamente sinalizadas pela equipa de ação social.

A aceitação, a disponibilidade, a simplicidade, com que aceitaram a visita de uma instituição nas suas casas... A inclusão social, que este projeto proporcionou a todos os seus atores na prestação de um serviço à comunidade e a sua ajuda no combate à pobreza, exclusão social e solidão foi incrível como resultado primordial para a APCVR.

O projeto foi aprovado pela Fundação EDP, com um valor de comparticipação de 60.000,00€, para um investimento global do projeto de 123.784,62€.

Em conformidade com o regulamento do Programa “EDP Solidária – Inclusão Social 2018, o período de execução é o compreendido entre 01/10/2018 a 31/12/2018.

Os mapas financeiros do projeto foram os seguintes:

[Handwritten signature in blue ink]

Entidade	Valor	%
FEDP	60 000,00 €	44,12%
Município de Vila Real	49 150,00 €	36,14%
APCVR	26 857,94 €	19,75%
Total	136 007,94 €	100,00%

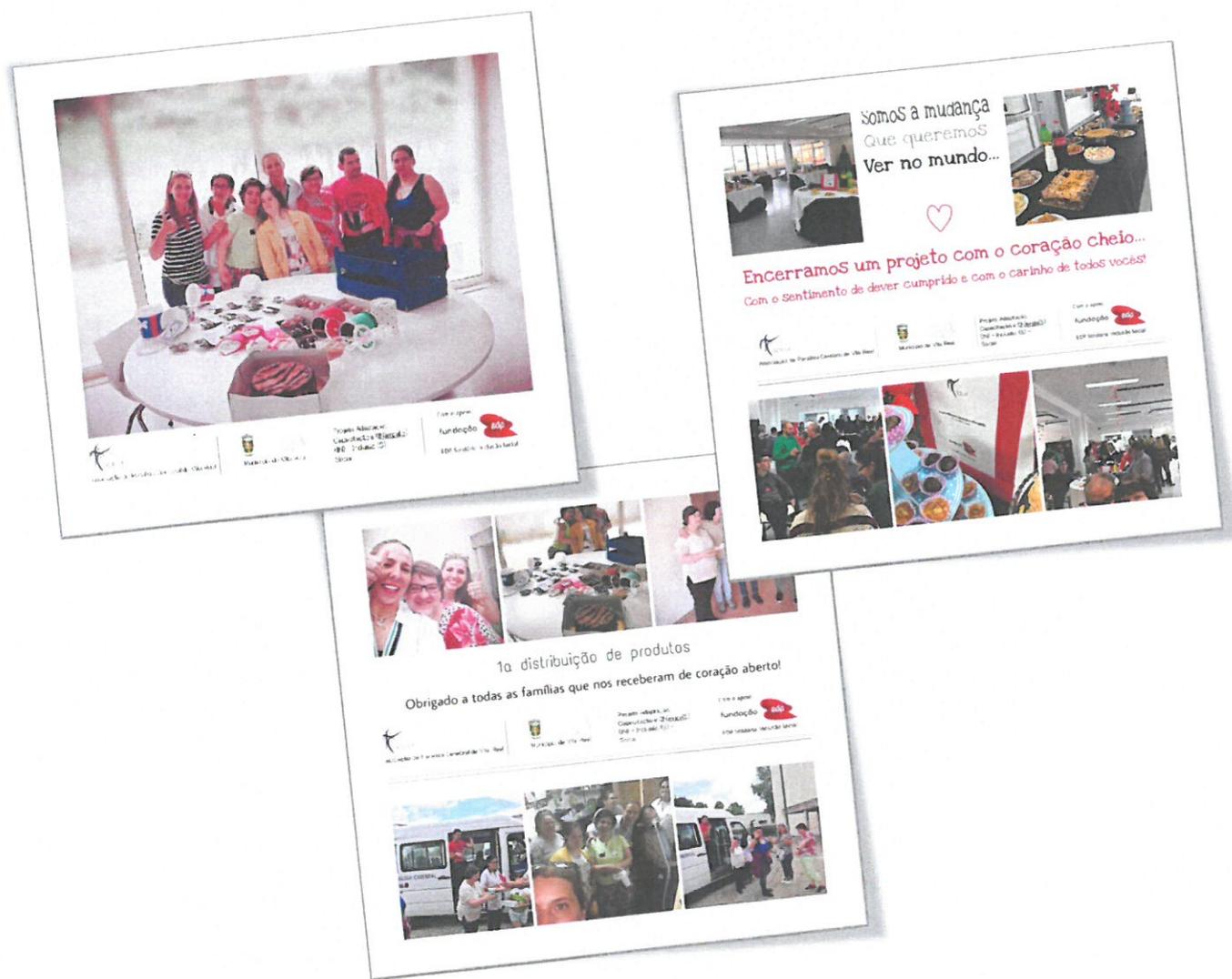


Imagem 1 - Fotografias das obras apoiadas pela Fundação EDP

Promotora:

Com o apoio



ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE VILA REAL

fundação



Programa EDP Solidária – Inclusão Social 2017



Município de Vila Real



5.5. Atividades de Angariação de Fundos

5.5.1. 2ª Caminhada APCVR

Em 16 de setembro de 2018, a APCVR realizou a “2ª caminhada APCVR”, em parceria com o Município de Vila Real, integrada na semana europeia da mobilidade.

O resultado líquido da ação foi de 2.412,00€, e servirá para aquisição de equipamentos terapêuticos para os utentes, estando a ser decidido pela equipa técnica do CAO a escolha desses equipamentos.



SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE

2ª CAMINHADA
Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real

Angariação de fundos para aquisição de equipamentos terapêuticos e de bem-estar

16 DE SETEMBRO DE 2018

"UM PASSO POR UM SORRISO"

Concentração às 9h00 na APCVR
Partida e Chegada: APCVR
Incrição: 5 "caminhadas"
(grátis para crianças até aos 10 anos)
Oferta de kit nas primeiras 400 inscrições

Contactos | Tel.: 259 321 027 | Email: eventos@apcvr.pt
Inscrições na sede da APCVR

Patrocinadores: 

Agradecemos aos nossos patrocinadores, parceiros, apoiantes e participantes a oportunidade que nos foi proporcionada.

5.5.2. Bar das Corridas APCVR / WTCC (48º CIVR)

Mais uma vez a APCVR, dinamizou o bar de apoio à realização das Corridas no 48º Circuito Internacional de Vila Real, tendo-se obtido o valor líquido total de 4.524,07€.



[Handwritten signatures and scribbles in blue ink]



Imagem 3 - Fotografias do bar das corridas APCVR/WTCC (49º CIVR)

5.6. Donativos

A APCVR agradece em nome dos seus utentes os donativos financeiros e em espécie atribuídos durante o ano de 2018:

1. **Donativos Financeiros:** Durante o ano de 2018, foram efetuados vários donativos financeiros totalizando 71 078,53€, destacando-se: 50 000,00€ da Fundação EDP, para apoio ao projeto “ADAPTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E (IN)ERGIA(S) (IN) - INCLUSÃO (S) – SOCIAL”; 16 744,00€ da Missão Continente, para aquisição do forno; Fernando Costa, Banco BPI, SA; Petroeuropa, Lda; Brincar, Lda; Ordem dos Contabilistas Certificados; Casa Agrícola Manuel Joaquim Caldeira, Lda; Sigeru / Zona Agro, Lda; Fercarvalho, Lda; União as freguesias de Adoufe e Vilarinho da Samardã; Wine Rest, Lda; Assertiva e Apelativa, Lda e G.N.R. e Município de Vila Real, entre outros.
2. **Donativos em espécie:** Frutas Palaio; O Cenáculo do Leitão, Lda; e Farmácia Chaves Ferreira pela sua ação na recolha de medicamentos associada ao Banco farmacêutico

5.7. Análise da Gestão Planeado vs Executado

O Relatório de atividades e contas de exercício, contempla a execução financeira durante o ano de 2018 e importa ao nível da gestão, fazer uma análise detalhada do resultado final das contas relativamente ao orçamento aprovado.

Salienta-se que 2018 foi um ano de grande rigor e controlo na gestão, com investimentos em projetos e infraestruturas com algum significado, demonstrando os resultados de execução que a despesa ficou aquém do planeado em 17,31% na aquisição de géneros alimentares e 2,15% em recursos humanos. Ao nível dos fornecimentos e serviços externos verificou-se um agravamento em 62,32%, fruto dos investimentos realizados na conservação e reabilitação do edifício sede e lar residencial, suportados pelos projetos cofinanciados e execução da caução para reparação de defeitos resultantes da obra “Acreditar Para Capacitar: Criação de Lar Residencial e Alargamento de Centro de Atividades Ocupacionais”.

Tabela 30 - Despesas a 31.12.2018 - Planeado vs Executado

Conta	Rubrica	Situação a 31.12.2018 (despesa)		
		Planeado	Executado	Desvios
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	52 200,00	43 163,63	-17,31%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	195 580,00	317 466,57	62,32%
63	Custos com pessoal	860 176,42	841 644,45	-2,15%

O resultado de execução do exercício, relativamente aos proveitos, revela na generalidade um aumento das receitas, com valores relevantes alinhados para suportar o aumento das despesas.

Ao nível do aumento da receita, os acréscimos significativos dos resultados de 2018, destaca-se a prestação de serviços (12,10%), os subsídios à exploração (16,59%) e os outros rendimentos e ganhos, onde se inclui os valores dos projetos cofinanciados (63,44%).

Importa ainda salientar o valor da consignação de 0.5% do IRS, que em 2018, representou uma receita de 7 000,62€. Este valor representa um aumento de 86,5%, face ao ano anterior e demonstra a importância de se fazer campanhas de divulgação de forma a conseguir aumentar o valor para 2019.

Tabela 31 - Receitas a 31.12.2018 - Planeado vs Executado

Conta	Rubrica	Situação a 31.12.2018 (proveitos)		
		Planeado	Executado	Desvios
71	Vendas	1 000,00	,00	-100,00%
72	Prestações de serviços	187 670,00	210 385,82	12,10%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	907 543,15	1 137 796,13	25,37%
751	Subsídios estado e outros entes públicos	898 043,15	1 049 030,40	16,81%
7511	ISS, IP	804 919,15	950 197,14	
7512	Outras entidades públicas	93 124,00	91 464,00	
7515	Autarquias	,00	7 369,26	
752	Subsídios de outras entidades	9 500,00	88 765,73	834,38%
78	Outros rendimentos e ganhos	84 456,63	138 034,71	63,44%

5.8. Contas do exercício

O relatório de contas é apresentado em anexo, com os devidos e adequados comentários da gestão contabilística.

Apresenta-se apenas um resumo e uma breve análise relativa ao(s) ano(s) anterior(es).

Tabela 32 - Imputação dos gastos e perdas (2016, 2017 e 2018)

GASTOS E PERDAS	2016	2017	2018	Variação	
				2016-17	2017-18
Custo das Mercadorias Vend. e M. consumidas	39 774,94	39 877,02	43 163,63	0,26%	8,24%
Varição nos inventários de produção	0,00	0,00			
Fornecimentos e serviços externos	190 237,83	223 197,47	317 466,57	17,33%	42,24%
Gastos com o pessoal	891 746,08	841 243,12	841 644,45	-5,66%	0,05%
Gastos de depreciação e amortização	94 062,73	93 807,49	112 332,29	-0,27%	19,75%
Outros gastos e perdas	12 593,73	30 447,83	17 955,74	141,77%	-41,03%
Gastos e perdas de financiamento	993,24	385,15	245,57	-61,22%	-36,24%
TOTAL	1 229 408,55	1 228 958,08	1 332 808,25	-0,04%	8,45%

Em termos de estrutura dos custos, no ano de 2018, mantiveram-se os custos com o pessoal, tendo aumentado em 8,24% os custos com mercadorias e matérias consumidas. No que respeita aos fornecimentos e serviços externos, executou-se com agravamento de 42,24%, porque 2018, foi o ano de investimento ao nível dos projetos cofinanciados, que contribuiram para a despesa na rubrica de conservação e reparação, em particular do edifício sede.

Os custos totais no ano de 2018 agravaram-se em 8,45% relativamente ao executado em 2017, fruto fundamentalmente dos investimentos desenvolvidos pelos projetos aprovados e pela reparação de defeitos resultantes da obra “Acreditar Para Capacitar: Criação de Lar Residencial e Alargamento de Centro de Atividades Ocupacionais”. Aliás em relação a estes custos ressalva-se que do total das obras de reparação, transitou para 2019 e conclusão da mesma, ou parte dos custos transitam para o exercício de 2019, tendo a receita sido incorporada no exercício de 2018.

Se expurgarmos dos custos os valores transitados para 2019, resultantes da reparação de defeitos resultantes da obra “Acreditar Para Capacitar: Criação de Lar Residencial e Alargamento de Centro de Atividades Ocupacionais” e da conclusão da empreitada do posto de segurança e trabalhos associados à execução do projeto “despertar consciências”, ou seja, retirando custos de aprox. 35.000,00€, podemos afirmar que os custos operacionais de 2018, aumentaram efetivamente 5,60%.

Tabela 33 - Imputação dos proveitos (2014, 2015, 2016 e 2018)

RÉDITO/RENDIMENTOS E GANHOS	2016	2017	2018	Variação	
				2016-2017	2017-18
Vendas e Prestações de serviços	182 775,27	189 524,75	210 385,82	3,69%	11,01%
Variação nos inventários de produção	0,00	0,00	0,00		
Subsídios á exploração	996 783,27	1 030 939,44	1 137 796,13	3,43%	10,36%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00		
Outros rendimentos e ganhos	99 063,73	89 411,50	138 034,71	-9,74%	54,38%
Juros de dividendos e out.rendimentos	24,84	0,00	0,00	-100,00%	
TOTAL	1 278 647,11	1 309 875,69	1 486 216,66	2,44%	13,46%

Os proveitos totais no ano de 2018 aumentaram 13,46% relativamente a 2017, fundamentalmente justificados pelos apoios financeiros obtidos nos projetos aprovados e desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, e pela execução da caução da obra “Acreditar Para Capacitar: Criação de Lar Residencial e Alargamento de Centro de Atividades Ocupacionais”.

Se expurgarmos dos proveitos os valores da execução da caução e do apoio financeiro ao investimento do projeto da FEDP de 2017-2018 (investimento feito em 2017), ou seja, retirando os valores extraordinários de 102.149€, podemos afirmar que os proveitos operacionais de 2018, aumentaram efetivamente 5,66%.

5.9. Resultados

Face às contas apresentadas, o resultado operacional do exercício, saldou-se num resultado líquido positivo de 153 408,41€. Este resultado só foi possível fruto de uma gestão de rigor, com envolvimento de todos, bem como a receitas extraordinárias provenientes de projetos aprovados e que se encontram em desenvolvido, com algum deferimento.

No entanto destaca-se que, tal como referido no ponto anterior, **se expurgarmos** dos proveitos os valores da execução da caução e do apoio financeiro ao investimento do projeto da FEDP de 2017-2018 (investimento feito em 2017), ou seja, retirando os valores extraordinários de 102.149€ e das despesas os valores transitadas para 2019, resultantes da reparação de defeitos resultantes da obra “Acreditar Para Capacitar: Criação de Lar Residencial e Alargamento de Centro de Atividades Ocupacionais” e da conclusão da empreitada do posto de segurança e trabalhos associados à execução do projeto “despertar consciências”, ou seja, retirando custos de aprox. 35.000,00€, o resultado operacional estrutural do exercício, saldou-se num resultado líquido positivo efetivo de 86.258,51€, ou seja superior em 6,6% relativamente a 2017.

6. CONCLUSÃO

O presente Plano de ação e orçamento do exercício económico do ano de 2019, representa o primeiro ano do mandato dos atuais órgãos sociais.

De uma forma geral, considera-se que o Plano de Atividades e orçamento aprovado para o ano 2018, foi cumprido na sua globalidade, com realização da maioria das atividades planeadas e cumprimento ou até superando os resultados previsionais ao nível financeiro.

De um modo geral, até houve superação das atividades previstas, pois fruto dos projetos/candidaturas aprovadas durante o ano, resultaram atividades adicionais a realizar e possibilitar aos Utentes / Utentes vivências e oportunidades que sem esses apoios não seria possível.

Ao nível financeiro, destaca-se a resolução da execução da caução da obra “Acreditar Para Capacitar: Criação de Lar Residencial e Alargamento de Centro de Atividades Ocupacionais”, que finalmente permitiu iniciar a correção dos defeitos construtivos, que serão concluídos em 2019.

Destaca-se que a receita é toda incorporada no orçamento de 2018, mas que parte da despesa transitou para o exercício de 2019.

Foram ainda executadas algumas atividades não planeadas no decorrer do ano de 2018, valorizando os cuidados de saúde dos nossos Utentes, e a interação com a família e comunidade.

A política de melhoria na qualidade dos recursos e dos nossos serviços, tem obrigatoriamente que imperar no biénio 2018-2019.

Em termos financeiros, o ano de 2018 foi um ano rigoroso ao nível da gestão e do controlo de custos, na estrutura de funcionamento da APCVR, refletivo na dificuldade na tomada de decisões ao nível da reorganização do pessoal, que por serem tidas tomadas atempadamente ainda se conseguiu equilibrar os custos previstos com o pessoal, mesmo atendendo ao seu aumento relativo às indemnizações.

Ressalvamos que o resultado positivo das contas de 2018, deve-se fundamentalmente aos cofinanciamentos e apoios obtidos para os projetos, que para além de suportarem custos de investimentos, suportam igualmente custos de exploração, que reduzem o impacto financeiro global da APCVR. Destaca-se ainda o efeito positivo extraordinário resultante da execução da caução da obra “Acreditar Para Capacitar: Criação de Lar Residencial e Alargamento de Centro de Atividades Ocupacionais” e do subsídio ao investimento atribuído pelo Município de Vila Real

para o projeto da FEDP, sendo que as despesas ou foram executadas em 2017 (FEDP), ou parte são transitadas para 2019, pois só em 2019, é possível concluir esses investimentos de reparação de defeitos.

Finalmente, no final de mais um ano de atividade, vem a Direção, expressar o mais profundo reconhecimento a todos quantos tornaram possíveis os nossos resultados:

-  Aos nossos utentes por nos escolherem;
-  Aos nossos colaboradores pelo seu empenho e pela qualidade do trabalho que prestam;
-  Aos nossos parceiros que nos apoiam na concretização da nossa missão
-  A todos os voluntários que nos ofereceram tão generosamente: tempo, talento e solidariedade;
-  Aos nossos fornecedores que também são parceiros e colaboram para a melhoria contínua qualidade dos serviços que prestamos;
-  Aos nossos benfeitores, que com as suas contribuições financeiras e em espécie, nos ajudam a concretizar os nossos objetivos.
-  Aos órgãos da estrutura organizacional do quadriénio 2018-2021;
-  Aos nossos sócios, pelo seu apoio solidário na vida da instituição;

Muito Obrigado!

[Handwritten notes and signatures in blue ink in the top right corner]

Atenciosamente

Vila Real, 12 de março de 2019

Relatório de Atividades e Contas de Exercício 2018, elaborado por:

[Signature]
Rui Almeida
Chefe Secção Administrativa
e Financeira

[Signature]
Sofia Borges
Diretora Técnica

[Signature]
Jorge Faustino

Aprovado em Reunião de Direção de 15 de março de 2019

Presidente da Direção
[Signature]
Jorge de Jesus Pereira Faustino

Vice-Presidente da Direção
[Signature]
João Horácio Soares Medeiros

Tesoureiro
[Signature]
Artur Ribeiro de Carvalho

Secretário
[Signature]
Márcio Alexandre Monteiro Pereira

Vogal
[Signature]
Maria Helena Barros Pimentel

Vogal
[Signature]
Carlos Alberto Ferreira Dias Bessa

Vogal
[Signature]
Armando Jorge Carvalhais Figueiredo

Aprovado em Assembleia Geral de 29 / 03 / 2019

A Mesa da Assembleia Geral

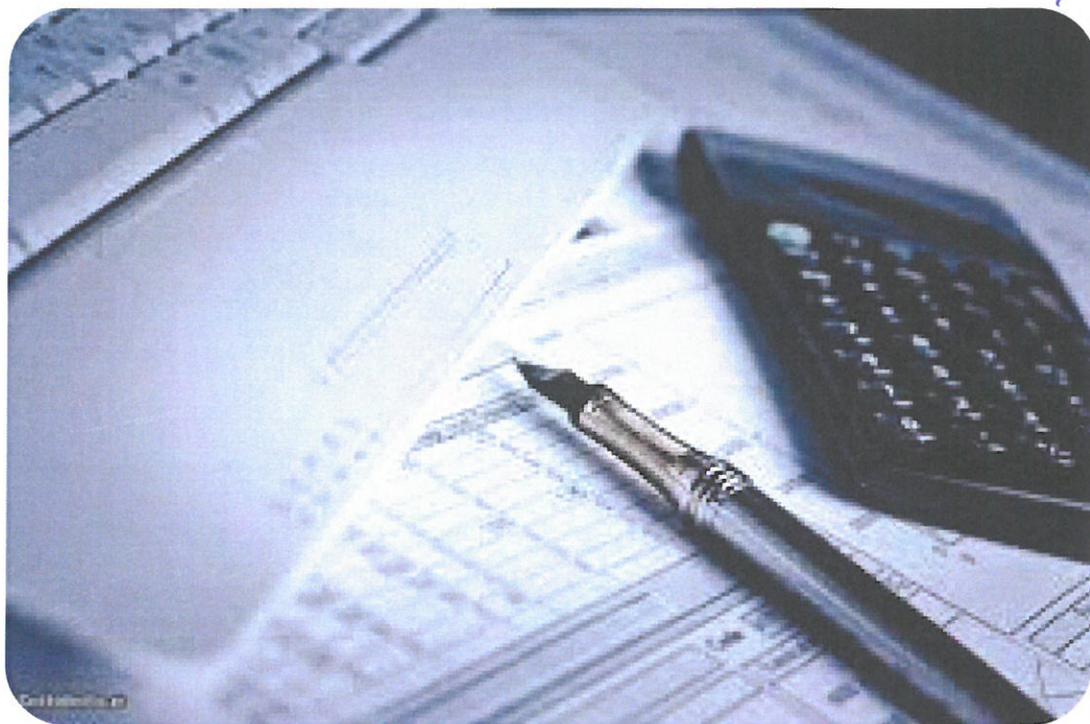
[Signature]
Armando Jorge Carvalhais Figueiredo

[Signature]
[Signature]





Anexo I – Contas do Exercício 2018



SUMÁRIO:

Relatório de Gestão
Peças Finais de Apresentação de Contas
Balanco do exercício
Demonstração dos Resultados Líquidos
Anexo ao Balanco e à Demonstração de Resultados
Resultado por Valências
Mapa de trabalho voluntario
Balancete de razão final de apuramento de resultados
Balancete de razão de regularizações
Balancete de situação mês de Dezembro
Ativo Imobilizado
Mapas de reintegrações e amortizações
Mapa de controlo dos subsídios
Demonstração de fluxos de caixa método indireto
Balancete geral antes do apuramento de resultados
Indicadores Económico financeiros
Balancete geral final
Parecer do Concelho fiscal

Handwritten signatures and initials in black and blue ink, located in the top right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be in black ink, while there are some blue ink marks or initials below them.



Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2018

Em cumprimento de disposições legais cumpre-nos apresentar o relatório de gestão da unidade económica entidade denominada “Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real” referente ao exercício económico do ano de 2018.

Em resultado da atividade desenvolvida, a instituição suportou gastos no valor total de 1 332 808,25 euros, sendo de realçar, que os gastos foram imputados da seguinte forma:

GASTOS	Valores	
	2018	2017
Custo das Mercadorias Vend. e M. consumidas	43163,63	39877,02
Varição nos inventários de produção	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	317466,57	223197,47
Gastos com o pessoal	841644,45	841243,12
Gastos de depreciação e amortização	112332,29	93807,49
Outros gastos e perdas	17955,74	30447,83
Gastos e perdas de financiamento	245,57	385,15
TOTAL	1332808,25	1228958,08

Para réditos realizados, no valor total de 1 486 216,66 euros, foram imputados da seguinte forma:

Réditos	Valores	
	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	210385,82	189524,75
Varição nos inventários de produção	0,00	0,00
Subsídios à exploração	1137796,13	1030939,44
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	138034,71	89411,50
Juros de dividendos e out. rendimentos	0,00	0,00
TOTAL	1486216,66	1309875,69



Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real

A unidade investiu no seu ativo fixo tangível a quantia de 128 460,89 euros, tendo como suporte essencialmente gastos em obras nomeadamente: “Obras de adaptação, capacitação e inclusão”, execução de posto de vigilância, bem como nos denominados equipamentos básicos, com relevo para equipamento eletrónico bem como o desenvolvimento do chamado projeto INR, entre outros, bem como em equipamento administrativo.

A Direção na gestão operacional dos empréstimos pela entidade, procedeu a amortizações no valor total de 2 669,71 euros o que totaliza uma dívida final de 6049,84 euros.

O resultado da atividade operacional saldou-se por um resultado líquido positivo de 153 408,41 euros.

Para o resultado líquido obtido, contribui pela sua natureza a aplicação de taxas máximas de amortização, réditos em subsídios a exploração com destaque para as transferências do CRSS no valor de 950 197,14 euros, bem como da Direção Regional Educação do Norte no valor de 91 464,00 euros, assim como; subsídios de Outras Entidades que totaliza o valor de 88 765,73 euros e obteve um volume total de serviços prestados no valor de 210 385,82 euros.

De realçar a continuidade dos serviços prestados pela unidade na execução do serviço denominado “Transportes Especiais”, trabalho prestado ao Município de Vila Real, que totaliza um volume de negócios anual de 48 570,00 euros, entre outros.

Na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, verifica-se a reposição técnica dos investimentos a fim de dar cumprimento ao artigo 22º do Código de IRC, tendo sido relevado o valor de 43 529,05 euros.



Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real

Bem como é de realçar comparticipações de capital registadas na classe 5 conta 59, entre outras, destaca-se a subconta 59318 – Município de Vila Real no valor de 49 150,00 euros para comparticipação no investimento realizado no âmbito do projeto apoiado pelo Programa “EDP Solidária – Inclusão Social 2018”, promovido pela Fundação EDP, denominado “ADAPTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E (IN)ERGIA(S) (IN) - INCLUSÃO (S) – SOCIAL”.

É de realçar o apoio concedido pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, através do Programa Nacional de Financiamento a Projetos pelo INR, I.P. 2018, com transferências no valor de 13 429,80 euros efetuadas pelo “INR – IP 2018 - Proj 364- Despertar Consciências” e registadas como proveito operacional na conta 7819 a seu pedido, ou seja, como proveito operacional.

Sendo de destacar as receitas com a chamada consignação de IRS, no valor de 7 000,62 euros, a chamada caminhada APCVR, e outros donativos de diversa origem, o que totaliza o valor de 14 376,83 euros.

Destaca-se ainda o resultado apresentado na conta 78 – outros rendimentos, no valor global de 137 980,68 euros, impulsionado pela execução da caução relativa à obra “Acreditar Para Capacitar: Criação de Lar Residencial e Alargamento de Centro de Atividades Ocupacionais”, no valor de 52 999,90€ lançado na subconta 78889 – garantia bancária autónoma.

Dos resultados líquidos apresentados importa salientar que 2018 foi um ano com proveitos extraordinários, nomeadamente pela execução da caução referida anteriormente, e pelo apoio financeiro ao investimento do Município de Vila Real, para o projeto que se iniciou e teve grande parte da despesa de investimento realizada em 2017. Destaca-se ainda que parte da despesa, de reparação de defeitos



Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real

só será executada em 2019. Frutos destas divergências do exercício, resultou um resultado líquido superior ao esperado e que será objeto de correção em 2019.

A instituição não tem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Relativamente ao futuro, pensamos continuar a desenvolver o trabalho realizado, procurando melhorar e rentabilizar os gastos operacionais, bem como consolidar e desenvolver os projetos de obras iniciados. Aguardando a colaboração e comparticipação de outras entidades nomeadamente empresas públicas e privadas.

Em face do exposto, propõe-se a aplicação dos resultados líquidos positivos de 153 408,41 euros em:

Resultados transitados..... Na totalidade

Aproveita-se para agradecer a todos os trabalhadores e colaboradores que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento e solidificação da entidade.

Vila Real, 12 de março de 2019

A Direção

Stéfão Alexandre Monteiro Pereira
Francisco Boudimentel

BALANÇO EM 31-12-2018
(montantes em euros)

**ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA
CEREBRAL DE VILA REAL**

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2057476,48	2041347,88
Outros ativos financeiros		4426,56	3567,64
		2061903,04	2044915,52
Ativo corrente			
Inventários			
Clientes		51323,56	52501,30
Estado e outros entes públicos		1036,25	214,71
Outras contas a receber		4369,52	3573,13
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros		750,00	750,00
Caixa e depósitos bancários		258739,51	116355,98
		316218,84	173395,12
Total do ativo		2378121,88	2218310,64
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundos		2421,43	2421,43
Reservas Estatutárias		711112,46	711112,46
Outras reservas		2649,18	2649,18
Resultados transitados		(589,03)	(75454,24)
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	(1052,40)
Outras variações no capital próprio		1352625,71	1347004,76
Resultado líquido do período		153408,41	80917,61
Total do capital próprio		2221628,16	2067598,80
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		6049,84	8719,55
		6049,84	8719,55
Passivo corrente			
Fornecedores		11648,41	14952,79
Estado e outros entes públicos		24957,02	22953,81
Outras contas a pagar		113838,45	104085,69
		150443,88	141992,29
Total do passivo		156493,72	150711,84
Total do capital próprio e do passivo		2378121,88	2218310,64

A Direção

O Contabilista Certificado N° 17529

ASSOCIAÇÃO PARALISIA CEREBRAL DE VILA REAL			
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA			
Dezembro 2018			
RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2018	2017
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		210 385,82	189 524,75
Subsídios à exploração.....		1 137 796,13	1 030 939,44
Variação nos inventários da produção.....		,00	,00
Trabalhos para a própria entidade.....		,00	,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....		(43 163,63)	(39 877,02)
Fornecimentos e serviços externos.....		(317 466,57)	(223 197,47)
Gastos com o pessoal.....		(841 644,45)	(841 243,12)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....		,00	,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....		,00	,00
Provisões (aumentos/reduções).....		,00	,00
Outras imparidades (perdas/reversões).....		,00	,00
Aumentos/reduções de justo valor.....		,00	,00
Outros rendimentos e ganhos.....		138 034,71	89 411,50
Outros gastos e perdas.....		(17 955,74)	(30 447,83)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		265 986,27	175 110,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		(112 332,29)	(93 807,49)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		153 653,98	81 302,76
Juros e rendimentos similares obtidos.....		,00	,00
Juros e gastos similares suportados.....		(245,57)	(385,15)
Resultado antes de impostos		153 408,41	80 917,61
Imposto sobre o rendimento do período.....		,00	,00
Resultado líquido do período		153 408,41	80 917,61
A Direcção		O Contabilista Certificado N° 17529	

ANEXO AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2018.

1- Caracterização da entidade:

1,1 – Designação: ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE VILA REAL

1,2 – Sede : Av. Osnabruck em Vila Real

1,3 – Natureza da atividade: Prevenção, habilitação, participação, inclusão social e apoio à família da Pessoa com paralisia cerebral.

1,5 – Número médio de trabalhadores: 64 pessoas.

2 – Referencial contabilístico.

2,1 – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as bases para a preparação de demonstrações financeiras, os modelos de demonstrações financeiras, o código das contas e as normas contabilísticas de relato financeiro NCRF. Mais especificamente foram utilizadas as normas contabilísticas e de relato financeiro específico para a atividade.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base todos os princípios e pressupostos contabilísticos, nomeadamente: Princípio da continuidade, regime da periodização económica ou seja do acréscimo, materialidade e agregação, compensação etc.

3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3,1 – Alteração das políticas contabilísticas: Nada a assinalar.

3,2 - Alterações nas estimativas contabilísticas: Nada a assinalar.

3,1 – Base de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras: foi a aplicação das normas do sistema SNC bem como todos os princípios contabilísticos.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento, As quantias de rendimento atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

– Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os créditos de mensuração adaptados a 31 de dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

– Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras- Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

– Moeda de apresentação.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

– Ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações .

As depreciações são calculadas, após início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são considerados como gastos no período em que ocorram. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais são capitalizados no item de ativos fixos.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não são depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registados na demonstração dos resultados no itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

– Propriedades de investimento.

As propriedades de investimento compreendem edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os ativos fixos tangíveis.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (IMI), são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que se referem, nos respetivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados no item de propriedades de investimento.

– Ativos intangíveis.

Às semelhanças dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, que sejam controlados e se possa medir razoalmente o seu valor.

As amortizações dos ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

– Investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital da participada - influência significativa, são registados pelo método de equivalência patrimonial no item “investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerada “Goodwil” sendo reconhecido no ativo e a sua recuperação sujeita a teste de imparidade.

– Imposto sobre o rendimento

A empresa não se encontra sujeita a Imposto sobre o rendimento das Pessoas coletivas (IRC).

– Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais.

-Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de “Perdas de imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

-Caixa e depósitos bancários

Esta item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários.

– Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futura, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

-Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

-Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração de resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a empresa tenha o direito para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

– Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles foram transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contrato de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas de acordo com a NCRF 9 – Locações, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fisco tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

– Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contra prestação recebida ou a receber de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até a maturidade.

– Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsidio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixas tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de “Outras variações nos capitais próprios”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsidio.

4 – Ativos fixos tangíveis:

4,1 – Vidas úteis e ou as taxas de depreciação usadas; Foram aplicadas de acordo com normativo legal. Para o efeito foram aplicadas as taxas máximas de depreciação.

4,2 – Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no inicio e no fim do período, conforme mapas em anexo:

Movimentos ocorridos no inicio e fim do periodo para activos fixos tangíveis e investimentos financeiros:

Rubricas	Activos fixos Tangíveis	Investimentos financeiros	Activos F. tang em curso	
Activo Bruto				
Saldo Inicial	3619740,44	3 567,64	1 785,00	
Aquisições/Aumentos	128460,89	858,92	0,00	
Abates	0,00	0,00	0,00	
Revalorizações	0,00			
Saldo Final	3748201,33	4 426,56	1 785,00	3754412,89
Amortizações e depreciações				
Saldo Inicial	1580177,56	0,00	0,00	
Reforço	112332,29	0,00	0,00	
Abates	0,00	0,00	0,00	

Movimento ocorrido no período nos ativos fixos tangíveis.

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Termeos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	2844566,68	57795,33	0,00	0,00	0,00	2844566,68
Equipamento básico	214376,22	65423,65	0,00	0,00		214376,22
Equipamento de transporte	316695,99	0,00	0,00	0,00	0,00	316695,99
Equipamento administrativo	228384,23	5241,91	0,00	0,00	0,00	228384,23
Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos	15717,32	0,00	0,00	0,00	0,00	15717,32

5 – Ativos intangíveis:

Nada a assinalar.

6 – Inventários:

6,1 – Foi utilizado o sistema de inventário intermitente e a forma de custeio foi a do custo médio.

Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas, como segue:

Movimento	Custo das mercadorias e matérias primas		
	Mercadorias	Matérias Prim.	Totais
Existência inicial	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	43 163,63	43 163,63
Reclassificações e Regularizações	0,00	0,00	0,00
Existência final	0,00	0,00	0,00

7 – Rédito

7,1 Divulgar:

a) A quantia de cada categoria significativa de rédito:

Réditos	Valores	
	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	210385,82	189524,75
Variação nos inventários de produção	0,00	0,00
Subsídios á exploração	1137796,13	1030939,44
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	138034,71	89411,50
Juros de dividendos e out.rendimentos	0,00	0,00
TOTAL	1486216,66	1309875,69

8- Provisões:

8,1 – Para cada classe de provisão, divulga-se:

a) de acordo com mapa em anexo: Nada a assinalar.

e) De acordo com mapa em anexo:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Reduções	Saldo Final
Provisão para cobranças duvidosas	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

9 – Subsídio do Estado e Outras Entidades.

9,1 – A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidas nas demonstrações financeiras;

a) Natureza e extensão dos subsídios do governo reconhecido nas demonstrações financeiras; Conforme mapa em anexo

Subsídios do Estado e Outras Entidades			
Subsídios	Conta	2018	2017
Subsídios do Governo			
ISS, IP – Centro Distrital e			
Fundo de Socorro Social	7511	950197,14	922691,61
Subsídio de Outras Entidades	7512/752	187598,99	108247,83
Total		1137796,13	1030939,44

10 – Imposto sobre o rendimento:

10,1 Nada a assinalar.

11 – Ativos e passivos financeiros:

a) Os termos e garantia de penhor à garantia eventual, penhor ou promessa de penhor, será naturalmente de acordo com os termos legais em vigor. Nada de relevante.

Passivos financeiros	Conta	Saldo inicial	Aumento	Reduções	Saldo Final
Fornecedores	22	14952,79	0,00	3304,38	11648,41
Pessoal	23	0,00		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	24	22953,81	2003,21		24957,02
Financiamentos obtidos	25	8719,55	0,00	2669,71	6049,84
Outros contas a receber e a pagar	27	104085,69	9752,76	0,00	113838,45

- b) Não foram reconhecidas perdas por imparidade no período.
 c) Não foram reconhecidas quaisquer reversões de perdas por imparidade durante o período.

12 – Capital próprio:

12,1 – Forma como se realizou o capital social e seus aumentos ou reduções no exercício:

Demonstração da variação dos capitais próprios

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundo social	2421,43	0,00	0,00	2421,43
Reservas	713761,64	0,00	0,00	713761,64
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos em activos financeiros	-1052,40	1052,40	0,00	0,00
Resultados transitados	-75454,24	0,00	74865,21	-589,03
Outras variações no capital próprio	1347004,76	5620,95	0,00	1352625,71
Resultados líquidos	80917,61	72490,80	0,00	153408,41

13 – Benefícios dos empregados.

Número médio de funcionários: 64 pessoas.

Outras informações de acordo com mapa em anexo:

Benefícios dos empregados

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	646755,74	640651,93
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	141699,00	142645,59
Seguros de acidentes no trabalho e	6978,09	6259,71
Doenças Profissionais		
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	46211,62	51685,89
Total	841644,45	841243,12

14 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais: Procura-se dar o melhor cumprimento de acordo com as normas legais.

15 – Outras informações:

O total de gastos e a quantia de cada categoria reconhecida durante o período.

L

GASTOS	Valores	
	2018	2017
Custo das Mercadorias Vend. e M. consumidas	43163,63	39877,02
Varição nos inventários de produção	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	317466,57	223197,47
Gastos com o pessoal	841644,45	841243,12
Gastos de depreciação e amortização	112332,29	93807,49
Outros gastos e perdas	17955,74	30447,83
Gastos e perdas de financiamento	245,57	385,15
TOTAL	1332808,25	1228958,08

Resultado

153408,41	80917,61
-----------	----------

À consideração de V. Ex.

A Direção



O Contabilista Certificado

9

9

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS de 2018**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da APCVR - Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real, nos termos do artigo 32º dos Estatutos, acompanhou a atividade da Associação, analisando o exercício de 2018 em especial o Relatório de Atividades, a Demonstração de Resultados, o Balanço, Demonstração de Fluxos de Caixa e Demonstração de Alterações dos Capitais Próprios.

- 1) As demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) previsto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.
- 2) Após análise de todos os documentos, consideramos importante destacar o seguinte:
 - a) O Relatório de Atividades está apresentado de forma a permitir uma fácil leitura e compreensão da situação/atividade da associação.
 - b) As Demonstrações Financeiras apresentadas pela Direção espelham fidedignamente a atual situação financeira da Associação.
 - c) Em 31-12-2018, final do período em análise, a Associação apresenta um líquido positivo de 153 408,41 €, uma melhoria da ordem dos 90% relativamente aos de 2017. Esta melhoria justifica-se essencialmente com o acréscimo dos subsídios à exploração que compensaram o aumento nos Gastos com Fornecimentos e serviços externos, uma vez que se mantiveram estáveis os Gastos com Pessoal.
 - d) O Capital Próprio em 31-12-2018 ascende a cerca de 2 221 628 €, que representa um crescimento de 7,5% relativamente ao de 2017.
- 3) A contabilidade respeita completamente os pressupostos e os princípios geralmente aceites no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística e os documentos contabilísticos encontram-se devidamente registados e arquivados segundo as normas em vigor.
- 4) O Conselho Fiscal informa a Direção que estando a APCVR abrangida pelo Protocolo de Cooperação celebrado entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e não ultrapassando nos anos de 2017 e 2018 dois dos limites, estabelecidos no artigo 262º do Código das Sociedades Comerciais, acrescidos do fator 1,7 previsto no artigo 12º do Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 64/2013, de 13 de maio, não está obrigada a designar um revisor oficial de contas para proceder à revisão legal das contas.
- 5) O Conselho Fiscal agradece à Direção o seu empenho no cumprimento dos prazos de entrega dos documentos oficiais objeto de análise.



Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que o Relatório e Contas da Associação referente ao exercício de 2018 sejam aprovados.

Vila Real, 19 de março de 2019

O Conselho Fiscal,

O PRESIDENTE,

Eduardo Luís Varela Rodrigues

OS VOGAIS,

José Manuel Magalhães Ribeiro

Ana Virgínia Vaz Pinto Villaverde

ATA NÚMERO SEXTENTA OITO

ÀS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS MARÇO DE DOIS MIL E DEZANOVE
REUNIU A ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO IANALISTA GERAL
VILA REAL, NA SUA SEDE SITA NA RUA MARCEL FERREIRAS N.º 6,
PELUS VINTE E NINE HORAS COM A SEGUINTE ORDEM TRABALHOS:

1. APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS
E DO PARECER DO CONSELHO FISCAL DO ANO DE 2018;
2. AVALIAÇÃO DA PROPRIEDADE HORIZONTAL DO PRÉDIO SITO NO

Lucas de Regada, constituído pelas fracções A (Matrix U-1922-A) e B (Matrix U-1922-B), objecto na Conservação do Registo Predial de Vila Rica, sob o número 632 da freguesia de Matheus, que consiste na encosta de mais uma fracção autónoma, destinada a um edifício de serviços, para a instalação do CAVI.

3- autorizar a criação e celebrar um contrato de comodato para a construção do edifício de serviços,

na forma do Presidente da Mesa Assembleia Geral e do Primeiro Secretário, Praticou o segundo secretariado da Mesa da Assembleia Geral, tendo sido unânime entre os presentes o associado Rui Almeida, para secretariado da mesa.

Procedeu-se à leitura e votação do Acto da Assembleia Geral Extraordinária, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Passando à discussão da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa deu a palavra ao Primeiro dos Directores para explicação do relatório de actividades e contas.

O Primeiro Director Eni Jorge Faustino apresentou o relatório de actividades e contas, afirmando que a execução foi em linha com o planeado para o ano 2015 pelo que deu o seu voto.

De seguida passou-se à leitura do Relatório Conselho Fiscal, o qual propôs a aprovação das contas do exercício, colocado à votação, o Primeiro Grupo de Ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade.

NUMINIMAMENTE DO QUINTO DIA, O PRESIDENTE ANTES PROPOS A ASSEMBLEIA A AUTENSAS DA PROPRIEDADE HANTONAL DO PRIMO PROPRIEDADE DA APUR E QUE EN REPRESENTAVAL DO APUR NA ESCRITURA PUBLICA COUBIÇA AO TRIBUNAL JUDICIAL JORGE JESUS PEREIRA LAUSTINO E AO TERCUNIMO ANTON RIBEIRO DE CARVALHO.

COLOCADA A VOTAR A PROPOSTA FOI APROVADA POR UNA UNANIMIDADE.

PASSANDO AO TERCEIRO DIA, O PRESIDENTE ANTES APROVAVOU UNA PROPOSTA PARA A CEBORAL DE UN CONTRATO COMERCIAL, TENHO EN VISTA A CONSTRUCAO DE UN EDIFICIO DE SERVICOS DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CASI.

O PRESIDENTE CONSELHO FISCAL QUESTIONOU A ANTES PARA QUE EXPLICASSE O MODELO E OS BENEFICIOS DA APUR, DO QUAL O PRESIDENTE DO TRIBUNAL PRESENTE OS ESCLARECIMENTOS DEVIDOS.

COLOCADO A VOTAR FOI A PROPOSTA APROVADA POR UNANIMIDADE. NAO HAVERIA A INTENCAO PARA OS TRABALHOS EMERGENCIAIS QUANDO ERAI JAIAS UNA HORAS E CINQUENTA MINUTOS, CONCORDA A PRESENTE TUA QUE VAI SE ASSINADA.

Presidência em substituição: Aramisio Agostini Ribeiro dos Santos
Secretário em substituição: *[Signature]*

Acta número sessenta nove

Dois dias e nove dias do mês de Junho de Dois

MIR e JORNAL, REUNI ASSSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DA ASSOCIAÇÃO PARLAMENTO AMIGOS JORNAL, NO SUO
SEDE, DIA DO LUGAR MORTEL SERRAVALLE Nº 6, PELA
SINTE E QUATRO HORAS, RESPEITANDO OS TERMOS PREVISOS
APÓS A HORA PREVISTA NO CONVOCATÓRIO NOS TERMOS
DO NÚMERO 2015 DO AMIGO SISESTIMA TERCEIRO DOS
ESTATUTOS DO APJR COM A SEGUINTE ORDEM TRABALHA:

1- Como único. Apreciação e votação da Proposta
de alteração dos estatutos do APJR.

O Presidente da mesa em substituição, DEU A
PALAVRA A AMIGO QUE APRESENTOU UMA PROPOSTA
À ASSEMBLEIA GERAL, PARA ALTERAR OS ESTATUTOS
QUE FICOU APENAS A PRESENTE ATA E QUE SE
TRATA DA INTRODUÇÃO DE CONDIÇÕES E ALTERAÇÕES
DOS AMIGOS: 8º; 9º; 10º; 13º; 14º; 15º;
20º; 22º; 23º; 28º; 30º e 37º, DEM
COMO A CRIAÇÃO DE NOVOS AMIGOS 12º - A e
16º - A.

Colocada a votação foram aprovados por unanimidade.
Nada mais havendo a tratar foram os trabalhos
encerrados, ficando em SINTE QUATRO HORAS
E TRÊS MINUTOS, USANDO A PRESENTE ATA
QUE SERÁ ASSINADA.

Presidente em substituição: Arminio José de Menezes
Secretário em substituição: 